

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Pâmela Cristina de Lima

**“SERVIAM-SE A FARTAR DAS NATIVAS SUBMISSAS” – GÊNERO, ETNIA E
COLONIALIDADE NA OBRA DE MOYSÉS VELLINHO (1964)**

Passo Fundo/RS

2022

Pâmela Cristina de Lima

**“SERVIAM-SE A FARTAR DAS NATIVAS SUBMISSAS” – GÊNERO, ETNIA E
COLONIALIDADE NA OBRA DE MOYSÉS VELLINHO (1964)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade de Passo Fundo como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Gizele Zanotto

Passo Fundo/RS

2022

Para Ivete e Clóvis, pais, amigos e ouvintes. Gratidão pelo
carinho, abrigo e consolo ao longo do trajeto e em seus
percalços e recuos. Sem vocês, eu nada seria. Os amo e
admiro com todo meu coração.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABL – Academia Brasileira de Letras

ACL – Academia Carioca de Letras

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

FECL – Faculdade de Educação, Ciências e Letras

GPHRGS – Gabinete de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGPSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MJC – Museu Júlio de Castilhos

RIHGRGS – Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPA – Universidade de Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. PENAS QUE CONSTROEM – CAMINHOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL (1838-1973)	11
1.1. Aquarela do Brasil	13
1.2. Um passado para o presente em construção	17
1.3. Luzes na província	25
1.4. “Ergueu-se um monumento” – o Partenon Literário	30
1.5. “Consultar o passado é preparar o futuro” – o IHGRGS	34
1.6. O Rio Grande e a “reinterpretação dos ditames do passado”	39
2. PENAS QUE EXCLUEM – VIOLÊNCIAS E DISCURSOS EM TORNO DO GÊNERO E DA ETNIA	44
2.1. As mulheres têm história?	44
2.2. <i>Nasce o gênero</i>	49
2.3. Mulheres... Quem?.....	53
2.4. Explorações e atenuações	57
2.5. Colonialidade, gênero e violências	61
2.6. <i>Penas</i> que incluem – estudos feministas no Brasil	66
3. PENAS QUE CONTESTAM – POR UMA ANÁLISE DISCURSIVA DECOLONIAL	75
3.1. “Libertando homens e fatos de interpretações levianas” – da crítica à <i>Província</i>	75
3.2. A “velha trama de incompreensões”.....	85
3.3. Unidade múltipla – facetas da <i>Capitania</i>	91
3.4. Uma dívida?.....	108
3.5. <i>Terra virgem, amor submisso</i> – uma perspectiva decolonial	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
FONTE.....	130
REFERÊNCIAS.....	131

INTRODUÇÃO

Desde pequena, me questioneei sobre os motivos pelos quais as mulheres da minha família cozinhavam e lavavam as louças em almoços de final de ano, enquanto grande parte dos homens permanecia confortável com suas bebidas geladas. Me questionava, ainda, sobre a “graça” de piadas de loiras, sobre as propagandas de mulheres felizes ao lado de seus eletrodomésticos coloridos e me indignava por não poder pedir ao Papai Noel um carrinho de controle remoto ao invés de uma cozinha de brinquedo ou de uma boneca. Ao tentar brincar com os brinquedos de meu primo, eu era advertida de que aquilo era “coisa de guri”. Isso tudo me inquietou. As disparidades entre homens e mulheres foram desde cedo visíveis para mim. Mais tarde, ao estudar História na escola e na graduação, sobretudo, deparei-me com quadros de exclusão muitas vezes legitimados por aqueles que eu via como sumariamente importantes à ciência que tanto amo estudar – os historiadores.

Em 2018, ao iniciar o trajeto na área da pesquisa histórica, li textos de autores que despertaram em mim muitas angústias e inquietações. Demorei algum tempo para perceber que minha experiência enquanto jovem pesquisadora encontrava-se com as questões da criança de bochechas rosadas que fui. Ao me dar conta deste encontro, busquei compreender melhor como as diferenças foram construídas historicamente, navegando por mares que me faziam querer saber mais e mais sobre este tema. Desta forma, no caminho, deparei-me com as questões que envolvem o gênero, que questionam o caráter fixo da categoria “mulher” e que demonstram a pluralidade existente. Eis o itinerário que me trouxe até aqui.

Lembro-me bem da primeira vez em que os escritos de Moysés Vellinho me impressionaram por sua violência. Cheguei a fotografar o trecho mais impactante da página que estava lendo e encaminhar para colegas, amigas e para minha orientadora, a Prof. Dra. Gizele Zanotto. A obra em questão é a mesma que tomo como fonte principal neste estudo: *Capitania d’El-Rei – aspectos polêmicos da formação rio-grandense*, publicada por Vellinho em 1964. Naquele trecho, o autor comparava a suposta submissão da terra ao colonizador a um “ato feminino de entrega”. Comecei a pensar sobre isso e a reler a obra sob este viés. Isso foi decisivo para que o presente estudo pudesse ser realizado, uma vez que fui percebendo que este tipo de afirmação era não apenas recorrente, como também justificada pelo autor ao longo de sua argumentação.

Sempre tive fascínio pela história do Rio Grande do Sul. Cresci ouvindo as narrativas típicas de CTGs (Centro de Tradição Gaúcha). Mais tarde, na escola e mesmo no curso de graduação em História, adentrei mais a fundo e passei a perceber nosso passado a partir de novos vieses e interpretações. É inegável que a história do Rio Grande do Sul é marcada por conflitos diversos em torno da demarcação de terras e das dissidências históricas entre Portugal e Espanha para “repartir” o grande bolo que era o “Novo Mundo”, sem considerar os diferentes grupos étnicos que residiam neste território, genericamente definidos e agrupados sob o termo “indígenas”. A violência fez parte do passado sul-rio-grandense, das primeiras escaramuças entre os europeus até o genocídio das populações nativas. Ela compõe a narrativa velliniana sobre o passado sul-rio-grandense, mas num viés contraditório: ao passo que o autor a admite, também a negligencia, por vezes construindo explicações “plausíveis” para sua ocorrência. Isto me fez atentar ainda mais ao discurso de Vellinho, buscando nas entrelinhas as explicações para esta forma de definir a história sul-rio-grandense.

Gradualmente, fui percebendo que a violência contra os indígenas era sumariamente justificada, com desdobramentos ainda mais cruéis quando se tratava das indígenas e sua relação com os “colonizadores” portugueses. Por trás de uma apologia à miscigenação como forma de “civilizar” a população (ou mesmo branqueá-la, aportuguesá-la) estava uma brutal legitimação de violências sexuais várias, reconhecendo-as, mas isentando seus perpetradores. Mais do que isso: me percebi diante de um tema que não havia sido estudado a fundo em nenhum dos trabalhos sobre a historiografia velliniana que eu conhecia¹. Acendeu-se uma lâmpada em minha mente.

Analisar o discurso de Moysés Vellinho em *Capitania d'El-Rei* buscando compreender as maneiras como sexualizou/feminizou a natureza e justificou a exploração sexual das indígenas foi o objetivo basilar deste estudo. A partir de um amplo panorama acerca da produção intelectual sul-rio-grandense e de conceitos/abordagens decoloniais, intentou-se um entendimento mais complexo e aprofundado acerca das premissas que o autor levanta, dos diálogos interdiscursivos que travou com alguns pares e das conclusões a que chegou a partir de seus escritos e conjecturas. A partir da metáfora da aquarela, ver-se-á que a tela foi construída a partir de cores e formas selecionadas a dedo, numa composição de exclusões e

¹ Trabalhos gerais: NEDEL (2005); MARTINS (2015). Trabalhos específicos sobre os escritos de Moysés Vellinho: GOLIN (2001); BAUMGARTEN (2001); RODRIGUES (2006); HERCHMANN (2013). No caso do penúltimo trabalho mencionado, observou-se críticas à maneira com Vellinho tratou as indígenas em termos da justificação dos abusos sexuais enquanto “amor submisso”, dado o fato de a análise da autora possuir um recorte temático que não abrangia diretamente tal questão.

homogeneizações perpetradas por quem detinha a *pena*. Entre idas e vindas, porém, novos matizes foram incorporados – as *penas* que construíram e excluíram cederiam lugar às *penas* que contestam, que clamam por novas formas e cores.

A fonte utilizada neste estudo, *Capitania d'El-Rei*, se encontra no acervo pessoal da autora. Na obra, Vellinho trata das várias idas e vindas relacionadas à expansão ibérica nas terras que formam o Rio Grande do Sul. São mencionadas as expedições bandeirantes e as supostas “ameaças” ao empreendimento português, convergindo para uma análise “aportuguesada” dos diferentes tratados e movimentações ibéricas na região. A Província de São Pedro é apresentada como um notável e grandioso esforço de integração, e não um simples “apêndice territorial”. Vellinho desenvolve uma série de argumentações relacionadas a opor e hierarquizar territórios, povos, modos de vida e “empreendimentos” influídos por portugueses e espanhóis, apontando os de origem lusitana como melhores, mais qualificados, mais *civilizados*. *Capitania d'El-Rei*, assim, é uma obra dedicada a tratar dos temas que, na visão de Vellinho, teriam sido os principais em termos da formação do Rio Grande do Sul. Para tal, o autor direciona elementos a serem “excluídos” da história do estado sulino, como é o caso das Missões Jesuíticas e da história dos povos originários, tomados pelo autor como “bárbaros”.

Teórica e metodologicamente, analisar-se-á a escrita de Vellinho a partir de perspectivas que enfatizam permanências negativas, frutos da colonização agressiva e exploratória empreendida por europeus, com ênfase ao extremo meridional brasileiro. Considerando o conceito de *colonialidade*, o discurso do autor será observado de modo a evidenciar suas conexões com outros letrados e com as demandas de seu contexto, buscando compreender as maneiras como apresentou a formação sul-rio-grandense e as legitimações que empreendeu, num processo de sutalizações discursivas em relação à brutalidade das explorações múltiplas perpetradas sobre os corpos das/dos indígenas. Por discurso entende-se a palavra viva, em movimento, cujo produtor atua construindo e conjecturando teias de significados. A construção discursiva velliniana se deu sobre o passado que o autor buscava tornar inteligível, num processo de seleções e recortes que legitimariam as teses que defendeu. Este estudo, assim, justifica-se por propor uma visão mais aprofundada sobre os escritos de Vellinho, observando as atenuações e legitimações que traçou ao longo de sua narrativa, sobretudo em relação à submissão das indígenas.

Em 2001, ano em que Moysés Vellinho completaria 100 anos, Carlos Baumgarten organizou uma coletânea de textos do autor, na qual escreveu um ensaio acerca de Vellinho enquanto crítico literário (BAUMGARTEN, 2001). Na mesma obra, há um texto de Cida Golin

que versa sobre aspectos da vida pessoal e profissional de Vellinho, desde sua infância em Porto Alegre até sua consolidação enquanto primeiro vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), nos anos 1960 (GOLIN, 2001). Ambos os autores, Golin e Baumgarten, contribuem para compreendermos a trajetória de Moysés Vellinho ao longo de sua vida, seja enquanto advogado de carreira, seja como crítico atuante nos jornais da capital sul-rio-grandense.

Em 2002, em sua dissertação de Mestrado acerca construção do Ensino Superior no Rio Grande do Sul, Mara Rodrigues atribuiu destaque à formação da UPA (Universidade de Porto Alegre), em meados dos anos 1940. Neste sentido, aparecem menções a Moysés Vellinho enquanto atuante na instituição (RODRIGUES, 2002), mesmo que de forma efêmera, conforme se verá adiante. Em sua tese de doutorado, Rodrigues acentua as maneiras como Vellinho atuou frente a alguns pares da intelectualidade sul-rio-grandense de seu contexto, em meio a polêmicas, discordâncias e controvérsias (RODRIGUES, 2006). A autora versa, ainda, a respeito dos aspectos que Vellinho mobilizou em sua narrativa acerca da formação sul-rio-grandense, apresentando algumas correlações com historiadores e literatos do Rio Grande do Sul. São traçadas correlações, também, na tese de doutorado de Letícia Nedel, que analisa aspectos relacionados ao regionalismo sul-rio-grandense (NEDEL, 2005). A autora traz a obra de Vellinho em alguns momentos de seu estudo, evidenciando sua atuação em várias frentes da produção letrada do estado. Estes estudos serão amplamente utilizados no decorrer dos capítulos deste trabalho.

No primeiro capítulo, traz-se à análise os itinerários da escrita da história no Rio Grande do Sul. Para tal, será considerada a formação de agremiações históricas a nível nacional e local, dos idos do século XIX até o final do século XX, com especial atenção aos pressupostos conformados na produção historiográfica daquele período, bem como sua transformação. Enfatizar-se-á, ainda, alguns dos sujeitos que foram basilares na composição de núcleos letrados no Rio Grande do Sul. Por fim, toma-se como foco a constituição de instituições de Ensino Superior no estado, percebendo suas relações com as agremiações históricas que eram vigentes em sua contemporaneidade.

No segundo capítulo, a atenção se volta à construção de um campo específico da ciência histórica – a história “das mulheres”. Serão analisadas as dificuldades, questionamentos e obstáculos em torno da inserção do *objeto* referido entre os historiadores e historiadoras e para constituir-se métodos e abordagens coerentes a estes desafios. Além disso, adentrar-se-á no tema da colonialidade e em suas implicações para a compreensão da história de regiões que

foram colônias europeias, como é o caso do Brasil, com destaque aos discursos sobre o passado colonial e suas implicações no presente, com relação a preconceitos e estereótipos que ressoam mesmo em obras de cunho historiográfico.

Por fim, no terceiro capítulo, é dedicada atenção à análise da vida e obra de Moysés Vellinho, autor de *Capitania d'El-Rei* (1964). Serão observados os diferentes *lugares sociais* ocupados pelo autor, os eixos principais de sua escrita da história e os constructos e legitimações que erigiu em prol da defesa da miscigenação, atenuando a brutalidade das violências perpetradas contra os indígenas, em particular as explorações sexuais contra as nativas. Analisar-se-á, também, a maneira como o autor sexualizou a terra, o meio, definindo-a discursivamente a partir de conotações sexuais.

1. PENAS QUE CONSTROEM – CAMINHOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL (1838-1973)

Não é a historia um monumento vivo das acções humanas, ou do progresso da intelligencia da humanidade, que como uma salva-guarda a preserva dos erros e a conduz ao seu fim, á felicidade? (Calde e Fião, 1860).

Uma sociedade que não cultiva a sua propria historia não tem consciencia de si-mesma: É como uma creança que vive apenas as evidencias tangíveis da hora presente, sem meditar o passado e sem pensar no que ha de vir (Lindolfo Collor, 1921).

À escrita histórica contemporânea, é caro o trabalho a partir de fontes históricas, selecionando-se métodos válidos e eficazes em sua análise e, ainda, efetuando recortes espaço-temporais a partir de demandas que partem do próprio presente dos sujeitos que se dedicam a tal *métier* – historiadoras e historiadores. Para muitos, tal afirmação pode parecer banal. Aos nossos olhos, filhos da História regrada por métodos e concebida como ciência (embora não unânime e uniformemente), é quase automático observar *Clio* a partir de tais pressupostos, esquecendo-nos, muitas vezes, de que nosso próprio fazer possui historicidade, idas e voltas, mudanças e permanências. Somos, também, netos de uma concepção de História que ensina e introduz lições, e que acredita no progresso constante da humanidade. Assim como as disciplinas próximas, ou mesmo objetos e costumes de nosso cotidiano que parecem enraizados, a História enquanto ciência foi trilhada por caminhos diversos, por vezes sinuosos, até adquirir seu atual estatuto. Mais do que isso: enquanto ciência que toma como foco os seres humanos e suas ações ao longo do tempo (BLOCH, 2001), está em constante transformação – se somos *metamorfoses ambulantes*, logo nossas vivências e experiências, bem como o conhecimento a partir delas produzido, também sofrem os impactos destas mudanças.

A História oferece a oportunidade de nos colocarmos enquanto espectadores de eventos e conjunturas variados. Por meio dela, podemos compreender de forma mais aprofundada o modo de vida de um grupo nômade em seu processo de sedentarização, ou mesmo os bastidores de uma refeição imperial no Brasil dos anos 1800. Através do olhar atento de historiadoras e historiadores, os vestígios deixados pelos seres humanos tornam-se fontes preciosas para que o conhecimento sobre o passado seja produzido e, por meio dele, se compreenda melhor o

presente. Quando falamos que a Primeira Guerra Mundial (1914-18) dizimou milhões de pessoas, pode parecer apenas uma afirmação crua. Por outro lado, quando lemos escritos baseados em experiências reais de guerra, que nos falam sobre as agruras dos ambulatórios improvisados, o peso das matanças por uma causa que muitos não compreendiam direito e, ainda, a juventude despreocupada que foi negada a milhares de jovens², vivenciamos a história/experiência a partir da História enquanto ciência – o vivido torna-se compreensível, analisável. Eis um dos pontos mais fascinantes de nossa ciência: o poder de tornar inteligíveis situações, acontecimentos e experiências que, por seu caráter *humano*, nos despertam empatia, choque ou repulsa, nos impressionam, nos instigam e cativam.

A História, além de representar fatos passados conectados às demandas presentes, se compõe a partir dos sujeitos que a ela se dedicam. Podemos escrever sobre a Farroupilha (1835-45) a partir de um ponto de vista econômico ou cultural, ou mesmo considerar ambos, por exemplo. As tintas que historiadoras e historiadores escolhem para matizar seus escritos históricos impactam diretamente no resultado final e nos contornos que este irá adquirir. A composição final da obra depende, assim, da paleta de cores escolhida e dos efeitos que deseja estimular em seu observador. Através de seus pincéis, mulheres e homens matizaram obras históricas ao longo dos séculos, conferindo a elas tonalidades marcadas por seus interesses, demandas e contextos, uma vez que foram/são, também, sujeitos que fazem e vivem a história. Sobre estes diferentes matizes, refletiremos no presente capítulo.

Nossa tela começa a ser composta a partir dos esboços do século XIX, período no qual o passado da Nação que “engatinhava” se tornaria a preocupação central de muitos letrados. Nossa paleta adquirirá tons mais específicos a partir da análise da escrita histórica do/no Rio Grande do Sul, cuja forma e composição se filiariam àquela historiografia produzida na capital brasileira, Rio de Janeiro. Ao invés de pincéis, pena e tinteiro. No lugar das cores, ideias, discursos e legitimações comporiam a paleta de opções. A metáfora da tela que aguarda a tinta nos é útil: o passado seria discursivamente construído a partir dos esforços dos letrados, num intento de tornar coeso aquele Brasil tão esparso e plural. É como se a tela, já composta e com muitos arranjos, sofresse uma tentativa de *apagamento* para ceder espaço a novos tons e combinações. Sobre estes processos e discursos nos dedicaremos adiante, buscando compreender os diferentes matizes da produção historiográfica brasileira e sul-rio-grandense a partir de suas instituições, letrados e espaços de saber. Eis nossa paleta inicial.

² Ver Remarque (2004).

1.1. Aquarela do Brasil

A surpresa que atordoou navegantes europeus ao desembarcarem numa terra a eles desconhecida compõe muitas obras históricas e ficcionais. As bananeiras e palmeiras, a visão do sol iluminando a areia branca e a suposta docilidade dos povos que habitavam tais terras são apresentadas por Pero Vaz de Caminha em sua longa carta ao rei de Portugal, Dom Manuel I, documento apresentado por muitos como a *certidão de nascimento* do Brasil. A escravização de povos originários, a violência exploradora camuflada de *guerra justa*³, a busca desmedida pelo lucro e a ganância de muitos que chegaram ao território do atual Brasil, porém, logo se fariam fortemente presentes no cotidiano de povos cuja lógica de vida e sobrevivência diferia grandemente das perspectivas europeias (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Aos nativos *sem fé, lei nem rei*, como foram definidos os povos que habitavam o território, no contato com jesuítas portugueses, seria imposta a subordinação e o trabalho no desmatamento dos *brasis*, então abundantes e valorizados no mercado europeu. A história mancha-se duplamente de vermelho – do corante da madeira de Pindorama ao sangue derramado, os preconceitos e violências imperaram na terra de Santa Cruz.

Mas os tons terrosos logo dariam lugar às fornalhas e moendas e, junto a elas, às explorações que recortariam as matas e esculpiriam novos caminhos e contatos. Nos incipientes portos, multiplicavam-se o vaivém de mercadorias e as chegadas de gentes após degredo ou na busca de construir *seu* Novo Mundo. No horizonte, também surgiam verdadeiros cativos humanos, sob a roupagem de navios de comércio. Na verdade, o eram. A prática de escravizar seres humanos, que perduraria por mais de três séculos no Brasil, perpassou nossa história de maneira contínua, seja na pequena mercearia, na lavoura ou na casa grande. Em cada trago de aguardente, pedaço de tecido e filtro de café paira a sombra do trabalho escravo – gerações de homens e mulheres que trabalhavam até sua exaustão, sofriam duras penalidades físicas quando resistiam e tinham seu estatuto de seres humanos negado. Pessoas que podiam ser negociadas nos mercados públicos, abertamente. O gosto doce do açúcar e da garapa se tornam amargos quando nos damos conta da crueldade da instituição que tornou possível sua produção. A

³ Sob a premissa da “guerra justa”, ocorreu a escravização maciça de indígenas durante o processo de domínio português nas terras que constituem o Brasil. Alegava-se o direito de escravizar aqueles grupos que se mostrassem “hostis” aos exploradores europeus, numa lógica que alicerçava a oposição ao português na suposta oposição à religião cristã e à *civilização*. Elencando constructo após constructo, justificava-se a exploração dos indígenas, bem como as violências perpetradas contra diversos grupos e etnias. Sobre o tema, ver KOSHIBA (2012) e WEHLING; WEHLING, 1999).

escravização de africanos submeteu milhões de pessoas a trabalhos insalubres e forçados, sob a prerrogativa da tão arraigada crença da superioridade civilizacional europeia. A civilização do açúcar, do ouro e do algodão foi, também, a do sangue derramado, do tronco e das chibatadas.

Muitos são os aspectos que poderiam ser ressaltados nas centenas de anos de história que nos levam até a independência política do Brasil em relação a Portugal. Assentados sobre o trabalho escravo de milhões de africanos e indígenas, ao longo dos séculos, aquele *Novo Mundo* litorâneo cederia lugar a novas paisagens, nas quais a urbanização se destacaria. A integração territorial brasileira foi ocorrendo a passos lentos, acelerados sobretudo a partir dos anos 1700 (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Do Sul, vinham os tropeiros com suas carnes, peles e produtos derivados para abastecer a região das Minas. O doce do Nordeste aos poucos se interligaria ao “Brasil profundo”. Salvador, primeira capital da colônia, cederia espaço para o Rio de Janeiro (1763) e sua localização privilegiada, mais central em relação às demais regiões. A então colônia dotava-se, assim, de relações e ligações internas mais profundas, dadas sobretudo a partir das necessidades de abastecimento.

O século XVIII adquiria tons dourados na região das Minas Gerais. A exploração aurífera levou a um intenso processo de crescimento populacional na região, além da formação de cidades nos arredores da região mineradora, cuja demanda de abastecimento crescia (MESGRAVIS, 2018). O branco do açúcar ainda predominava na região Nordeste do Brasil, majoritariamente rural e imponentemente marcada pela casa grande em contraste com a senzala – liberdade e cativeiro se mesclavam no horizonte. Nossa paleta de cores se completa com o verde, mais ao Sul, e com o cru da carne ao sol. Grande parte do território que atualmente compõe o Rio Grande do Sul estava organizado em propriedades de proporções surpreendentes, nas quais se realizava o plantio de gêneros variados e se dava a criação de animais – as estâncias (OSÓRIO, 2006). Mais ao sul do território, compuseram-se as charqueadas, local onde o gado *vacum* era abatido e cuja carne era exposta ao sol, dando origem ao charque, numa estratégia de preservação (ASSUMPCÃO, 2006). A atividade dos tropeiros, conforme já mencionado, se destacaria. Estes sujeitos atuavam no transporte de gado e de carne e derivados a outras regiões da colônia, sendo fundamentais no abastecimento destes gêneros (SANTOS, 2006). Em nossa tela, cabe ainda mais um matiz: a cor negra dos escravizados que atuavam em ambos os tipos de propriedade, constando inclusive em livros de registro, catalogados junto aos bens e propriedades de estancieiros e charqueadores (ASSUMPCÃO, 2006).

Chegamos ao século XIX. Mesmo distante da Europa, os ventos franceses sopraram para as bandas do Brasil. Portugal, em meio às disputas entre Inglaterra e França, se viu forçada

a tomar uma decisão e sair de sua posição de neutralidade, tamanha a tensão no continente. A poderosa marinha britânica, em caso de aliança com a França, poderia colocar em risco os domínios portugueses na América, ao passo que a França poderia invadir Portugal caso houvesse uma aliança deste com a Inglaterra (DOLHNIKOFF, 2019). Em tom de sigilo, mantendo as aparências, a Coroa lusa deixaria Portugal e embarcaria rumo à sua maior colônia na América: o Brasil. A experiência inédita, levada a cabo em 1807, deixaria milhares de súditos boquiabertos, a mercê dos invasores, ao passo que alteraria radicalmente a vida na capital da então colônia portuguesa.

A chegada da Corte no Brasil promoveu uma série de transformações, como a abertura dos portos às chamadas “nações amigas”, já em 1808, que acabaria com a exclusividade de comércio entre a colônia e Portugal, possibilitando intercâmbios com outras nações (MESGRAVIS, 2018). As mudanças foram intensas:

Por ocasião da transferência da Corte, a acanhada cidade do Rio de Janeiro não estava preparada para abrigar os 10 mil recém-chegados e outros 15 mil que viriam nos anos seguintes; não havia casas suficientes. Muitos moradores foram desalojados, o que provocou bastante descontentamento. As letras PR pintadas nas portas escolhidas significavam “Príncipe Regente”, mas a população sarcasticamente dizia que significavam “Ponha-se na Rua!”. [...] A transformação do Brasil em sede da monarquia portuguesa levou à criação de instituições de importância vital para a cultura (MESGRAVIS, 2018, p. 155)

As instituições criadas abarcaram desde a Imprensa Régia (1808), composta a partir da compra de máquinas inglesas, cuja novidade era a existência de jornais/editoras na colônia (SCHWARCZ; STARLING), até então proibidos⁴. Criou-se, ainda, a Biblioteca Real. Economicamente, acompanhou-se à criação do Banco do Brasil (1808) e de indústrias, proibidas no final do século XVIII. Todas as transformações colaboraram de modo significativo para o desenvolvimento da capital da colônia, mas seu impacto pode ser avaliado num contexto amplo, para fora do Brasil, numa conjuntura na qual os negócios, a cultura e a organização se conectavam quase que umbilicalmente à Europa – produtos, produção e consumo eram pautas do dia para potências como a Inglaterra, que visavam escoar seus produtos e obter matérias primas para abastecer suas fábricas (MESGRAVIS, 2018).

Com a morte de D. Maria I (1816), rainha de Portugal, D. João VI, príncipe regente, assumiria o poder por direito. A coroação se daria no Rio de Janeiro em 1818, num contexto de

⁴ Até 1821, a Imprensa Régia deteve o monopólio da produção de escritos, controlando (censurando) o que era produzido (MESGRAVIS, 2018).

sucesso contra a Revolução Pernambucana, em 1817⁵. O Brasil, a partir de então, tornou-se Reino Unido àquela que fora sua metrópole por séculos, contando com as vantagens e com o prestígio de tal posição (MESGRAVIS, 2018). As tensões em Portugal ficaram mais evidentes, levando à Revolução Liberal do Porto e à formação das Cortes – não se aceitava a nova condição da antiga colônia e o mal-estar em relação ao “abandono” do rei se mostrava intenso. Em 1821, enfraquecido, D. João retornaria a Portugal, e os burburinhos se multiplicariam nos jornais e nas ruas da capital brasileira. D. Pedro, filho de D. João, ficaria em solo brasileiro e desobedeceria as ordens de retornar a Lisboa. As elites brasileiras em muito o apoiaram em função de buscarem defender seus interesses e vislumbrar o menor impacto possível, internamente (MESGRAVIS, 2018). O Sete de Setembro de 1822 estava batendo à porta e, com ele, uma independência margeada pelo Ipiranga e sombreada pela continuidade de um monarca português, dos laços estreitos com a antiga metrópole e de pedaços que não se conformavam num encaixe, dada a diversidade de condições culturais, econômicas e sociais das regiões brasileiras naquele contexto.

Da Assembleia Constituinte à Carta outorgada em 1824, muitas foram as disputas e conflitos no interior das elites que conformariam a burocracia e a organização do Estado que aos poucos se desenhava. Era preciso ter a capacidade de reunir populações tão díspares quanto geograficamente distantes a partir de laços simbólicos, mas também concretos, além de reestruturar uma economia que, a partir de então, se propunha nacional. Era preciso forjar a nação, o pertencimento, a identidade, sobretudo frente às oposições ao imperador e às pressões que vinham de vários lados, em várias intensidades (MESGRAVIS, 2018). A abdicação de D. Pedro em 1831, frente a tal quadro de instabilidades, decretaria a vacância do trono brasileiro, dada a menoridade de seu filho, também chamado Pedro. Até 1840, o Brasil seria governado por regentes⁶, até a antecipação da maioridade de Pedro e sua coroação como imperador do Brasil, sob o título de Pedro II.

Pairar sobre séculos de história brasileira nos permite visualizar de maneira mais ampla os diferentes processos que nela se conformaram e que levariam à configuração de estruturas sociais, econômicas, políticas e sociais das quais somos herdeiros e, simultaneamente, sujeitos. Após muitas instabilidades, violências e rupturas, o governo imperial assistiria à longa duração de seu governante, Dom Pedro II, no poder. É durante seu governo que o Estado se consolida e

⁵ A Revolução Pernambucana foi um movimento contra a presença portuguesa, de tons separatistas e de ideário republicano, que acabou duramente reprimida pelas tropas centrais (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

⁶ O Período Regencial (1831-40) marca os anos de governo dos regentes, em função de Pedro não poder assumir o trono abdicado pelo pai. Inicialmente, a Regência era trina; após o Ato Adicional de 1835, tornou-se una. Ver SCHWARCZ; STARLING, 2015.

que temas relacionados à identidade brasileira surgem à voga com maior intensidade. É, enfim, quando se começa a refletir de maneira mais sistemática sobre a manutenção da unidade imperial, tão cara em tempos de mudanças e fragmentações políticas, como vinha acontecendo nas independências de antigas colônias espanholas, nas demais regiões da América. A aquarela do Brasil deveria se tornar mais verde e amarelo do que jamais fora – embora as demais tonalidades ainda compusessem a paleta de cores.

1.2. Um passado para o presente em construção

A independência política do Brasil em relação a Portugal estava feita em 1822. Isso não significa, porém, uma ruptura com a antiga metrópole, uma vez que aquele se sentava no trono imperial brasileiro era fruto da linhagem real portuguesa. Além disso, grande parte dos membros da burocracia estatal era composta por indivíduos que vieram para o Brasil junto à Coroa portuguesa em 1808 e nos anos imediatamente posteriores (GUIMARÃES, 1988). Além disso, muitos dos brasileiros que ocupavam cargos na administração pública e setores afins eram recém egressos de cursos de formação realizados em Portugal. Claramente, as relações com a antiga metrópole não eram de antagonismo, mas, ao contrário, de cordialidade e respeito.

À independência política, deveria corresponder, igualmente, uma independência cultural: a questão da identidade brasileira emergiu como tema importante. Nessa época, a análise das bases da nação tornou-se tarefa fundamental aos intelectuais e políticos. [...] Uma identidade nacional era tomada como pressuposto para que o Brasil se afirmasse plenamente como nação no quadro internacional. Tratava-se, porém, de afirmar-se como uma nação civilizada, de acordo com os padrões europeus. Nação e civilização eram vistas como equivalentes. O projeto de análise das bases da nação se articulava a partir dos padrões europeus (GUIMARÃES, 2011, p. 30).

Justamente por convergirem em relação aos pressupostos acima referidos, pode-se evidenciar que não havia, no Brasil do contexto da independência, tons nacionalistas que se posicionassem diretamente contrários a Portugal e suas heranças ao Império⁷. Ao contrário: entre as elites políticas e intelectuais ocorria a valorização da cultura e dos hábitos portugueses

⁷ “A disparidade de interesses regionais determinados e as diferenças sociais e étnicas – que foram reconhecidas pelos políticos mais antigos do momento de Independência – contribuem para colocar em dúvida qualquer tratamento unívoco de uma consciência nacional no fim do século XVIII e início do século XIX” (GUIMARÃES, 2011, p. 33).

sob a roupagem da *civilização*⁸. A própria bandeira imperial (e nacional, atualmente), carregaria o verde e amarelo da Dinastia de Bragança, portuguesa. Em meio às rupturas, portanto, são evidenciadas permanências.

Para fazer frente a possíveis tendências de separatismo em um império de proporções continentais e multiplicidades várias, cujo sistema de governo manteve-se enraizado na monarquia, ao contrário das repúblicas vizinhas (MESGRAVIS, 2018), era preciso coesão. Apresentar um Brasil uno desde suas origens e com objetivos semelhantes, apesar das regiões díspares, tornou-se importante. A distância entre as regiões, o relativo isolamento de algumas delas e as diferentes demandas, entre tantos outros fatores, dificultavam tal ideia de pertencimento e identidade. Os conflitos, revoltas e guerras ocorridos durante o período colonial, e mesmo durante o imperial⁹, evidenciaram que estavam em jogo muitas dissidências em torno de interesses. Nesta composição, a malha precisava ser tecida a partir dos retalhos.

O mesmo nascer de século que marca a independência brasileira em relação a Portugal e as transformações que levariam à assunção do poder imperial por dois descendentes diretos da Coroa lusa, em sequência, comportaria também a institucionalização da História enquanto um campo científico¹⁰. Tal processo se inicia, na Europa como no Brasil, no contexto de afirmação dos Estados Nacionais, em muito se relacionando com sua legitimação e com a construção/consolidação de uma identidade comum ao todo (GUIMARÃES, 1988). O *povo*, ente genérico, precisava tornar-se Nação, e a escrita da história viria a ser o instrumento *master* para tal finalidade. Contudo:

Disciplina autônoma, a escrita da história não se confunde com a história. Em si mesma, como fenômeno natural e espontâneo, a história concerne ao que sucede no mundo para aquelas criaturas capazes de reconhecer o tempo. Como tal, ela é face

⁸ “Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

⁹ Em se tratando do período colonial, aconteceram várias revoltas e guerras, tais como a Revolta de Beckman (1684), a Guerra dos Emboabas (1707-1709), a Guerra dos Mascates (1710-1711), a Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (1720), a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Dentre os conflitos do período imperial brasileiro, destacam-se a Cabanagem (1835-1840), a Sabinada (1837-1838), a Balaiada (1838-1840), a Revolta dos Malês (1835) e a Farroupilha (1835-1845). Sobre cada um dos conflitos e suas especificidades, ver SCHWARCZ; STARLING (2015), MESGRAVIS (2018), DOLHNIKOFF (2020).

¹⁰ Concordamos com Marc Bloch (2001), quando afirma que a História é uma ciência que estuda os seres humanos e suas mudanças e experiências em diferentes tempos e espaços. Há outros autores, como Antoine Prost (2008), que percebem a História não como ciência, mas como um ofício. Entendemos que a História pode ser definida como uma ciência, uma vez que sua escrita se dá a partir do rigor metodológico, da análise das fontes e do compromisso com a compreensão dos eventos e conjunturas.

concreta, múltipla e contraditória da existência humana. A escrita da história não simplesmente se projeta sobre ela, como se fosse obra de um bibliotecário consciencioso (LIMA, 2006, p. 118)

O conhecimento histórico, produto do trabalho de historiadoras e historiadores, se dá a partir da análise das fontes e de estudos complexos acerca dos contextos, eventos ou fatos que tomam enquanto foco de suas pesquisas. A História, portanto, não é a simples sistematização da história, campo da experiência e do vivido; é, ao contrário, o estudo das fontes e dos diferentes contextos, de modo a compreendê-los a partir dos vestígios dos quais se tem conhecimento. Além disso, compreende-se que não somos neutros ao escrever a história – somos, também, sujeitos históricos, imersos em um contexto e dotados de ideias e valores. Mas nem sempre foi assim – a História também é dotada de historicidade.

No século XIX, modo de perceber o *fazer* historiográfico pautava-se em pressupostos diferentes daqueles aceitos atualmente. Preconizando as Teorias da História, tivemos Filosofias da História¹¹. Já no século XIX, a filosofia romântica comporia os estudos que tratavam de temas relativos à história¹². Em termos de teoria da história, se destacaria a corrente positivista francesa, cujo expoente foi Augusto Comte. Em linhas gerais, tal modo de perceber a história tinha a universalidade como pressuposto, acreditando que a cientificidade da História poderia ser atingida a partir da aplicação de métodos oriundos das ciências naturais e, ainda, considerando-se o suposto caráter de neutralidade do historiador. Além disso, acreditava-se que as fontes, de caráter estritamente escrito, “falavam” por si mesmas (BARROS, 2011). Outra corrente que se destacaria no período seria o Historicismo, de origem alemã, cujo expoente seria Leopold von Ranke. Para os adeptos desta corrente, era necessário praticar a crítica documental, além da autocritica historiográfica (BARROS, 2011). Interessante destacar que o Historicismo se afirmaria nas academias alemãs do século XIX em pleno contexto de afirmação dos Estados Nacionais, tendo como objeto privilegiado o passado nas nações que buscavam legitimar-se.

Conforme a ciência histórica ia conhecendo diferentes métodos e maneiras de interpretar seus objetos e fontes, também se destacava a figura do historiador, ocorrendo uma ruptura: de

¹¹ Quando falamos em teoria da história, nos referimos a sistemas de explicação que permitem compreender os acontecimentos históricos a partir de uma determinada ótica, valorizando o nível macro ou micro, os sujeitos ou as estruturas, etc. Ao nos referirmos à filosofia da história, a compreendemos como um conjunto explicativo de caráter teleológico, como é o caso do cristianismo. Sobre isso, ver BARROS (2013).

¹² O Romantismo caracterizou-se pela manifestação da subjetividade e individualidade, pela exaltação da “cultura popular” e do sentimento nacional e, ainda, pela exaltação à natureza. Tal corrente estaria fortemente presente nas concepções historiográficas daqueles que preconizariam a escrita histórica no Brasil (GUIMARÃES, 1988), a partir do século XIX. Ver BARROS (2011).

“homem de letras”, passa a ser visto como “pesquisador”, ocupando posição de destaque em sociedades nas quais o intento principal das elites era a edificação de um sentimento nacional que agregasse em termos de pertencimento e identidade. As penas dos historiadores tornam-se pilares na construção das nações e do nacionalismo – “a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional” (GUIMARÃES, 1988, p. 5). História e construção nacional andariam lado a lado.

Se, na Europa, o *lugar social* (CERTEAU, 1982) de construção de uma historiografia pautada nos interesses e demandas de consolidação do Estado-Nação eram as academias e universidades, no Brasil a situação diferia. A produção historiográfica não se daria

[N]o espaço sujeito à competição acadêmica própria das universidades europeias, mas [n]o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista (GUIMARÃES, 1988, p. 5).

Assim, em meio ao desejo de consolidar um passado comum ao todo, e sob o compromisso de reunir documentos valiosos para preservar a história da *nação* brasileira, nasceria em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja ideia de criação seria desenvolvida e levada a cabo pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)¹³, que se propunha a incentivar o processo de desenvolvimento brasileiro (GUIMARÃES, 1988). A atuação da SAIN e do IHGB seriam nevrálgicas ao projeto de natureza global que era tecido, ou seja, a integração (e mesmo viabilização) de uma totalidade que se compreendesse enquanto brasileira.

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a "Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. Entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas (GUIMARÃES, 1988, p. 6)

¹³ A SAIN foi fundada no Rio de Janeiro em 1831, quando esta cidade era a capital do Império brasileiro. Em seu quadro de fundadores e partícipes, havia políticos e intelectuais dispostos a buscar soluções aos problemas econômicos brasileiros. Ver GUIMARÃES (1988).

Com a missão de construir um passado coerente, de pertencimento e suposta brasilidade “inerente”, os letrados que comporiam os quadros do IHGB se dedicariam ao estudo de amplos recortes espaciais e temporais, calcados na edificação de uma história que se pretendia nacional. A magnitude deste projeto consiste no fato de que o quadro de agremiados buscava construir um *todo* sobre bases nada homogêneas, mas que foram se constituindo como tal nas narrativas que aos poucos iam ganhando forma, num processo de exclusões, legitimações e silenciamentos. As portas da história se abriam ao sabor dos interesses daqueles que possuíam suas chaves.

Como se poderia falar em uma história de identidade e pertencimento em um Império cujas páginas manchavam-se com o matiz da escravização institucionalizada de milhões de pessoas? Como tratar da nação quando se conhecia o descaso e o preconceito em relação aos grupos de povos originários que habitavam o território brasileiro? Sobre a primeira questão evidenciamos uma historiografia herdeira de pressupostos que desvalorizam e desqualificam a atuação de africanos e seus descendentes na história brasileira, menosprezando suas influências e questionando suas capacidades no passado brasileiro¹⁴. Em relação à segunda, seria visada a integração do “nativo” na história nacional. O período no qual fora tornado escravo e submetido a trabalhos compulsórios, bem como as diversas explorações e violências sofridas, é negligenciado¹⁵, apresentando-se um personagem dócil e interessado nos assuntos portugueses, ao estilo da *Primeira Missa no Brasil*¹⁶. O estudo da temática indígena vinha ao encontro da questão da Abolição e do trabalho, já presente nos debates entre as elites:

A reflexão a respeito dos índios devia contribuir para o desenvolvimento de eventuais alternativas à escravidão. Tornava-se necessário esclarecer a dúvida acerca da viabilidade de os indígenas serem capazes de adotar um modo de vida sedentário. [...] A redação da revista [do IHGB], no entanto, se empenhava na publicação de relatórios a respeito dos êxitos na ação de civilizar índios, ante a convicção de que as

¹⁴ O próprio Moysés Vellinho, autor cuja obra tomamos como foco de análise neste trabalho, negava veementemente as heranças africanas no Rio Grande do Sul, menosprezando sua atuação no estado e sua participação nos episódios sobre os quais narra. Ver VELLINHO (1970).

¹⁵ Vellinho, conforme veremos adiante, minimiza quantitativa e qualitativamente a participação indígena na história do Rio Grande do Sul, justificando as explorações várias e seu emprego como mão de obra de forma compulsória pelos bandeirantes, por exemplo (VELLINHO, 1970).

¹⁶ O quadro *Primeira Missa no Brasil*, pintado por Victor Meirelles em 1860, delineia uma narrativa imagética sobre como teria sido o primeiro ritual religioso católico no Brasil. O arvoredo e vegetação característicos da região Nordeste do Brasil, as expressões doces de alguns indígenas em contraste com o olhar atento de outros e a centralidade da Cruz, símbolo católico, compõem uma cena que busca representar uma suposta aceitação e tranquilidade nos contatos entre os que aqui estavam e os que aqui chegaram, numa composição clássica do Romantismo. Se considerarmos, porém, a data de produção da tela, seu contexto e o discurso que a mesma nos fornece, poderemos observar que a obra também se insere dentre as narrativas que se propõem à construção da identidade nacional. Ver RODRIGUES (2017).

experiências havidas seriam de valor para o trabalho futuro (GUIMARÃES, 2011, p. 154).

Os textos disponíveis indicam que a integração dos indígenas deveria ser parte da política estatal, promovendo-se um “sistema educacional” diferente daquele levado a cabo pelos jesuítas nos séculos anteriores (GUIMARÃES, 2011). Note-se que ao tocar no ponto da educação, o que se almejava era “ensinar” aos indígenas os hábitos considerados “civilizados”, traços herdados dos portugueses, no intento de prepará-los para, talvez, ocupar postos de trabalho vacados por escravizados em condição de liberdade, a partir do espectro da Abolição que a cada vez mais parecia rondar o chão verde-amarelo.

Postular sujeitos, episódios e conjunturas que comporiam o acervo historiográfico nacional implicaria na confecção de uma versão da história que abarcasse pressupostos próprios, condicionados aos interesses em voga, relacionados à construção nacional. Por outro lado, se daria um processo de configuração do *outro* – no caso brasileiro, isso ocorreria interna e externamente (MANHANI, 2020). Por um lado, desloca-se para a margem da história oficial aqueles contingentes não brancos: indígenas e africanos escravizados. Por outro lado, constrói-se a noção de uma fronteira que precisa estar sob constante vigilância, mesmo definidos os limites territoriais, dadas as disparidades que haveriam entre o Brasil – civilizado, branco e imperial – e os países vizinhos da atual região platina – republicanos (GUIMARÃES, 2011). É neste processo, fulcralmente, que tem início a tessitura da imagem do Rio Grande do Sul como sentinela dos pampas e guardião das fronteiras em nome da nacionalidade¹⁷.

Estes e outros temas nevrálgicos seriam abordados nas páginas da *Revista*¹⁸ do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em função de tal publicação comportar artigos, documentos e imagens referentes à história nacional (e regional), será brevemente analisada, com ênfase a alguns aspectos principais¹⁹. O referido periódico, de circulação trimestral, trazia paginação

¹⁷ É a partir destas supostas tensões, cujo remonte se dá àquele passado das demarcações territoriais no século XVIII, que muitos autores da historiografia sul-rio-grandense construiriam seus discursos sobre a fundamental atuação do Rio Grande do Sul em prol da segurança e integridade do Brasil. Moysés Vellinho, por exemplo, denomina tal situação como “drama de fronteira” (VELLINHO, 1970), calcando sua narrativa sobre tal postulado.

¹⁸ Ao longo da história da agremiação, o periódico recebeu várias denominações, como *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os Auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional* (primeiro nome, em 1839), *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil, fundado no Rio de Janeiro debaixo da Immediata Protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II* (1858) e *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S. M. I. o senhor D. Pedro II* (1889). Atualmente, intitula-se *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ver SANCHEZ (2003).

¹⁹ Seguindo a denominação atual e predominante ao longo da história do periódico, o intitulamos *Revista*. Porém, conforme SANCHEZ (2003), tal concepção vai ao encontro de noções mais recentes, introduzidas e aplicadas em função da estrutura das publicações do IHGB. Cabe considerar que por sua periodicidade e variedade de assuntos,

continuada em seus volumes, com a ideia de formar um todo anual, evidenciando certo caráter de continuidade (SANCHEZ, 2003). Até os anos 1860, o IHGB não teria congêneres regionais, sendo os pincéis de seus letrados aqueles que comporiam a aquarela brasileira, congregando passado e presente.

Dentre a variedade de assuntos abordados na *Revista*, teriam sido três as temáticas principais (GUIMARÃES, 2011): os relatórios de pesquisas e viagens, a história das diversas regiões e a questão indígena. As publicações referentes ao primeiro dos temas acima mencionados se davam, sobretudo, por demandas de cunho geográfico. Vejamos:

A identidade de uma nação exige, obviamente, também o conhecimento das características físicas e geográficas do território do Estado. As publicações e pesquisas pertinentes tratavam também da questão das fronteiras, aspecto relevante para um Estado que ainda estava em constituição. Dar atenção às fronteiras do país e tratar de fixá-las e garanti-las, tanto para dentro como para fora, é parte integrante do processo de formação de uma nação. Tratava-se de definir seus contornos exatos (GUIMARÃES, 2011, p. 158).

Se os matizes da formação nacional em termos étnicos e culturais seriam definidos pelos pincéis dos letrados dedicados à História, a garantia de um ambiente fronteiriço tranquilo, coeso e voltado para *dentro* seria buscada por meio de estudos geográficos. Os relatórios de viagens de brasileiros e de estrangeiros são exemplo deste intento de compilar conhecimentos relacionados a elementos geográficos (como rios, montanhas e vegetação) mas, também, *práticos*, que englobam desde as possibilidades de aproveitamento econômico e exploração até a situação dos grupos indígenas (GUIMARÃES, 1988). Se tratava, assim, de um projeto de integração política e econômica.

A história das diversas regiões, segundo tema presente nas publicações do periódico do IHGB, era escrita a partir do interesse nos acontecimentos históricos das províncias, compreendendo-os enquanto parte integrante da história do Império em si. Neste âmago, porém,

[...] não se tratava de salientar as peculiaridades e idiosincrasias das diversas regiões, mas antes de acentuar o que tinham em comum. Expressão do conceito de Estado centralizado, era fato que o IHGB, sediado no Rio de Janeiro, se ocupava dessa tarefa. Por assim dizer, a central chamava a si o conhecimento oriundo e a respeito das províncias. Vale a pena notar que, nesse sentido, foi dada atenção especial às províncias de fronteira (GUIMARÃES, 2011, p. 164)

considerando-se também a profundidade nas abordagens, a *Revista* teria ocupado uma posição intermediária – funções de jornal e revista estiveram amalgamadas.

Em se tratando de uma província como a de São Pedro, para ilustrar o caso sulino, redobrou-se os cuidados. Numa região de constantes embates por demandas que gravitavam em torno de territórios e poder político-econômico, atentava-se sobretudo a uma escrita histórica que a inserisse na Nação que se constituía e consolidava gradativamente, excluindo-se desta versão as possíveis discrepâncias em relação à nacionalidade. O Brasil *brasileiro* que tomava forma precisava que todos os seus cantos compusessem a obra final.

O último dos três temas principais tratados na Revista do IHGB foi a questão indígena, abordada de forma mais incisiva em relação aos outros dois eixos acima referidos. Esta temática compunha, também, as duas outras, uma vez que nas viagens de observação, por exemplo, era dispensada atenção especial aos povos que habitavam o território. Além disso, pensar os povos indígenas no passado e naquele presente do século XIX trazia à voga outra questão – a do negro na composição nacional. Em relação a estes dois grupos, evidencia-se que as publicações se dão mais quantitativa e qualitativamente em relação aos indígenas do que aos africanos. Discutia-se sobre a educação, sobre suas condições no passado e no presente e, a partir disto, sobre sua possível utilização como mão de obra, dadas as pressões abolicionistas que batiam à porta. Além dos debates a respeito de uma possível “idade do ouro” indígena, como no caso dos povos andinos e mesoamericanos (GUIMARÃES, 1988), discutia-se sobre a participação indígena e africana na composição social. Enquanto a historiografia se preocupava em encontrar no indígena um passado anterior à chegada dos europeus que fosse capaz de inserir o Brasil na agenda das nações, por um lado, por outro negava as contribuições dos africanos (MANHANI, 2020), afirmando-se sua colaboração por meio de seu trabalho, apenas.

As penas daqueles homens que se dedicaram à escrita histórica no Brasil do Oitocentos²⁰ levaram a cabo um projeto de construção nacional que engendraria uma Nação profundamente calcada em sua herança portuguesa, branca e monárquica, sob os auspícios e ilustre presença de Pedro II, imperador do Brasil²¹. Tal como artistas que compõem uma tela, as cores, formas e cenas foram cuidadosamente selecionadas, de modo que a partir desta composição seria materializado um passado para aquele presente carente de unidade e pertencimento e ansioso

²⁰ No período analisado, a atuação dos sócios-fundadores foi de suma importância ao desenvolvimento e consolidação do IHGB. Alguns dos letrados se destacaram em função de colaborarem mais diretamente com as atividades da instituição, seja nas reuniões, seja contribuindo com publicações sobre a história e geografia brasileiras. Dentre estes, estavam Januário da Cunha Barbosa, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, José Antônio Lisboa e Joaquim Caetano da Silva. Ver GUIMARÃES (2011).

²¹ O imperador participava diretamente de muitas reuniões e assembleias da agremiação nacional, além de destinar verbas do Estado para a atuação de letrados a ela vinculados. Ver SCHWARCZ; STARLING, 2015.

por manter uno um império de proporções gigantescas, cujo eco de vozes discordantes ainda se fazia ouvir. Em meio a isso, os ensinamentos da História eram fundamentais²².

1.3.Luzes na Província

O Brasil oitocentista, cujos intentos gravitavam em torno da construção e divulgação de uma história “oficial” brasileira, bem como de uma imagem que o posicionasse em pé de igualdade com as nações europeias, seu modelo por excelência (GUIMARÃES, 2011), demoraria vinte e dois anos para irradiar as *luzes* para as províncias. A tarefa de escrever a história brasileira, congregando as regiões do Império e tonalizando de verde e amarelo um passado que se sabia multifacetado e multicolorido, passaria a se dar também a nível regional, a partir de 1860²³. Mas não em qualquer província – aquela que comportaria o pioneirismo em termos de agremiações históricas regionais no Brasil seria a mesma cuja sombra do separatismo teria assustado os unitários num passado recente, e cujas lindes eram observadas com temor por muitos: a Província de São Pedro, atual Rio Grande do Sul.

Mesmo não conseguindo compor um panteão de heróis sul-rio-grandenses, como era desejo de seus membros²⁴, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP, 1860) teria sua existência em um momento de transformações relativas à ideia de “homem notável”, o que matizaria a escrita histórica produzida dali em diante:

²² No meio intelectual do século XIX, difundiu-se a perspectiva de que seria possível aprender lições com a história, ensinamentos que a História ajudaria a trazer à tona. Herdeira de tradições que consideravam tal *topos de historia magistra vitae* (história mestra da vida), a historiografia brasileira no Oitocentos comporia ensaios que visavam justamente a difundir os feitos brasileiros (GUIMARÃES, 1988), de modo que os pontos bons pudessem ser assimilados no presente, ao contrário daqueles considerados negativos, que não deveriam mais se repetir. Sobre o tema, ver KOSELLECK, 2006.

²³ A intenção de fundar na Província de São Pedro uma agremiação similar ao IHGB (e a ele relacionada) data de 1855. Embora malograda, pode ser percebida como uma das primeiras manifestações em que as lideranças letradas da Província demonstraram seu interesse em irradiar a produção escrita do centro para as demais partes, fundando uma instituição de cunho histórico e posicionando-se enquanto construtores daquela história que se via em processo de edificação. Estes letrados, por vezes, compunham os quadros do IHGB, conhecendo de perto aquele *lugar social* e sua maneira de conceber a história e o passado nacionais. Ver BOEIRA (2009).

²⁴ Dentre os membros que se destacaram em sua atuação no IHGPSP, temos José Antônio do Valle Caldre e Fião (1821-1876), que foi abolicionista e escreveu diversos livros e ensaios literários em torno do passado sul-rio-grandense e sua história; Paula Soares (1825-1881), que tratou de escritos biográficos nas páginas da revista da agremiação, além de atuar na escrita e publicação de livros didáticos; Manoel Pereira da Silva Ubatuba (1822-1875), homem de carreira pública envolvido na administração da província e nos trabalhos em torno dos letrados da agremiação; Hilário Ribeiro de Andrade e Silva (1847-1886), autor de diversos livros didáticos, docente autodidata e um dos fundadores do IHGPSP; e Vasco de Araújo e Silva (1842-1898), professor e membro do grupo fundador do IHGPSP. Ver BOEIRA (2009).

Se até o século XVIII, o quadro qualitativo de grandes homens era reservado unicamente à esfera dos grandes homens militares, observa-se uma reatualização dessa visão no século precedente. No Oitocentos, os escritores abandonaram a antiga e restritiva concepção plutarqueana de vidas narradas por suas características exemplares ao plano de suas virtudes e do respeito da boa moralidade. O grande homem passou a ser, principalmente, aquele cidadão útil a sua época e que devotava sua existência para o bem público. Assim, o século XIX ampliou o leque de opções daqueles de quem relatava os "altos feitos", não os reduzindo mais à figura do herói dos campos de batalha. Todavia, o grande homem caro à época seria, necessariamente, um patriota, pois sua própria história auxiliava, ao final das contas, a um objetivo maior, o da escrituração das páginas gloriosas da biografia da nação (BOEIRA, 2009, p. 20)

Dada a importância da produção historiográfica e literária naquele contexto de afirmação nacional, os vultos considerados célebres passaram a ser, também, os que empunhavam a pena e tinteiro para levar adiante um projeto de grande amplitude e significado. Se os heróis do passado eram, para os letrados, aqueles que pegaram em armas para dar forma física ao Império, a partir daquele contexto seriam, também, os homens dedicados a escrever sobre o passado de sua pátria, atribuindo simbologias, homogeneizações e versões calcadas ideia de nação, ficção criadora do século XIX²⁵.

Os temas relacionados à guerra permearam fortemente os debates da agremiação provincial. Buscava-se compreender a luta, escrever sua história e extrair dela as tão desejadas lições, embora em muitas das vezes o trabalho dos letrados se desse mais no sentido de reunir e publicar documentos do que em produzir um relato histórico de fato (BOEIRA, 2009). Afirmava-se constantemente a coragem do homem sul-rio-grandense na labuta e na defesa das fronteiras imperiais, uma vez que a atividade “defensiva” era compreendida como realizada em prol da unidade, tão discutida e defendida pelos pares do congênere nacional, o IHGB.

Em meio ao processo de construção e definição da nação, adquiriria consistência e importância uma questão a ela correlata – a região. Na perspectiva de representar-se, as províncias brasileiras passaram a contar com o trabalho de letrados imbuídos da tarefa de definir o regional, operando no âmbito do imaginário e da construção da ideia de tipicidade (BOEIRA, 2009). As tensões e conflitos entre a parte e o todo ressurgiriam neste âmago, nascendo uma historiografia preocupada em contribuir com aquela versão da história nacional que se pretendia coesa. Era preciso demonstrar – e, se necessário, inventar – uma Província de São Pedro patriota

²⁵ Conforme Thiesse (2002, p. 8-9), “a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e histórias, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore”. Seriam estes os principais fatores considerados na produção escrita de cunho histórico que seria realizada pelos letrados do IHGB e do IHGPSP, posteriormente, além de outras agremiações congêneres que se ocupariam de tais discussões ao longo do tempo.

e compromissada com o então Império do Brasil, cuja história estaria diretamente a ele relacionada.

A necessidade do estudo das cousas patrias, da historia, da geographia e estatistica desta provincia de S. Pedro, fazia-se sentir de ha muito tempo a esta parte. [...] A historia do passado, como do porvir desta provincia, não será um monumento de exclusivo interesse para ella; não, os sucessos mais notaveis aqui passados estão intimamente ligados á vida do Imperio, que não haverá brasileiro que não os lêa como uma narrativa da historia geral do payz. [...] O que ha de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente (REVISTA DO IHGPSP, 1860, p. 1).

Os *escribas* da província, em sua tarefa de reunir documentos e escrever a história, não estariam dedicando esforços vãos – pelo contrário, estariam contribuindo com seus fios para tecer a malha do todo. Em outras palavras, dar conta dos temas relacionados à região implicava, também, a construção da história nacional, dada a afirmação de que os assuntos do Sul diziam respeito ao centro e às demais partes da unidade chamada Brasil. Como toda regra, apresenta-se uma exceção – a Farroupilha, referida na *Revista do IHGPSP* como guerra civil, seria um evento que “tocaria” individualmente aos da Província²⁶.

A partir do projeto do IHGB e dos estatutos que regiam a agremiação, as províncias seriam integradas ao projeto maior de centralização. A inspiração organizacional do IHGPSP, portanto, perpassa diretamente aquela engendrada por seu congênere nacional, estando o primeiro diretamente relacionado à criação de um *perfil* para a nação que se pretendia brasileira – ou Brasil que se pretendia nação? O que estava em jogo, assim, era a conformação das tonalidades várias na busca por uma composição harmônica que “desvendasse” (construísse) o processo de gênese brasileiro (BOEIRA, 2009), seja em termos étnico-culturais, seja em relação às questões relacionadas ao território.

No IHGPSP, inserir a história local dentro da narrativa nacional em constituição no país era prestar mais um serviço ao Império, mostrando ao governo imperial e, também, ao restante da nação, que o rio-grandense era um povo patriótico e que sua história belicosa e guerreira era parte constitutiva do todo chamado Brasil. [...] Esses letrados que viam no passado heroico e guerreiro do Rio Grande uma forma de conciliá-lo com o passado nacional, pontuando sua importância para a história da

²⁶ A Farroupilha foi (é?) um episódio da história sul-rio-grandense que marcou profundamente os imaginários e as cristalizações na memória coletiva. Várias já foram as versões buscadas e legitimadas pela historiografia, que versaram desde as supostas falhas do Império para com a então Província, levando seus homens a buscarem a separação, até a afirmação de um protagonismo farrapo enquanto antecipador do ideário republicano frente à Monarquia que então governava, sem intento de separatismo definitivo. Ver ZALLA; MENEGAT, 2011 e SOARES, 2016.

nação em formação, não deixavam, todavia, de destacar que não era somente pelas lutas travadas no terreno militar que os rio-grandenses deveriam ser lembrados (BOEIRA, 2009, p. 40).

Imbricavam-se, assim, as questões referentes ao local e ao nacional. Enquanto província que se pretendia integrada, era preciso apresentar e confirmar a bravura daqueles que teriam oferecido sua vida em prol da defesa da integridade do Império. Por outro lado, não se poderia aceitar que a região fosse reconhecida apenas por seu caráter belicoso, devendo ser considerados, também, seus esforços enquanto letrados atuantes na composição da história e literatura da/sobre sua Nação.

O fato de o IHGPSP ter sido precursor enquanto agremiação histórica e geográfica regional²⁷, em meio ao processo centralizador que *buscava* o nacional, fazia com que seus membros adotassem uma perspectiva de “homens de letras”, interessados e responsáveis pela escrita de uma história repleta de ensinamentos, que seria legada à posteridade. Isso não garantiu, contudo, uma duração consistente e longa a esta instituição – sua atuação conheceu espaço restrito em sua contemporaneidade, além de ruir após a participação de muitos de seus membros da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870)²⁸. Além disso, haveria também o reconhecimento tardio do IHGB, uma vez que

[...] antes de 1860, ou seja, antes de ter que responder com soluções concretas ao pedido de filiação de uma sociedade já constituída, não havia sido gerada, dentro da associação nacional, nenhuma mobilidade em relação à questão. Foi necessário aos associados do IHGB pensar em uma forma de lidar com essa inquietante demanda: uma das províncias do Império – e justamente aquela que desafiou a soberania nacional, dele se separando e constituindo uma república por quase uma década – finalmente tomara a iniciativa de criar uma instituição congênere à sua (BOEIRA, 2009, p. 43).

²⁷ A História, neste âmbito, era considerada a “ciência principal”, atribuindo-se à Geografia, Etnografia e Antropologia, por exemplo, um status de “ciências auxiliares”. Note-se, porém, que a Geografia teve importância fundamental ao IHGPSP, assim como ao IHGB e a agremiações posteriores, como o IHGRGS, justamente por possibilitar a delimitação dos contornos brasileiros, complementando fisicamente a tarefa simbólica de construção nacional, dada a partir da historiografia. Assim, “da mesma forma que a cartografia servia para legitimar o território político do Brasil, colaborando para o projeto de construção da unidade espacial do país, a documentação coligida, armazenada e publicada no periódico local servia como prova de autenticidade do território rio-grandense numa região constantemente ameaçada pela confrontação militar com os espanhóis” (BOEIRA, 2009, p. 52).

²⁸ A Guerra, travada a partir de uma aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, teria relação com disputas territoriais e causaria a devastação do Paraguai, além de custos econômicos e demográficos àqueles que nela se envolveram. Ver SCHWARCZ; STARLING, 2015.

Reconhecido pelo congênere nacional em 1863, em meio a muitos debates e posicionamentos contrários, o IHGPSP, como já referido, sofreria desfalques com as partidas para a Guerra. Após o retorno, havia esperança de que se pudesse largar as armas e tomar posse das penas, novamente, numa “auto visão” de que estavam contribuindo para engrandecer o futuro a partir do passado. Porém, havia uma inquietação – o medo de ver seu trabalho perdido em meio à desorganização e infrequência causadas pelo período de ausência.

O nosso silencio ante esta importante travessia do tempo tem sido um resfolegar, em que tereis junto muito cabedal para a tradição que vos estava confiada. Reparastes: é mister que vos levanteis, e que mostreis á provincia que sois dignos della e de memorar muito feito titânico, muitas aspirações, muitas lições proveitosas (BARÃO DE PORTO ALEGRE *apud* BOEIRA, 2009, p. 72).

Não era somente a manifestação do *medo* de perder aquilo que já havia sido feito, como também um chamado para que as gerações daquele novo presente, reformulado pela guerra e pelas experiências da contemporaneidade, pudessem continuar e perpetuar aquele empreendimento, em nome de uma suposta dignidade que precisava ser demonstrada e, mais do que isso, registrada. Embora o Barão²⁹ conclamasse seus conterrâneos a seguirem o empreendimento do qual fizera parte, isso não se daria. Não se sabe ao certo quanto tempo o IHGPSP durou, mas o certo é que não alcançou a década seguinte à sua fundação. Além disso, viria a decepção com uma monarquia que não mais representava seus interesses. Gradualmente,

Inspirados pelo IHGB, os heróis militares do Instituto Histórico regional também precisaram “combater antes de escrever”, privilegiando a espada em detrimento das demais armas que possuíam. Renunciaram às penas e abdicaram dos escritos. Todavia, no derradeiro retorno do campo de batalha, já cansados, foi-lhes difícil demais retomar os trabalhos e reerguer a agremiação e, não conseguindo mais cumprir sua “missão”, tiveram que se retirar da luta travada em nome da escrita da história da pequena pátria. Deram, então, lugar a novos combatentes. Homens que renunciaram às armas em prol da literatura (BOEIRA, 2009, p. 76).

A velha guarda da historiografia provincial (ou o que restaria dela) seria congregada em outro núcleo letrado, tão importante quanto o IHGPSP, junto a letrados com orientações, visões e perspectivas diferentes das suas. As penas e tinteiros seriam manuseados em prol de causas

²⁹ Nos referimos ao Barão de Porto Alegre, Manoel Marques de Sousa (1804-1875), que foi militar, político e abolicionista e atuou no IHGPSP, conclamando possíveis congêneres à valorização do passado regional. Monarquista, atuou na Farroupilha em prol do governo imperial. Ver BOEIRA (2009).

em voga naquele momento, como a escravidão e o republicanismo, num Império que via desmoronar suas bases de sustentação. Mesmo malgrado o intento inicial, cujo projeto era inserir a história local naquela produzida pelo IHGB, os *homens* de letras não mais abdicariam da tarefa de serem eles mesmos redatores da história e da literatura de sua Província.

1.4. “Ergueu-se um monumento” – o Partenon Literário

O IHGPSP veria desmoronado um projeto de construção do regional a partir dos cânones do nacional, o qual intentou inserir a história da província naquela mais ampla e abrangente – a do Império brasileiro. Mesmo que os temas discutidos na referida agremiação tivessem relação com a escrita histórica que se dava no IHGB, sua referência, e os estudos e documentos *daqui* fossem apresentados em sua revista, o Instituto da província teria duração efêmera e pouco alcance em seu contexto de atuação. Durante o Oitocentos, outra agremiação surgiria, levando a cabo o projeto antes malgrado de construir um panteão sul-rio-grandense e de conceber uma literatura regional para a província – o Partenon Literário, fundado em Porto Alegre no ano de 1868³⁰, empreendimento no qual se destacam os esforços de Apolinário Porto Alegre³¹.

Conforme já mencionamos, o esforço de fundar e manter uma agremiação literária do cunho do Partenon se deu a partir de múltiplos grupos – compuseram o núcleo letrado aqueles que já tinham certa experiência de escrita, publicação e reunião de documentos considerados importantes, sujeitos antes atuantes no IHGPSP (grupo minoritário), assim como jovens de uma “nova geração”, com novos anseios e demandas, para quem o regionalismo literário significava

³⁰ As marcas de seu contexto de formação gravitam em torno do gradual fortalecimento da causa abolicionista e do republicanismo, considerando-se também a sombra dos conflitos nos quais o Brasil e a Província de São Pedro haviam se envolvido nos anos anteriores, tais como as já referidas Farroupilha (1835-45, interna) e Guerra do Paraguai (1864-70, externa). Com o intento de fomentar e desenvolver a produção letrada sul-rio-grandense, calcada nos eixos e ideários acima mencionados, os partenonistas dariam ensejo a ensaios e debates de fundamental importância, gravitando sobre causas de cunho social, político e cultural. Dentre os fundadores da agremiação, tivemos os já referidos Caldre e Fião, Silva Ubatuba, Andrade e Silva e Vasco de Araújo e Silva (também membros do extinto IHGPSP) e Apolinário Porto Alegre (1844-1904), republicano e autor atuante na poesia, romance e teatro sul-rio-grandenses. Este último também atuou como jornalista e ensajou ensaios de cunho histórico. Ver BOEIRA (2009).

³¹ “Apolinário foi, com certeza, um dos grandes expoentes das letras rio-grandenses no século XIX e sua obra é até hoje revisitada e estudada em trabalhos acadêmicos, principalmente nas áreas de Letras e História. A trajetória de vida do literato está inseparavelmente ligada a do Partenon Literário e é praticamente impossível pensar a instituição sem pensara ação que Apolinário exerceu para sua manutenção. Da mesma forma, [...] pode-se dizer que seria difícil pensarem Apolinário sem pensar no Partenon” (BOEIRA, 2009, p. 77).

aflorar as capacidades e os episódios marcantes da história da província da qual faziam parte³². Posicionando-se enquanto “obreiros” em prol de um grande e importante projeto, trabalhariam na construção de um acervo, além de constituir uma Revista, que teria considerável circulação. Assim,

Para o jovem grupo partenonista, sua obra nascente era inédita e naquele momento mesmo de fundação foi por eles tomada como um acontecimento de grande importância na vida cultural da província. [...] Na intenção de buscar espaços de atuação no cenário local, esses moços não se furtaram em considerar imenso o tamanho do “sacrifício” de sua empreitada, da qual se regozijavam (BOEIRA, 2009, p. 79).

As letras rio-grandenses deveriam ser desenvolvidas, congregando-se nos escritos daqueles homens as vitórias, os marcos e as singularidades da província da qual eram procedentes. Apareceriam em seus escritos aspectos atemporais das lides, vivências e modos de ser dos *gaúchos* nos galpões, dos constrangimentos da guerra, dos predecessores que tiveram colaboração na composição da vida literária sul-rio-grandense (BOEIRA, 2009), entre outros temas. Mesmo tratando de uma diversidade abrangente de questões, os partenonistas não demonstravam a intenção de envolver em seus escritos questões ligadas a correntes políticas³³, fortemente em voga no final do Oitocentos³⁴.

No auge de seus vinte e poucos anos, a “mocidade do Partenon Literário” (BOEIRA, 2009) estaria em grande parte relacionada a instituições de ensino da Província de São Pedro, considerando em seus escritos e produções a realidade social na qual viviam, marcada por um sistema monárquico e escravista. Além de se ocuparem em ofícios relacionados à educação, muitos buscariam ampliar seus espaços de atuação através da participação em jornais. Todo espaço que se abrisse em prol da fundação de uma literatura sul-rio-grandense *genuína* seria bem-vindo. Neste sentido, foi o período de atuação do Partenon – de 1868 até 1885 – que

³² Um dos partenonistas que representava a “geração anterior” de literatos foi Antônio Vale Caldre e Fião, médico e poeta atuante nas *letras*. A “juventude partenonista” era composta por muitos moços que também se dedicavam ao ensino, como é o caso do já referido Apolinário Porto Alegre.

³³ Embora não quisessem vincular questões de cunho partidário nos trabalhos do Partenon, seus membros por vezes não se distanciavam da arena política, atuando em cargos e abrindo frentes relacionadas aos ideários que tomavam como mais pertinentes àquele contexto (BOEIRA, 2009).

³⁴ Ao final dos anos 1800, estava em voga a questão do republicanismo, tanto em nível nacional, quanto provincial. Além disso, muito se debatia a necessidade de abolir a escravidão, e o sistema monárquico não mais contava com a aceitação que tivera em períodos anteriores, efervescendo ideias e movimentos em torno de sua substituição. Sobre o tema, ver SCHWARCZ; STARLING, 2015.

colaborou para concretizar a formação de uma literatura sul-rio-grandense conectada ao todo, mas calcada em seus pressupostos e particularidades. Portanto,

[...] as letras provinciais somente alcançariam um maior desenvolvimento a partir dessa segunda metade do século XIX – momento em que o Rio Grande do Sul já se encontrava devidamente incorporado ao Estado brasileiro – e isso deve ser relacionado diretamente à dificuldade que a província enfrentou em se manter militarmente pacificada num período que se estendeu da ocupação do território e seu povoamento até o final do movimento farroupilha (BOEIRA, 2009, p. 85).

O período marcadamente belicoso e ruralizado da Província de São Pedro teria contribuído para que seus habitantes se dedicassem a atividades diferenciadas daquelas levadas a cabo no centro do Império, por exemplo. Inegavelmente um palco de muitos conflitos e disputas, a província sulina teria vivenciado um longo período de “inércia cultural” (BOEIRA, 2009), postergando sua atuação nas *letras* em função de outras demandas que se faziam perceber. Concordamos em partes. Apesar de compreendermos o quão marcada por conflitos foi a região do atual Rio Grande do Sul, entende-se que muitos dos ofícios aqui desempenhados, além de intercâmbios e vivências, podem ser percebidos como parte de uma cultura que ainda não produzia muitos escritos sobre si mesma, mas que era repleta de contos, versos e canções que relatavam oralmente tais aspectos culturais. O conceito referido restringe (equipara?) “produção letrada” a “cultural”. Por isso, em síntese, consideramos “inércia cultural” como um conceito importante, mas relativamente aplicável, podendo ser utilizado quando se trata da produção escrita, mas questionado ao pensarmos “cultura” num nível mais amplo.

Importante veículo de circulação dos textos literários dos partenonistas foi a *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, publicada a partir de março de 1869 (BOEIRA, 2009). A inspiração daqueles *escribas* da província vinha da história, na forma de exemplos dos quais buscavam extrair lições – a história mestra da vida, já mencionada anteriormente. Nas páginas deste periódico, circulariam ideias republicanas, abolicionistas e relacionadas à emancipação feminina, a partir de diversas seções, de “crônicas” a “estudos biográficos”. Mas não só o passado era trazido à voga – muito se falava do presente e da atuação daqueles *homens* que davam vida à sociedade partenonista.

Seus discursos são muito importantes para ilustrar como a “instrução” era o caminho a ser trilhado em nome do esclarecimento e da civilização que o século XIX trazia à humanidade. Nesses discursos, muitas vezes se felicitava a Sociedade Partenon e seus membros, chamados de “soldados” das letras, das artes e das ciências. Homens que

combatiam um novo inimigo a ser derrotado: a ignorância. A bandeira era a civilização. E se desejava propagar o progresso. Os sábios, ou seja, os “atletas das letras” partenonistas eram os lutadores. Havia, enfim, inúmeras metáforas presentes nesses discursos e que, na maior parte das vezes, eram ligadas ao universo militar – porque resultantes de um passado bélico que se queria, também, imortalizar no corpo da história (BOEIRA, 2009, p. 91)

Metaforicamente, se rememorava um passado que não se queria deixar esquecer, no qual o militarismo seria uma das faces do desejo de defender o todo, da integração da Província ao Império do Brasil. Os esforços de integração da história local àquela nacional, que se veriam concretizados mais tarde, já aparecem no Partenon, tendo o regionalismo assumido notável importância nos textos publicados. Os esboços biográficos, neste sentido, colaboraram para selecionar e colocar em evidência aqueles homens considerados importantes por seus feitos, sobretudo relacionados à guerra. Neste cerne,

[...] o panteão de heróis que o Partenon Literário criou para dar corpo à história heróica do aguerrido e destemido rio-grandense, deveria ser, a um só tempo, regional e nacional. Através do *topos da historia magistra vitae*, os exemplos do passado serviriam às gerações do porvir como modelos morais. Contribuindo solidamente para formação da galeria de homens ilustres da província, o Partenon Literário realizava um dos objetivos da história projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ainda na primeira metade do XIX (BOEIRA, 2009, p. 103).

A galeria de heróis da província elucidaria, também, aqueles que teriam agido em prol do todo, dada a afirmação do pertencimento da primeira ao segundo³⁵. O regionalismo, assim, contribuiria para afirmar a identidade sul-rio-grandense e, a partir dela, inserir o pedaço no todo, num jogo ambíguo de movimentações que se adaptariam às necessidades de cada conjuntura histórica (NEDEL, 2005).

O quadro de agremiados do Partenon Literário foi muito amplo. Contribuíram para a escrita literária desde profissionais vários, como boticários, até homens e mulheres ligados à escrita e à vida docente. Uma das participantes foi a professora Luciana de Abreu, membra desde 1873. Sua atuação e presença foram muito importantes – “afora ser considerada pelos conterrâneos uma ‘mulher talentosa’ em um universo majoritariamente masculino, era também

³⁵ Na seção *Esboço Biographico* da *Revista Mensal*, eram citados nomes, trajetórias e “feitos” daqueles considerados como heróis. Encontramos, no periódico, estudos sobre Davi Canabarro (atuante na Farroupilha ao lado dos farrapos), do Cônego Thomé de Souza (como homem atuante em prol de uma história pedagógica) e, ainda, Manoel de Araújo Porto Alegre (atuante nas *letras* rio-grandenses), entre outros. Ver BOEIRA (2009).

reconhecida como defensora da emancipação feminina, uma das bandeiras levantadas pela associação” (BOEIRA, 2009, p. 113).

Quando Apolinário Porto Alegre afirmaria que ao edificar-se o Partenon “ergueu-se um monumento”, estava ciente da importância que aquela agremiação teria para as letras sul-rio-grandenses. Pertencer àquela Sociedade era motivo de orgulho e felicidade. Sobre os partenonistas, pairava uma autoimagem de construtores do Rio Grande do Sul, criando através de suas *penas* versões sobre o passado da província que ocupam espaço na memória coletiva até nossa contemporaneidade. Fazer parte da agremiação era figurar entre o núcleo letrado mais reconhecido da Província, cujos escritos irradiariam para outros locais do Império. Era, sobretudo, colocar-se como redator de sua própria história, criando versões, nuances e identidades.

1.5. “Consultar o passado é preparar o futuro” – o IHGRGS

Apesar de sua importância, o Partenon Literário se desmembraria em meados da década de 1880. Os rumos da escrita sul-rio-grandense de cunho histórico-literário se dariam no sentido da constituição de uma agremiação histórica e geográfica cuja duração seria marcante e significativa na vida cultural do Rio Grande do Sul. Surgia o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), fundado em 1920, cujos cânones estariam assentados naquele mesmo propósito que norteara as demais agremiações congêneres de períodos anteriores – a inserção harmônica (harmonizada?) da história local e regional nos trâmites do passado e do presente nacionais. A importância da referida agremiação foi tamanha que chegaram a ser erguidas “trincheiras” de encontro à escrita histórica nela produzida³⁶, versão do passado tomada como legítima, que perdurou durante muito tempo na memória e no fazer historiográfico do Rio Grande. A seus ditames, controvérsias e discursos será atentado adiante.

A síntese daquilo que criam os letrados que tornaram realidade o empreendimento historiográfico nucleado no IHGRGS pode ser encontrada já no primeiro volume de sua *Revista*, no qual se afirmaria que “consultar o passado é preparar o futuro” (RIHGRGS, 1921, p. 3). A

³⁶ Conforme Nedel (1999), Dante de Laytano teria atuado enquanto figura fundamental à consolidação do Museu Júlio de Castilhos (MJC), constituindo uma frente díspar à forma de se produzir a escrita histórica no Rio Grande do Sul. Rodrigues (2002), neste mesmo sentido, aponta para o papel da formação do sistema de ensino superior no estado, em voga desde o final da primeira metade do século XX, que traria novos ares metodológicos à pesquisa historiográfica sul-rio-grandense, conforme será visto adiante.

crença de que a história era a mestra da vida, legando lições e ensinamentos, já havia permeado outros meios letrados congêneres em períodos anteriores, conforme já referido. Além disso, acreditava-se também na possibilidade de se estabelecerem leis para a escrita histórica, assim como de evidenciar as regras que regeriam o desenvolvimento da humanidade³⁷. Neste âmbito, seriam conduzidos diversos estudos sobre temas relacionados à história sul-rio-grandense, majoritariamente costurados àqueles que dizem respeito ao centro, ao todo, numa composição que buscava harmonizar o imperfeito e atenuar o díspar.

A criação do IHGRGS comporta objetivos mais amplos do que apenas a escrita da história local por aqueles que *aqui* viviam. Por sua vez, o nascimento da instituição teria relações com o intuito do IHGB de estender suas atividades para as regiões do Brasil, num esforço conjunto de coligir, analisar, publicar e estudar documentos que eram considerados de grande valia à história nacional (SILVEIRA, 2008). É a partir deste projeto e intuito que a escrita histórica no Rio Grande do Sul “engatinharia” rumo à sua institucionalização. A historiografia resultante deste processo

[...] pode ser resumida em termos de história de cunho nacionalista que dava como solução para a problemática da identidade regional a formação a partir da matriz lusitana. Ao mesmo tempo, essa produção histórica defendia uma agenda intelectual que colocava o regionalismo a serviço de uma missão política que visava à ascensão dos quadros gaúchos à liderança nacional (MARTINS, 2019, p. 224).

A fraca identificação do Rio Grande do Sul ao restante do país, tomada pela intelectualidade sulina como um estigma em relação à sua *província*, seria apropriada e convertida em uma espécie de “virtude” – as mãos em armas teriam se dado em prol de uma fronteira frágil e porosa, que deveria ser mantida a salvo de invasões que vinham do *outro lado*. Sendo assim, ao Rio Grande caberia o título de “o mais brasileiro dos estados da federação”, merecedor, portanto, da “liderança da política nacional por suas virtudes morais e atávicas” (MARTINS, 2019, p. 224), num contexto de afirmação de vultos sul-rio-grandenses na arena político-partidária nacional, como foi o caso de Getúlio Vargas³⁸.

³⁷ Além de ser apontada a finalidade prática e pedagógica da história, afirma-se que “de um ponto de vista mais amplo e geral, concorre para a fixação systemática das leis que regem o gradual desenvolvimento da humanidade, tanto moral como material” (RIHGRGS, 1921, p. 5).

³⁸ A mesma historiografia que glorificaria Vargas e sua ascensão ao poder nacional apresentaria postura cética quanto aos rumos do governo construído pelo *gaúcho*, dada a centralização extrema empreendida durante sua gestão. Criticava-se, sobretudo, a padronização cultural promovida pelo Estado Novo (1937-45), período no qual Vargas exerceu o poder de maneira autoritária. No cerne destas críticas estava, sobretudo, a proibição de símbolos estaduais, cujo evento marco foi a queima das bandeiras estaduais e o hasteamento da nacional em substituição. A

A década de 1930 marcaria o centenário da Farroupilha (1835-45), episódio que envolveu um separatismo temporário em relação ao governo imperial, do qual participaram homens livres e escravizados³⁹. A vertente historiográfica predominante no núcleo de letrados do IHGRGS se esforçaria para construir uma versão do ocorrido que fosse compatível com seus intuítos primeiros, relacionados à homogeneização de disparidades e diferenças em relação ao centro (SOARES, 2016). Neste sentido, seria apresentada uma versão do passado farrapo calcada num suposto sentimento de brasilidade proveniente daqueles que se envolveram na Farroupilha, para os quais o problema a ser resolvido era a forma de governo vigente. Pôr em xeque a unidade do Império brasileiro teria sido um dos meios que justificariam os fins, buscando-se estender o regime republicano a todo o território. Esta versão encontraria eco por décadas entre os letrados, reservando a margem da história para aqueles que a ela se opusessem⁴⁰ e criando uma interdição, que

[...] delimitava nenhum lugar para aproximações com o Prata; dava um sentido federalista para a guerra farroupilha, condenando qualquer interpretação separatista; excluía as Missões Orientais do passado sul-rio-grandense; destinava um papel secundário aos estrangeiros na Farroupilha. Na esteira desse processo, o IHGRGS se firmou como o único centro prestigiado de produção do discurso legítimo sobre a história sul-rio-grandense (MARTINS, 2019, p. 225).

Em suas primeiras décadas de atuação, portanto, o IHGRGS se constituiria enquanto núcleo que congregaria aqueles letrados que almejassem participar da escrita histórica do/no Rio Grande do Sul. Muitos foram os que abandonaram o campo de literatura, seu chão inicial, para ingressar nos caminhos da história, em busca do prestígio do qual desfrutavam aqueles que viriam a ser seus pares⁴¹. Assim, os anos 1920-30 marcaram uma historiografia preocupada

própria *Província de São Pedro*, periódico fundado por Moysés Vellinho nos anos 1940, seria uma *reação* à padronização getulista. Ver MARTINS (2015; 2019).

³⁹ Por razões variadas, de pressões senhoriais a demandas próprias, muitos foram os escravizados que ingressaram nas tropas farroupilhas, sob a prerrogativa de obterem a liberdade após o final do conflito. Além disso, foram frequentes dos deslocamentos do lado farrapo para o imperial, e vice-versa. Sobre o tema, ver CARVALHO (2013).

⁴⁰ A defesa do “republicanismo farrapo”, protagonista e antecipador, seria levada a cabo por autores como Emílio Fernandes de Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, estes dois últimos atuando como ratificadores e continuadores das teses erigidas pelo primeiro. Alfredo Varela, por outro lado, seria duramente criticado por defender a tese de um “separatismo farrapo”, aproximando os revoltosos de causas provenientes da região platina e apresentando-os enquanto desejosos de separar-se do então Império brasileiro. Ver VARELA (1933), DOCCA (1935) e VELLINHO (1970).

⁴¹ É o caso de Moysés Vellinho, cuja escrita será analisada mais adiante. Ingressado nas “letras” a partir de ensaios de crítica literária em vários jornais porto-alegrenses, o autor se dedicaria aos estudos de cunho histórico a partir dos anos 1930 e, na década seguinte, ingressaria definitivamente no IHGRGS, sendo um membro ativo na referida agremiação.

com os estigmas que pairavam sobre o Rio Grande (SILVEIRA, 2008), apresentando-o como brasileiro ao passo em que legitimavam e construíam uma história que fosse capaz de, discursivamente, torná-lo parte de um todo que se pretendia uno e coeso.

Na década de 1940, o IHGRGS já havia conquistado espaço e adquirido prestígio entre os núcleos letrados do Rio Grande do Sul e fora dele, dada a correspondência com o IHGB (SILVEIRA, 2008). Surgiriam, então, esforços no sentido de atender a uma demanda de reabilitação, tanto daquilo que era produzido e dos temas sobre os quais se gravitava, quanto da imagem daqueles que, anos antes, tomaram para si a tarefa de escrever sobre o passado sul-rio-grandense, na condição de porta-vozes dos mesmos.

Esse esforço revisionista, ao final do Estado Novo, fez parte de um processo mais amplo de readequação da esfera intelectual gaúcha às mudanças que ocorreram no campo intelectual brasileiro. Essa nova tomada de consciência e de posição estava ligada à revisão dos intelectuais gaúchos frente a três problemáticas: a ampliação dos mercados culturais do Rio Grande do Sul, a redefinição do regionalismo e a atualização da identidade “profissional” para os intelectuais (MARTINS, 2019, p. 226-227).

O que estava em jogo, portanto, era a busca por novos espaços a partir de um viés regionalista que, enquanto dissipava os possíveis rumores de separatismo e não pertencimento do Rio Grande do Sul ao Brasil, fosse capaz de, também, demonstrar o quão engajados e “atualizados” eram seus letrados. Expandir as letras *daqui* para as demais regiões, sob a prerrogativa da identificação do estado ao país, era o intento *máster* daqueles que se dedicariam à ciência histórica. Avançando este degrau, deixavam outro para trás – reconheceriam o fracasso dos intentos de “gauchização” do Brasil a partir dos estudos de grandes vultos e ocorridos, em voga nos momentos anteriores da agremiação histórica sul-rio-grandense.

Esse diagnóstico vinha junto com a constatação do papel exercido pela História no processo de empobrecimento do regionalismo local, e, conseqüentemente, do descompasso ou atraso dos intelectuais rio-grandenses na competição com intelectuais de outras regiões pela definição dos atributos “autenticamente” brasileiros (MARTINS, 2015, p. 229).

Era preciso, nesta linha de raciocínio, construir um “novo” regionalismo, cujo eixo não poderia mais centrar-se na mobilização política (MARTINS, 2019) ou naquela antiga concepção de “regional” enquanto um ente separado e diverso do centro (NEDEL, 2005). Neste

cerne, ocorreria uma tentativa de reabilitação da imagem cultural do estado no plano externo, enfatizando-se a elaboração de um repertório historiográfico que tornasse possível a competição com outras regiões na definição do que seria o estritamente *brasileiro*. Em outras palavras, tratava-se da inserção de símbolos, costumes e ideários sul-rio-grandenses na coleção daquilo que era entendido como *nacional*⁴².

Embora houvesse objetivos comuns à intelectualidade sul-rio-grandense, conforme já mencionado, existiam também pontos de divergência entre os letrados. Se a reabilitação cultural foi percebida por muitos como uma possibilidade de ampliar os estudos relacionados ao folclore e intentar sua disciplinarização⁴³, outros continuavam defendendo a necessidade de preservar os costumes das “províncias” face à centralização geral que se propunha, da política à cultura ; (MARTINS, 2019). No primeiro caso, Manoelito de Ornellas⁴⁴ foi expoente. No segundo, estava a ala dirigente do IHGRGS, vivenciando um contexto de crise institucional. Adepto deste segundo posicionamento, Moysés Vellinho incitaria a criação da *Revista Província de São Pedro*, que seria difundida a amplos espaços letrados brasileiros⁴⁵.

As mudanças percebidas na forma de se produzir a escrita histórica no estado teriam ressonâncias de grandes proporções. Se, sobretudo nos anos 1930, estariam isolados aqueles letrados que trouxessem em seus escritos perspectivas marcadas pelo pluralismo étnico e temas

⁴² Reitera-se, neste ponto, as já mencionadas críticas da intelectualidade sul-rio-grandense à padronização empreendida pelo governo de Getúlio Vargas nos anos 1930-40, respondendo-se a isto a partir de escritos que valorizavam as particularidades regionais sem perder de vista a desejada inserção na história do *todo* brasileiro. Tal situação de “reação” se intensificaria à medida que o Estado Novo ruía em termos de legitimidade e duração, configurando a já referida valorização do regionalismo enquanto fundamento à escrita da história, mobilizado sob formas e orientações díspares nas produções de diferentes letrados. Ver MARTINS (2015).

⁴³ Os trabalhos voltados ao Folclore e à “cultura popular” – entendida à época como “aquilo que provinha do povo”, inferior, portanto – surgiriam à voga na tentativa de “competir” com outras produções historiográficas calcadas sobre o pilar do regionalismo, mas que o utilizavam de modo a demonstrar como *brasileiros* seus usos e costumes, e não a construir abismos marcados pelo isolamento de sua região em relação às demais, como ocorria na tentativa de formação de um panteão de heróis, levada a cabo no Rio Grande do Sul nas décadas anteriores. A escrita de cunho folclórico, intentada por letrados sul-rio-grandenses, buscava encontrar espaço frente a regionalismos como os dos estados da região Nordeste brasileira, que se inseriam aos poucos na cultura brasileira como parte formativa, a exemplo de textos de Gilberto Freyre, como *Casa Grande & Senzala* (1933). Além disso, o intento se relacionava com mudanças e transformações nas ciências sociais do país, cujo ensino superior já engatinhava nas capitais da região Sudeste, por exemplo. Considere-se, ainda, a mobilização de letrados pelo viés folclórico como uma *trincheira* aberta contra o grupo dominante no IHGRGS, encabeçado por Moysés Vellinho, cujo prestígio e poder muitas vezes silenciavam vozes que percebiam a história a partir de óticas diversas das suas. Ver RODRIGUES (2002), NEDEL (2005) e MARTINS (2015; 2019).

⁴⁴ Manoelito de Ornellas (1903-1969) foi jornalista, poeta e historiador. Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado (1938), professor interino disciplinas de Literatura Hispano-Americana e Cultura Ibérica da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1951) e de História da Arte na Faculdade de Filosofia de Florianópolis (1954). Ver THESING (2015).

⁴⁵ A *Revista Província de São Pedro* circulou de 1945 a 1957, sob a direção de Moysés Vellinho, o qual também foi responsável por sua fundação. O periódico congregou autores e textos de variadas áreas do conhecimento, da história à sociologia. Sua data de início tem a ver com a queda do Estado Novo (1937-45), regime ditatorial de Getúlio Vargas, ao qual Vellinho expunha sua profunda contrariedade. Ver RODRIGUES (2006).

ligados ao folclore, nos anos 1950 a situação se alteraria: “quem está isolado é o núcleo que detinha o controle institucional do IHGRGS” (MARTINS, 2019, p. 231), dentre os quais estaria Moysés Vellinho. A sacralização dos objetos estudados não mais convinha, cedendo espaço a novas abordagens, temas e problemáticas que se acercavam a cada vez mais do que se denominava “cultura popular”. A crise institucional foi, simultaneamente, uma crise de um modelo historiográfico que se evidenciava estar esgotado⁴⁶. Incompatível. Abria-se uma lacuna, uma disputa, calcada não mais no “lusitanismo” ou “platinismo”⁴⁷.

A questão que subjaz a disputa é a renovação do arcabouço conceitual da história que tomou de empréstimo das ciências sociais algumas ferramentas metodológicas que permitiram a ampliação do seu campo de investigação para o terreno da cultura popular, bem como a atualização da identidade dos intelectuais convertidos ao folclore (MARTINS, 2019, p. 232).

A década de 1960 viria a marcar o fechamento de um ciclo, cujo bastão esteve nas mãos dos letrados envolvidos com a fundação e manutenção do IHGRGS enquanto um espaço legítimo de produção historiográfica, com versões que imperaram durante décadas. A partir de então, outros espaços passaram a contar com maior legitimidade na pesquisa histórica, sobretudo a partir da consolidação de cursos de ensino superior no Rio Grande do Sul, processo iniciado nos anos 1930 e consolidado no decorrer do século XX. A pena e o tinteiro mudariam de mãos, cuja ação traria novos matizes e contornos aos discursos sobre o passado sul-rio-grandense.

1.6. O Rio Grande e a “reinterpretação dos ditames do passado”

⁴⁶ Se a produção historiográfica dos autores que compuseram o grupo dominante no IHGRGS dos anos 1920-60 for analisada a partir de sua influência nos cânones da produção historiográfica no Rio Grande do Sul, será evidenciada a existência de um “círculo” historiográfico (GUTFREIND, 1992), iniciado por Aurélio Porto, continuado por Souza Docca e Othelo Rosa e expandido/encerrado a partir de Moysés Vellinho, todos ocupantes de cargos de relevância no IHGRGS em diferentes períodos. De sua gênese à constatação de sua não plausibilidade, passaram-se décadas de uso, apropriação e mobilização do conhecimento histórico em prol da afirmação da nacionalidade.

⁴⁷ Durante os anos 1970-2000, em linhas gerais, muitos autores trabalhavam os discursos sobre a formação sul-rio-grandense a partir de dois vieses/linhas de orientação, considerando os escritos analisados a partir destes vieses. A chamada “matriz lusitana” congregaria autores que primavam pela influência portuguesa na formação do estado, ao passo que a “matriz platina” considerava também a influência hispânica e “além-fronteira” sulina na constituição do Rio Grande do Sul (GUTFREIND, 1992). Atualmente, esta visão não mais se sustenta, dada a compreensão da multiplicidade/complexidade analítica dos autores que engendraram a escrita histórica nos séculos XIX e XX, recorte temporal da maioria das análises.

Simultaneamente à existência do IHGRGS enquanto agremiação nuclear regida pelos laços sociais, seria fundada a Universidade de Porto Alegre (UPA), em 1934. Nos anos áureos da primeira, alvoreceria aquela que tomaria para si o bastião da escrita histórica no Rio Grande do Sul, anos mais tarde, evidenciando um processo de transformações que levaria à profissionalização do historiador e à constituição da História enquanto disciplina acadêmica no estado.

Criada em 1934, conforme já mencionamos, a Universidade de Porto Alegre passaria a contar com uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FECL) a partir de 1936, embora sua implementação já estivesse prevista no projeto inicial (RODRIGUES, 2002). O fato de a FECL ter sido incluída junto à UPA posteriormente à criação desta se explica, em grande parte, pelo preceito da “liberdade profissional”, que não previa a necessidade de formação superior ao profissional que fosse exercer a docência ou ingressar na pesquisa histórica, por exemplo (*Ibid.*, 2002). Em relação ao ensino, o que se evidenciou foi uma espécie de “soma de conhecimentos” que deveria congrega formação e preparação de professores para o ensino secundário, tendo como base organizacional e institucional a Faculdade Nacional de Filosofia, sediada no Rio de Janeiro. Mais uma vez, o *centro* fornecia o modelo à instituição que se formava na *parte*.

Entre os primeiros cursos ofertados, esteve História Natural, que entrou em funcionamento no ano de 1942. Um ano mais tarde, em 1943, passaria a funcionar o curso de História e Geografia, cuja duração era de três anos. O acadêmico que concluísse a formação e tivesse como objetivo a carreira docente, poderia cursar mais um ano, cujos estudos se dariam com foco na Didática. Em 1945, a primeira turma do Curso de História e Geografia concluiria seu processo formativo, tendo este ano marcado o primeiro grupo de professores com formação superior em seu currículo no Rio Grande do Sul.

A composição de um núcleo acadêmico de formação em História e Geografia não equivale à marginalização daqueles letrados que atuaram na historiografia sul-rio-grandense anteriormente à UPA, sobretudo no IHGRGS e no Museu Júlio de Castilhos (RODRIGUES, 2002). Pelo contrário – muitos destes letrados se inseriram em grupos acadêmicos, atuando em palestras e atividades relacionadas à UPA, posteriormente UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Moysés Vellinho foi um deles. Lecionou durante um semestre na disciplina de Literatura Brasileira, sendo substituído por Guilhermino César⁴⁸ (*Ibid.*, 2002). Após o ano

⁴⁸ Guilhermino César (1908-93) foi escritor, crítico literário, jornalista e professor. Participou da geração modernista em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX. No Rio Grande do Sul, foi membro do IHGRGS

de 1944, não constam registros seus em nenhuma comissão examinadora ou mesmo no corpo docente. Curioso constatar que Vellinho esteve presente na formação da primeira geração de professores de História e Geografia da então UPA.

Se Vellinho esteve diretamente envolvido no curso de História e Geografia da FECL, em Porto Alegre, outro letrado participou ativamente do processo de redefinição e profissionalização da História no Rio Grande do Sul. Dante de Laytano, entrincheirado no MJC e atuante na busca por romper a hegemonia das versões da história tecidas no IHGRGS (NEDEL, 1999), atuaria numa vertente oposta à de Vellinho, num esforço pelo reconhecimento da importância do folclore e da pluralidade na historiografia sobre o passado sul-rio-grandense. Desde a criação do curso de História na UFRGS, Laytano figuraria entre seu quadro docente, destacando-se numa frente de ação que buscava inserir a história do Rio Grande do Sul no quadro de disciplinas da Universidade. O currículo, já fixado, aos poucos foi se transformando – ao dividir a disciplina de História do Brasil com a professora Helga Piccolo⁴⁹ (MARTINS, 2019), Laytano trazia para os debates vários temas referentes à história do Rio Grande.

Em 1973, na emblemática data de 20 de setembro, constitui-se o Gabinete de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul (GPHRGS), sob coordenação de Dante de Laytano. No mesmo ano, tornou-se a história do Rio Grande do Sul uma disciplina obrigatória no currículo do curso de História da UFRGS. Promover a história do estado ao patamar de disciplina, como campo privilegiado de produção historiográfica no meio acadêmico, tornou-se objetivo primeiro do Gabinete. Laytano argumentava que se procedia a uma “reinterpretação dos ditames do passado”, não mais nas agremiações fechadas, mas numa “área de alto nível”, “na sua maior expressão educacional” (*apud* MARTINS, 2019). Tais aspectos fariam florescer esforços no sentido de profissionalizar professores e pesquisadores em história do Rio Grande do Sul, sem criar, no entanto, uma discussão aberta em relação ao IHGRGS⁵⁰.

e produziu obras que lhe garantiram renome, como *História do Rio Grande do Sul no Período Colonial* (1970) e *Sistema do imperfeito e outros poemas* (1977). Em sua escrita de cunho histórico, há uma perceptível influência de Moysés Vellinho, uma vez que ambos narram a formação sul-rio-grandense pelo viés da contribuição lusitana e, ainda, os elogios do primeiro a este último se fazem frequente nos textos que prefaciou.

⁴⁹ Piccolo foi a primeira professora da UFRGS a obter o título de Doutora em História, recebendo especial atenção no Boletim do Gabinete de Pesquisa. Diferentemente do IHGRGS, houve mulheres compondo o quadro de partícipes/membros na UPA, o que evidencia um grande passo em direção a estudos sobre a história/historiografia sul-rio-grandenses elaborados por mulheres. Mais do que isso, demonstra a atuação feminina entre aqueles que portavam as *penas* da escrita da história, abrindo portas a novas (e necessárias) perspectivas.

⁵⁰ A relação do Gabinete com o IHGRGS foi de cordialidade, não havendo postura de oposição do primeiro em relação ao segundo. No Boletim, encontram-se inclusive passagens que elogiam os fundadores da agremiação histórica, nos anos 1920, como próceres de um trabalho de pesquisa sobre o passado sul-rio-grandense, vibrando também a reedição da RIHGRGS em 1975. Ver MARTINS (2019).

O que estava latente, mesmo em meio a todas as cordialidades e pompas, era a tensão e transição entre uma geração nucleada de historiadores agremiada no IHGRGS e um grupo calcado em metodologias acadêmicas⁵¹. Defendia-se a importância da história regional a partir de cânones científicos, muitas vezes tomados de empréstimo das ciências sociais em desenvolvimento no país (NEDEL, 2005). Não se trata de menosprezar o trabalho de coligir documentos e escrever sobre o passado sul-rio-grandense, tornado possível por aqueles próceres que em muito contribuíram para a epistemologia atual da ciência histórica. Trata-se, por outro lado, de perceber que a profissão de historiador a cada dia mais se tornava especializada, qualificada e reconhecida, atributos estes que ressoavam também nos produtos dos vários estudos que passaram a ser desenvolvidos sob a égide de cursos superiores de formação em História e Geografia. Como pintores de uma nova escola, reformularam os traços já presentes na tela e os matizaram a partir de novos contornos.

Apresentamos um breve panorama dos caminhos e descaminhos da pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, partindo do trono de Pedro II e chegando ao canudo de formatura de muitos jovens que seriam iniciadores do ensino superior no Rio Grande do Sul. Nestes vários processos, muitos foram os desdobramentos que conduziram a jornada. Cada grupo intelectual, no interior de seu gabinete, pensou e formulou versões sobre o passado sul-rio-grandense que lhes pareciam palatáveis, ambientadas nos lombos dos cavalos ou no verde dos pampas. Entre concordâncias e conflitos, edificaram na memória e na história pontos de vista e perspectivas marcados por interesses de seu contexto, assim como nós o fazemos contemporaneamente. Foram precursores da tarefa da qual somos aprendizes.

O itinerário da escrita histórica no Rio Grande do Sul foi marcado por muitos vieses, disparidades e discursos. Buscou-se conectar o não sintonizado, colorir o preto e branco e tornar coeso o não interligado. Montou-se um quebra-cabeças, no qual as peças que o compunham eram formadas por pedaços de passado, sutil e severamente lapidados, simultaneamente. Criou-se um mosaico, no qual as composições foram selecionadas, adicionadas e subtraídas de acordo com os interesses de seus autores. Elencou-se atores, definiu-se vilões, excluiu-se personagens tornados secundários. Nesta grande aquarela, as cores foram escolhidas a dedo, os discursos

⁵¹ As inovações no campo da história produzida no Rio Grande do Sul a partir do Gabinete ganharam terreno sobretudo a partir dos anos 1980, década que marcaria o surgimento de Programas de Pós-Graduação em História, garantindo formação continuada aos historiadores (MARTINS, 2019).

foram atenuados e as violências foram relegadas ao segundo plano – minimizadas, camufladas, esquecidas.

Compreendendo as composições que deram forma à *Nação* brasileira, bem como as tramas engendradas entre os diferentes sujeitos e agremiações que estiveram diretamente envolvidos nestes processos, dedicar-se-á atenção às multiplicidades discursivas e criativas a partir de outro viés, que colore esta história com novos tons. Entender e analisar o processo de exclusão das mulheres da/na história, com ênfase à decolonialidade – eis o proposto para o capítulo a seguir.

A aquarela segue em composição. Quais serão seus próximos matizes?

2. PENAS QUE EXCLUEM – VIOLÊNCIAS E DISCURSOS EM TORNO DO GÊNERO E DA ETNIA

A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma história “sem as mulheres” parece impossível. Entretanto, isso não existia. Pelo menos no sentido coletivo do termo: não se trata de biografias, de vida de mulheres específicas, mas das mulheres em seu conjunto, abrangendo um longo período – o que é relativamente recente, pois tem mais ou menos trinta anos. Por que isso? Por que esse silêncio? (PERROT, 2019, p. 13).

Na contemporaneidade, escrever sobre “mulheres” é uma tarefa relativamente frequente, dada a multiplicação do número de estudos que vêm sendo desenvolvidos nas últimas décadas, sob as mais variadas perspectivas. Interessa, atualmente, demonstrar que muitos são os constructos em torno da ideia de “mulher”, e que esta é genérica demais para descrever as multiplicidades de ser, estar e viver. Continuando a *aquarela*, pretendo demonstrar como as mesmas *penas* que constroem são capazes de excluir, selecionar e... violentar! Este trajeto começa pelo esforço daquelas que mostraram sua voz em meio a descrenças, mas certamente não se encerra aqui. Ver-se-á que ainda há muito a percorrer.

2.1. As mulheres têm história?

Este subtítulo poderá parecer absurdo a quem o ler pela primeira vez. A pergunta que o compõe, porém, carrega consigo a própria historicidade do fazer que intentamos no presente capítulo. Se, hoje, existem pesquisadoras e pesquisadores de temas relativos ao gênero, ao *feminino* e à violência, e mesmo trabalhos voltados a tais temáticas, por exemplo, é porque a discussão em torno da questão das mulheres na história já se deu com êxito. Porém, tudo começa de algum lugar.

O itinerário parte, nesta análise, dos relatos de quem viveu os momentos de dúvidas e necessidades comprobatórias que cercavam historiadoras e historiadores que buscaram construir uma escrita histórica que considerasse as mulheres em seus variados âmbitos.

Michelle Perrot⁵², historiadora francesa, vivenciou situações que envolvem os temores, preconceitos e descasos em torno da história “das mulheres”⁵³. A autora conta que tinha apoio dos pais para cursar o ensino superior, que tanto desejava. Sua perspectiva no período, porém, é intrigante: “o que eu queria era ter acesso ao mundo dos homens, o mundo do saber, do trabalho e da profissão” (PERROT, 2019, p. 13-14). Evidencia-se, em sua fala, uma divisão implícita entre “mundo dos homens” e “mundo das mulheres”, o que denota que o espaço público, na visão da autora, estaria destinado aos homens. Era este o espaço que ela buscava ocupar. Perrot prossegue contando sobre a existência de colegas mulheres em sua classe, embora muitas acabassem abandonando seus estudos. Mesmo em meio ao “escândalo” provocado por *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir⁵⁴, publicado em 1949, o tema das *mulheres* não figurava na lista dos tópicos “discutíveis” na Academia.

O econômico e o social dominavam aquele período austero da Reconstrução, tanto no horizonte da sociedade quanto no da história. Discutíamos o comunismo, o marxismo e o existencialismo. A classe operária nos parecia a chave de nosso destino e do destino do mundo, e também “a mais numerosa e a mais pobre” [...] (PERROT, 2019, p. 14)

Orientada por Ernest Labrousse⁵⁵ em seu doutoramento, na Sorbonne, Michelle Perrot estudou os operários em greve, designando um capítulo de seu trabalho para as *mulheres*. Mesmo percebendo uma certa disparidade no tratamento dos operários em relação às operárias, a autora não se ateu a detalhes neste sentido, preocupando-se com questões mais gerais de trabalho e pobreza. Seu olhar mais atento à situação feminina se daria nos anos 1970, influenciada, sobretudo, pelos acontecimentos de maio de 1968⁵⁶. Se o contexto marcado pelo

⁵² Michelle Perrot (1928-?) é uma historiadora francesa que foi iniciadora daquilo que se convencionou chamar “História das Mulheres” buscando evidenciar sua plausibilidade e afirmar sua importância frente à História que então se construía enquanto ciência das multiplicidades. Atuou no estudo de âmbitos da história marcados pelo privado, pelos micropoderes da casa e pela intimidade dos diários, quartos e conversas cotidianas.

⁵³ Utiliza-se aspas ao fazer referência às mulheres em função de se concordar com visões que alertam sobre o uso problemático da universalidade que o termo pode trazer. Atualmente, conforme será visto adiante, enfatiza-se a pluralidade calcada na especificidade de sujeitos, grupos sociais e contextos. “De que mulheres se está falando?” é a questão basilar a ser considerada em primeiro plano.

⁵⁴ Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa francesa, publicou a obra *O Segundo Sexo* em 1949. Compreendida como um dos marcos estruturantes do que viria a ser o movimento feminista, a obra rebate as ideias então predominantes a respeito do feminino/feminilidade, evidenciando as formas como as mulheres foram tanto construídas a partir de visões genéricas e deterministas, quanto apresentando outras perspectivas, mais plurais e complexas. Ver BEAUVOUR (1980).

⁵⁵ Ernest Labrousse (1895-1988) foi um historiador francês especialista em história econômica e social. Labrousse integrou a chamada Segunda Geração dos Annales, que ofereceu uma visão conceitual e metodológica mais ampla acerca das estruturas, conjunturas e transformações históricas.

⁵⁶ Em maio de 1968, Paris assistiria a uma série de movimentos sociais de tom contestatório. Do sistema educacional francês à bipolaridade e tensões impostas na chamada Guerra Fria (1947-1991), muitas foram as

pós-guerra, nos anos 1950, havia atraído sua atenção para outros focos, a partir de então a historiadora se deteria em novas temáticas, questões e interesses.

Em vinte anos, as coisas tinham mudado, e eu também. Engajada no movimento das mulheres, desejava conhecer sua história e trabalhar nela, visto que esta não existia ou era escassa. Havia uma demanda real a esse respeito. Quando me tornei titular, após meu doutorado, pude tomar iniciativas. Em 1973, com Pauline Schmitt e Fabienne Bock, oferecemos um primeiro curso, que tinha por título “As mulheres têm história?”, o que revela nossas incertezas e traduz nosso acanhamento. Não estávamos certas de que as mulheres tivessem uma história, ainda mais pelo fato de que o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss insistia no papel da mulher na reprodução e no parentesco: “Troca de bens, troca de mulheres”. Não sabíamos como ensiná-la. Não tínhamos nem material nem métodos. Apenas interrogações. Recorremos a sociólogos, mais avançados do que nós, e a nossos colegas historiadores, levantando a questão das mulheres na história que eles haviam pesquisado. O curso foi um sucesso. O movimento estava lançado. Daí em diante nada o deteria (PERROT, 2019, p. 15).

A partir disto, é possível extrair algumas considerações. Primeiro: mesmo sendo mulheres, a escassez de pesquisas naquele contexto fazia as pesquisadoras questionarem não somente *como* fazer, mas a *validade* daquele curso que levavam a cabo. Mesmo para as precursoras, a possibilidade de uma história “das mulheres” era incerta. Segundo: ao longo de seu relato pessoal, Perrot argumentaria que o quadro docente em Sorbonne era completamente formado por professores, do sexo masculino. Os profissionais aos quais as cursistas recorreram para solicitar auxílio eram, portanto, homens. Terceiro: parece que Perrot fala da história das mulheres como se fosse algo alheio a si mesma, como se não fizesse parte daquele campo que buscava conhecer e fundamentar – não era a *nossa* história, mas a *sua* (das mulheres). Quarto: embora seja um marco nos trabalhos que enfatizam a história das *mulheres*, o curso oferecido por Perrot e suas colegas se elaborou dentro das marcas de seu período, encerrando-se no círculo de mulheres brancas, europeias e com experiências diferentes daquelas cujas vivências se davam/dão em áreas colonizadas/em descolonização. A universalidade pretendida não deu conta de tratar as especificidades existentes.

Michelle Perrot se dá conta das mudanças ocorridas em suas próprias práticas, evidenciando que seu interesse por conhecer melhor a história das mulheres aumentava exponencialmente. Se, de início, a autora e suas colegas arraigaram seus estudos em torno do

críticas e reivindicações. Além disso, surgiram movimentos voltados às “minorias”, expressão que designaria grupos entendidos como marginais na sociedade: homossexuais, negros... e mulheres. Irradiando para outras regiões do globo, os movimentos de 1968 influenciaram diretamente no pensamento feminista que se constituiria dali por diante, de forma mais sistematizada e epistemologicamente fundamentada. Ver CONNEL; PEARSE, 2015.

corpo e dos papéis femininos na vida privada, chegaram ao fim e ao cabo ao estudo das mulheres nos espaços públicos, em atividade, buscando mudanças – ao contrário do pressuposto de passividade (PERROT, 2019). A autora denuncia os silêncios (e silenciamentos) perpetrados em relação às mulheres: seu espaço de fala reduzido, as normas sobre seus corpos, o apagamento de seus bens e objetos, etc. Além disso, sobre o *feminino* incidiria o peso do simbólico e das representações⁵⁷ – ser mãe e esposa estaria no topo das “funções” femininas, naturalizando-se características marcadas por constructos e discursos que relacionavam a mulher à natureza (PERROT, 2019).

Um dos fatores apontados por Perrot para o surgimento de estudos relacionados às mulheres é o que ela chama de “fator sociológico”, ou seja, o ingresso de mulheres nas universidades. Para a autora, isso teria acarretado estudos e críticas mais contundentes em relação à avalanche de imagens que se construía sobre o “ser mulher”, bem como aos estigmas resultantes deste processo. Além disso, Perrot aponta que se via surgir, desde a metade do século passado, demandas por uma “nova história”, que incluísse as mulheres a partir de si, de suas visões e de suas características (PERROT, 2019). As portas de uma história feminista se abriam para não mais fechar-se.

A emergência de produções historiográficas de cunho feminista reivindicaria que as mulheres passassem a ser percebidas enquanto sujeitos, não sendo mais relegadas à “sombra da história” – não se aceitaria mais a apresentação do feminino como uma instância de *lugar nenhum* ou *lugar menor* (AMORIM, 2003). A exclusão das mulheres dos principais debates historiográficos, como também em outros campos, teria se dado de forma dupla – primeiramente, uma exclusão ocorrida no âmbito das narrativas e registros históricos, sendo o espaço público colocado a *elas* de maneira diferente do que para os homens, seguida das visões estereotipadas sobre “mulheres públicas” como antíteses do que seria *ideal* em uma mulher. As primeiras estudiosas feministas, com o objetivo de consolidar e legitimar a área de estudos à qual se dedicavam, procuravam

[...] tornar a mulher visível como sujeito da Ciência. Dessa forma, os estudos iniciais caracterizaram-se pela descrição das condições de vida das mulheres em diferentes instâncias e espaços, apontando ou comentando as desigualdades entre os sexos, denunciando a opressão e o submetimento feminino, contando, criticando ou mesmo celebrando as características tidas como femininas. Seu grande mérito foi transformar

⁵⁷ O simbólico é aqui entendido como uma ordem, uma estrutura que se inscreve sobre o mundo, por meio da qual é possível concebê-lo e compreender aspectos que dele fazem parte. Por representação, entende-se as construções sociais das experiências históricas, nas quais as visões de mundo dos sujeitos/grupos são projetadas. Ver CHARTIER (1988; 1991) e GEERTZ (1989).

a mulher em tema central, já que, anteriormente, ela era vista como exceção, como um desvio à regra masculina. Aos poucos, os estudos feministas começam a exigir mais do que descrições minuciosas e passam a ensaiar explicações, lançando mão de teorias como a marxista ou a psicanalítica principalmente. É nesse contexto que surge a necessidade de produzir uma teorização propriamente feminista: o conceito de gênero é construído (AMORIM, 2003, p. 226).

Neste sentido, Joan Scott (2011) propõe que se reflita sobre a construção de uma historiografia que se percebe enquanto feminista a partir de três momentos diferentes. Primeiramente, a década de 1960 e a busca das “heroínas”, calcando a ação na opressão sofrida. Depois, as discussões e trabalhos de maior amplitude que marcariam os anos 1970. Em seguida, as teorizações emergentes nas décadas de 1980, que em muito contribuíram para as novas perspectivas que seriam utilizadas nos estudos feministas. As renovações historiográficas proporcionadas pela Terceira Geração dos *Annales* favoreceriam o ingresso de novos temas e percepções na ciência histórica, abrigando estudos relacionados às mentalidades, poder, vida cotidiana e representações. Neste contexto, a pesquisa histórica feminista passou por um esforço de “reavaliação da questão do poder das mulheres, com o objetivo de superar o discurso da opressão, subverter o ponto de vista da dominação, apresentando presenças e ações reais, a plenitude de papéis e poderes, enfim, uma imagem positiva da mulher” (AMORIM, 2003, p. 228). O núcleo privilegiado de estudos deixava de ser a família, para pulverizar-se às mais variadas instâncias da vida humana. Não se tratava mais de afirmar a historicidade das mulheres, a construção de papéis e a opressão, mas de estudar os modos como os discursos e representações eram construídos e naturalizados no convívio social.

Evidencia-se, neste ponto, uma importante ruptura. Ao deixar de restringir os estudos sobre *mulheres* ao âmbito da casa, do privado, abre-se espaço para a reflexão sobre a história *feminina* a partir de novos vieses e fontes, o que ampliaria o leque de possibilidades e compreensões. Não está no cerne da discussão a mulher-mãe ou a mulher-esposa, adjetivos que tomavam o papel de funções “naturais” atribuídas às mulheres, mas sim os diferentes espaços por elas ocupados, suas atribuições e circulação nos mais variados espaços. Questiona-se, inclusive, qualquer pecha de algo “natural” envolvendo mulheres e homens. Percebia-se, portanto, que era preciso ir além da casa, da maternidade e do casamento para buscar fontes que pudessem auxiliar na compreensão das “histórias das mulheres”, no plural, respeitando e reconhecendo as particularidades que lhes são inerentes. Remodelando a ótica sobre as *mulheres*, transformou-se também a ciência histórica.

Sobre a constituição da história das mulheres enquanto campo disciplinar legítimo, consideramos pertinentes algumas reflexões de Joan Scott (2011), para quem os recursos alocados ao estudo, as maneiras como “a mulher” é representada e seu lugar dentro da disciplina histórica são pontos que precisamos levar em consideração. Além disso, a autora pontua que é preciso reconhecer as contribuições da política feminista do século XX para a consolidação de estudos/pesquisas que tomassem a mulher enquanto seu sujeito principal, mas que não se pode “tomar a história das mulheres simplesmente como um reflexo” da primeira – “precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico” (SCOTT, 2011, p. 68). Além disso, Scott apresenta uma argumentação que anteciparia críticas de muitas historiadoras feministas, sobretudo a partir dos anos 1990: a universalização do “sujeito” do feminismo. A autora atenta à necessidade de considerar a posição variável das mulheres na história, bem como a própria ciência histórica e seus quês. Embora não esmiúce o que seria esta “posição variável” ou quais os aspectos da História devem ser considerados, Scott toca num ponto nevrálgico ao enfatizar o papel da pluralidade, ativando a engrenagem que romperia, pelas vozes de outras autoras, o caráter estático e homogeneizado de “mulheres”. Ao considerar a variabilidade, também entrou em cena a pluralidade de situações e contextos, cerne das produções históricas feministas contemporâneas.

De Perrot a Scott, perpassamos por um itinerário de idas e voltas que lograram êxito em demonstrar a historicidade da própria história e a necessidade de este campo considerar, também, a ação *feminina* e as tensões existentes em seu reconhecimento e explicação. Transitamos, assim, de questionamentos sobre a própria existência de uma história dita “das mulheres” até sua afirmação e construção de caminhos possíveis para estudá-la. Neste sentido, desnaturalizar o supostamente natural foi a base da nova ótica dedicada aos estudos históricos. Aos poucos, novas categorias seriam mobilizadas para a análise a partir de perspectivas que questionariam modelos prontos e legitimações a partir das diferenças entre os sexos, fechando as portas a um fazer historiográfico que não criticasse constructos, legitimações e “naturalidades”.

2.2. Nasce o gênero

Quando se busca refletir sobre a historicidade da história das mulheres enquanto um dos campos da ciência histórica, torna-se necessário dispender maior atenção aos quês deste processo. Não é plausível pensar no desenvolvimento de teorias e metodologias que visam a

compreender os lugares, os silenciamentos e os discursos sobre o *feminino* sem questionar sobre os obstáculos que foram enfrentados e que vêm sendo superados pouco a pouco, mas constantemente. As pedras nos caminhos da historiografia feminista configuraram-se enquanto obstáculos que levaram a mudanças importantes e duradouras em um fazer historiográfico que se constituía sob um emaranhado de dúvidas, questionamentos e ceticismos frente à sua possibilidade de existir enquanto campo legítimo de estudos.

Os anos 1970 marcaram, na trajetória da história das mulheres, uma rejeição ao determinismo biológico e o ingresso da categoria *gênero* à análise histórica. O termo “mulher” parecia demasiadamente reivindicatório; gênero, por sua vez, carregava uma suposta “neutralidade”, permitindo falar-se de “mulher” sem mencionar o polêmico termo e, ainda, permitia contestar o sexo como determinante de identidades e papéis sociais (SCOTT, 1995). Por um lado, as noções do que era historicamente importante se tornaram mais fluidas, comportando também questões relacionadas às mulheres e à referida categoria de análise. Por outro, ainda se atribuía um *status* marginal aos trabalhos sobre o tema, sobretudo pelo fato de as abordagens problematizarem os conceitos e métodos tradicionais. Neste escopo, a história que se produzia sobre as mulheres se configurou numa espécie de domínio “separado” dos demais campos da ciência em questão, engendrando um desafio teórico e epistemológico àqueles que se propusessem a estudar temas afins. Sobre esta produção inicial, Scott explica que

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Essas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança (SCOTT, 1995, p. 74).

A crítica da autora se dá no sentido de que se buscou teorizar o gênero a partir de referenciais que não eram condizentes com as demandas a serem atendidas por estes estudos. Assim, conforme ela aponta, deixou-se à margem tanto possibilidades de transformação na perspectiva do gênero e do feminismo, quanto a percepção de que a História (ciência) e a história (experiência/vivido) se constroem a partir da complexidade, e não da universalidade ou de explicações generalizadas. Era preciso fazer mais.

Muitos historiadores (e mesmo historiadoras) compreendiam a “história das mulheres” como algo conectado ao seu fazer, mas não parte dele – ou a ele pertencente. É como se o *métier* que enfatizava a historicidade e as multiplicidades em torno das mulheres fosse outro, parecido com o seu, mas não o mesmo. Esta visão de “domínio separado” alijava da escrita histórica a atuação feminina, negligenciando-a quando se tratava de temas ligados ao poder e à política. Por outro lado, quando aparecia relacionada ao âmbito do privado, não raro se associava “mulher” à passividade, doçura, quietude e... procriação. Enfatizava-se um âmbito e construía-se a “naturalidade” feminina nele em detrimento de vários outros, tão basilares quanto o primeiro para compreendermos a história e suas complexidades.

Além dos problemas relacionados à teoria e metodologia em termos da categoria *gênero*, percebeu-se outros ligados aos temas que seriam estudados a partir desta última, conforme assinalado por Scott (1995). Evidenciou-se, a partir dos anos 1980, usos descritivos de gênero, apontando para temas relacionados às mulheres, às crianças e à família, excluindo-se de seu escopo outras instâncias, como o poder, a guerra e a diplomacia. Além disso, por mais que se utilizasse a categoria gênero para evidenciar que as relações são parte de uma construção social, não havia preocupação em explicar como se davam essas relações, ou mesmo seu funcionamento. Buscava-se atender às demandas por mudanças, mas pouco se conseguia em termos de avanços epistemológicos coerentes.

Historicamente, podemos perceber a existência de três vertentes principais de análise (SCOTT, 1995), no final do século passado: a) teóricas do patriarcado; b) tradição marxista; e c) pós-estruturalismo francês e teorias psicanalíticas. Em relação à primeira, Joan Scott argumenta que se buscou explicar a subordinação das mulheres a partir de uma suposta *necessidade masculina* de dominar, apontando-se a reprodução como chave do patriarcado e a objetificação sexual como processo primário de sujeição das mulheres. Este tipo de apontamento se configura como problemático por redundar as relações desiguais nelas mesmas, sem explicar como funcionaria o sistema de desigualdade e, ainda, por basear a análise na diferença física, atribuindo à binaridade homem/mulher um caráter universal, inerente e imutável. Sobre a tradição marxista, segunda vertente apresentada, Scott (1995) aponta que suas/seus teóricas/teóricos buscaram uma abordagem mais histórica, visando uma “experiência material” para o gênero. Apontava-se para uma saída teórica que percebesse que a subordinação feminina datava de períodos anteriores ao capitalismo, além de buscar-se uma explicação calcada no materialismo, excluindo-se as diferenças “naturais”, físicas.

O problema que elas/eles enfrentam é o inverso daquele colocado pela teoria do patriarcado, pois, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um subproduto de estruturas econômicas cambiantes: o gênero não tinha aí um *status* analítico independente e próprio (SCOTT, 1995, p. 80).

Por fim, a terceira vertente de análises foi composta a partir de teorias psicanalíticas, por meio de leituras estruturalistas/pós-estruturalistas de Freud e das teorias da linguagem de Lacan⁵⁸ (SCOTT, 1995). Presente na tradição francesa e inglesa, esta metodologia de análise preocupava-se com os processos pelos quais a identidade do sujeito se constituía e centrava-se nas primeiras etapas de desenvolvimento da criança, com ênfase à experiência concreta, tomando o inconsciente como um fator decisivo. Para a autora, nenhuma das vertentes – patriarcado, marxismo e pós-estruturalismo/psicanálise – respondia satisfatoriamente às demandas relacionadas ao gênero, seja por não apresentarem razões para a submissão, seja por tratarem o gênero como algo estável, sem compreender seu caráter de construção, reificando o antagonismo entre homens e mulheres como dimensão central. Seria preciso rever o que já foi feito para seguir fazendo.

Em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados. É evidente que isolamos certos problemas para serem estudados e que estes problemas constituem pontos de partida ou de entrada para processos complexos. Mas são os processos que devemos ter sempre em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir porque elas se passaram. [...] Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança (SCOTT, 1995, p. 85-86).

A autora destaca, ainda, a necessidade de conceber o poder não como algo unificado e centralizado, mas sim como disperso nas relações, no interior de processos e estruturas, locais nos quais há o espaço de agência humana. Para os propósitos deste trabalho, – considerar os processos pelos quais, discursiva e fisicamente, Moysés Vellinho (1970) sexualizou a mulher e a natureza, atribuindo a estas últimas um caráter de submissão e objetos de exploração por parte do “colonizador” europeu – estes apontamentos de Scott são fundamentais. É preciso observar o panorama sem perder de vista as particularidades.

⁵⁸ Sigmund Freud (1856-1939) foi o criador da teoria psicanalítica, considerando em sua análise a noção de inconsciente, a teoria sexual (prazer/desprazer) e a noção de aparelho psíquico. Jacques Lacan (1901-1981) foi também psicanalista, considerando em suas teorias os conceitos de imaginário, alienação, sujeito do inconsciente e simbólico.

Para “explodir essa noção de fixidez” (SCOTT, 1995, p. 87) que paira em torno do gênero, é necessário romper com a ideia de que a binaridade homem/mulher é abrangente o suficiente para dar conta da diversidade de identidades, violências e discriminações existentes⁵⁹. Neste estudo, propõe-se analisar mais detidamente como o gênero e a etnia foram articuladas na escrita de Vellinho e tornadas categorias nevrálgicas à violência e legitimações que o autor traça em sua escrita da história. Ir além, mobilizando categorias que se entrecruzam e correlacionam, é o objetivo principal. Concorde-se com Scott (1995, p. 93) quando afirma que “devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições”, assim como analisar de que modos as “compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas”.

A categoria de gênero, tal qual formulada e compreendida por Scott, funciona como uma forma de fazer perguntas e de direcionar questões. Porém, tem sofrido algumas críticas. A mais contundente delas aponta para um possível “reforço” da binaridade homem-mulher, que busca combater (GOMES, 2018). Essa compreensão binária, aliás, não se encerra nas categorias de homem e mulher – a diferença encarada a partir de uma perspectiva binária se dá, também, sob as categorias de civilizado/bárbaro, humano/não humano, superior/inferior, etc. Cabe compreender que, nas entrelinhas das binaridades, repousam as ações, identidades e subjetividades daqueles que vivem os processos históricos em questão. É justamente esta a crítica de muitas autoras que veem na historiografia feminista problemas de abrangência. Olhar para as mulheres sendo europeia e branca (caso das autoras pioneiras) é diferente de fazê-lo a partir de experiências que remetem à escravidão, colonização e violências várias sob a premissa de “não humanidade” dos sujeitos submetidos ao processo. A universalidade proposta começava a estilhaçar-se.

2.3. Mulheres... quem?

O pioneirismo de autoras como Michelle Perrot e Joan Scott – e de toda uma geração de mulheres que se dedicou a demonstrar a historicidade e as construções em torno do *feminino* – é inegável. Ousar erguer as mãos e as vozes em um contexto em que se questionava a própria possibilidade de haver uma história “das mulheres” foi decisivo a este campo historiográfico

⁵⁹ Ao longo desta análise, porém, a binaridade acabará enfatizada em função de Vellinho percebê-la e utilizá-la como cerne de sua narrativa, no que tange às relações entre indígenas e europeus/descendentes lusitanos. Trata-se, portanto, de um uso calcado na historicidade/contexto da fonte e no discurso do autor que se toma à análise.

atualmente consolidado. Porém, há outra face neste movimento, que remete diretamente a uma questão principal: que “mulheres” são estas? A mulher burguesa, branca e europeia? As operárias? A história feminista que se ensejava em meados do século XX não era compatível com aquelas mulheres que viviam em outros continentes, por exemplo, cuja história foi marcada por traços de violências coloniais várias, brutais e desumanas. As fronteiras do feminismo precisavam abranger novos territórios.

Aponta-se, atualmente, que “o feminismo eurocentrado e civilizacional começa a ser visto como um modo de opressão alinhado ao que rejeita, uma branquitude patriarcal, e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes” (HOLLANDA, 2020, p. 12). Em outras palavras, as críticas de muitas autoras feministas partem do pressuposto de que, durante muito tempo, o feminismo se fundou em visões de mundo que não eram abrangentes o suficiente para dar conta das diferentes demandas e especificidades. Tomando o termo “mulheres” como bandeira, negligenciou-se a multiplicidade de contextos e situações que abrangem o *feminino* nos diferentes espaços e tempos, bem como a ação colonizadora de ideias, práticas e fazeres em regiões marcadas pelo passado colonial, sobretudo América e África (pensando a partir do escopo deste estudo). A partir desta perspectiva, que envolveu a consciência sobre as violências e opressões dos processos colonizadores, a escrita histórica e os estudos feministas como um todo seriam repensados por suas autoras.

As questões relativas à crítica ao poder colonial vêm de longe, provavelmente desde a chegada do primeiro colonizador às nossas terras. Mas sua introdução como campo de conhecimento se dá somente nos anos 1970, ficando conhecido como estudos pós-coloniais. [...] Focadas prioritariamente nas colônias asiáticas e africanas, as questões principais das pesquisas ligadas ao pós-colonialismo eram a crítica à modernidade eurocentrada, a análise da construção discursiva e representacional do Ocidente e Oriente e suas consequências para a construção das identidades pós-independência (HOLLANDA, 2020, p. 14).

Aquilo que hoje é designado como pensamento crítico decolonial, que envolve a consciência de heranças negativas da colonização, ligadas ao preconceito e ao subdesenvolvimento de muitos povos e regiões, se conecta diretamente às resistências que ocorriam em meio à violência da colonização. Além disso, se interliga ao pioneirismo de autoras como Lélia Gonzalez⁶⁰, que apontaram para a necessidade de perceber as generalizações

⁶⁰ Lélia Gonzalez (1935-1994) foi professora, filósofa e antropóloga que promoveu estudos relacionados à cultura africana e suas heranças no Brasil, enfatizando a atuação feminista neste processo. Atuou na fundação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro e do Movimento Negro Unificado.

incabíveis promovidas pelo feminismo de períodos anteriores. Estas críticas se tornariam mais densas nos anos 1990, através da introdução do conceito de “giro decolonial”⁶¹. Entre várias contribuições desta geração de autoras feministas, cujos estudos serão largamente utilizados nesta análise (SCOTT, 1995; 2011; CONNEL; PEARSE, 2015; CASTRO, 2020; CURIEL, 2020; DUARTE, 2020; GONZALEZ, 2020; HOLLANDA, 2020; LUGONES, 2020; SCHMIDT, 2020), pode-se destacar a percepção de que os espaços que sofreram ação colonial no passado precisam ser analisados a partir das heranças que permanecem no presente, compreendendo-se que em regiões descolonizadas, como é o caso do Brasil, ainda persistem laços de colonialidade.

Enquanto o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um *padrão de poder* que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial. A distinção entre decolonial e descolonial segue a mesma lógica. A supressão da letra “s” marcaria a diferença entre a proposta de rompimento com a colonialidade em seus múltiplos aspectos e a ideia do processo histórico de descolonização (HOLLANDA, 2020, p. 16-17).

Apesar de o Brasil atualmente não ser mais politicamente dependente de sua antiga metrópole, Portugal, existem traços estruturais que ainda se fazem presentes. Um destes traços é o preconceito existente no país (e, também, fora dele). Quantas vezes, ao assistir noticiários ou navegar em redes sociais, evidencia-se atitudes e comentários ofensivos em função da cor da pele de alguém? Quantas vezes se ouve falar que “lugar de índio” é em meio às matas?⁶² Eis uma herança sumariamente negativa legada pelo período de colonização, e que se imbrica fortemente à categoria de gênero, conforme se verá adiante. A crença na inferioridade dos negros, indígenas, caboclos e mestiços ainda se faz presente. Note-se, porém, que ela foi brutalmente semeada nestas terras – a dicotomia colonial básica entre humanos e não humanos a faria germinar.

⁶¹ O conceito de *giro decolonial* foi utilizado por Nelson Maldonado-Torres, significando um movimento de resistência dupla (política e epistemológica) à lógica da modernidade. Ver HOLLANDA (2020).

⁶² Estas e outras questões fazem parte do cotidiano, em meio a violências múltiplas que são presenciadas. Enquanto educadora, percebo em meu cotidiano que muitos estudantes ainda levam consigo concepções preconceituosas sobre indígenas e afro-brasileiros, noções que se busca trabalhar e modificar através do pensamento histórico. Fora do ambiente escolar, tais concepções acabam por motivar atos de agressão, discriminação e exclusão. Perceber estas permanências negativas da/na história brasileira é fundamental para a construção de uma realidade mais justa, igualitária e consciente.

Como humano, o colonizador. Como não humanos, os nativos indígenas e, um pouco mais tarde os africanos escravizados, todos vistos como animais e primitivos. Na categoria não humanos, a atribuição de gêneros está ausente, o que não chamou atenção dos autores decoloniais. É esse o passo à frente que deu nome ao feminismo decolonial: o gênero como elemento estruturante da colonialidade, como categoria criada pelo vocabulário colonial, e que não faz propriamente parte das dinâmicas pré-coloniais. O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista (HOLLANDA, 2020, p. 17).

Ao retirar a condição de humanidade dos nativos indígenas e africanos escravizados, os colonizadores passariam a perceber seu trabalho, seus recursos e seus corpos como bens a serem explorados. Esta realidade cruel e brutal foi o ponto de partida para atenuações e legitimações várias, como aquelas construídas por Moysés Vellinho sobre os corpos das indígenas e mesmo sobre as formas de representar a natureza em seus escritos, conforme será visto no capítulo seguinte. Neste cerne, o conceito de colonialidade, discutido adiante, permite compreender certas permanências, além de ser uma ferramenta extremamente útil à análise dos discursos sobre a ação colonizadora, seus efeitos e justificações, sobretudo quando são incorporadas à análise categorias como gênero e etnia. Compreender que certas permanências e visões de mundo persistiram mesmo após a descolonização⁶³, sobretudo no que concerne às mulheres indígenas, é fundamental enquanto ponto de partida desta trajetória.

Falar de feminismo decolonial, hoje, implica considerar a pulverização dos sujeitos. Não é plausível considerar válido, atualmente, o tom genérico que imperou nos primeiros estudos históricos feministas. Quando se fala de mulheres, é necessário saber quem são, onde viveram/vivem, quando, por que, como... É preciso perceber, sobretudo, perceber que não *somos* uma homogeneidade, mas um emaranhado de pluralidades. Os estudos feministas decoloniais, tal como este que se empreende, precisam levar em conta a multiplicidade de *ser mulher*. Não cabe mais esconder-se atrás da categoria “neutra” de gênero, ou apostar no uso plural, “mulheres”, para buscar abrangência. É preciso coerência, bom senso e, sobretudo, comprometimento com as análises empreendidas. Caso contrário, ocorrerá apenas o endosso das práticas criticadas, sem questionar os discursos que pressupõem um “sujeito universal” ao

⁶³ Descolonizar significa a obtenção da independência e autonomia por parte das antigas colônias em relação à metrópole. Este processo ocorreu em espaços e tempos diversos, desde o final do século XVIII (América do Norte), perpassando pelo XIX (Américas Central e do Sul), sob a forma de independência política, e XX (África, Ásia e Oceania), a partir de relações de conflito e/ou negociações. No caso brasileiro, a independência se deu, conforme visto, em 1822, havendo várias continuidades em termos de sistema (monarquia encabeçada por D. Pedro I, português de linhagem real) e sociedade/cultura (manutenção do sistema escravista, entre outras). Ver CANÊDO (1994) e SCHWARCZ; STARLING (2015).

feminismo e desconsideram as demandas plurais que existem. Fazer mais do mesmo não adianta.

Neste estudo, toma-se como foco uma construção discursiva sobre as indígenas brasileiras e a natureza nas mais variadas formas de exploração e legitimação, empreendida por um letrado sul-rio-grandense branco, influente e respeitado no meio cultural regional e nacional, em meados do século XX – Moysés Vellinho. Conforme apontado anteriormente, nos continentes africano e americano a análise feminista precisa de perspectivas que questionem respostas prontas e consolidadas e que convidem à reflexão sobre as permanências estruturais da pós-colonização. O Rio Grande do Sul, espaço do recorte temático e temporal desta análise, possui processos históricos particulares que serviram como base para construções discursivas em torno de colonizadores, colonizados e suas relações. Faz-se urgente observar mais de perto as cores desta turva aquarela.

2.4. Explorações e atenuações

Há alguns meses, durante uma aula no ensino básico, ouvi alguns estudantes falarem sobre o processo de chegada dos portugueses às terras que hoje compõem o Brasil. No auge de seus 15 anos de idade, argumentavam sobre não ter sido uma “descoberta” em função de já existirem inúmeros povos originários nas terras, além de refletir sobre as possíveis dificuldades nos primeiros contatos entre nativos e europeus. O ponto alto do diálogo, que me leva a incluir o episódio neste trabalho, foi o debate entre dois estudantes acerca da melhor forma para designar aqueles que chegaram a estas terras. Enquanto um dos estudantes defendia o termo “colonizador”, por entender que a atuação portuguesa teria promovido uma forma de organização mais eficiente, outra estudante se posicionaria a partir do termo “explorador”. Segundo ela, a colonização teria sido consequência da busca por lucratividade. Mencionando episódios de escravização de indígenas e pincelando brevemente as explorações de todos os tipos, inclusive sexual, a estudante defendeu seu ponto de vista. Saí daquela aula com a situação em minha mente. A discussão daquela manhã dialogava com minha forma de ler o processo de ocupação portuguesa sobre as terras... e sobre os corpos. Combinada a minhas experiências de leitura e questionamentos em torno das premissas levantadas na obra que tomo como foco de análise neste trabalho, a argumentação daquela estudante despertou-me duplamente. Primeiro: percebi o quanto a “nova geração” vem *forte*, com poder de crítica e percepção sobre as situações com as quais se depara. Segundo: as inquietações que senti ao ler os textos de Moysés

Vellino dialogavam diretamente com as que a estudante apresentava. Não podia ser só coincidência. Dediquei-me a estudar mais e mais sobre o tema, e me deparei com a ideia de *colonialidade* e com teses que defendiam que as análises feministas careciam de epistemologias e métodos calcados nas especificidades contextuais. O primeiro passo estava dado.

Se o Brasil possui raízes, com certeza são bem mais profundas e robustas do que aquelas apresentadas por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra de 1936, *Raízes do Brasil*. Elogiar a atuação portuguesa, bem como os legados que teriam sido deixados por ela, fazia parte de um projeto de construção nacional que se dava desde o século XIX, conforme visto no capítulo anterior. Homogeneizar o mosaico de pluralidades em um país de proporções continentais e marcado historicamente pela multiplicidade étnica e cultural implicava tratar da *Casa Grande & Senzala*, como fez Gilberto Freyre em 1933. Transversalmente, nestas e em outras obras, fez-se um trabalho que amalgamou as particularidades num todo cujas bases se assentaram na escravização e exploração, escondidas e mascaradas sob a premissa da “democracia racial”. Nessa construção, as ressignificações deram o tom da aquarela.

Que o processo colonial brasileiro traz particularidades diante dos demais países latino-americanos é um fato. Vou escolher apenas referir um pequeno ponto, entre tantos, que talvez possa ter influído em nosso imaginário colonizado. Em 1808, d. João VI, rei de Portugal, se transfere para a colônia em plena fuga dos exércitos de Napoleão. Ou seja, nosso opressor, acuado, veio se abrigar entre nós e foi acolhido em solo brasileiro. Essa proximidade entre colonizador-colonizado não pode ter deixado de trazer marcas profundas na lógica da construção de nossas relações de poder, na ambiguidade das figuras simbólicas nacionais e na percepção da violência que ganha vários tons de simulação. [...] Um dos pontos mais curiosos desse *ethos* é o apagamento político dos povos originários enquanto constituintes do povo brasileiro diante da reconhecida marca africana em nossa cultura (HOLLANDA, 2020, p. 24).

Enquanto *nação* formada pela pluralidade étnica, não somos capazes de reconhecer, em muitas das vezes, palavras de origem indígena que compõem nossa comunicação cotidiana. Sabemos falar línguas *estrangeiras*, mas não conhecemos o básico das línguas que se amalgamaram à portuguesa para compor nosso idioma. Estas marcas profundas denotam exclusão e se explicam em muito pelos constructos e interesses que permearam a escrita historiográfica brasileira, calcada nas heranças portuguesas e nas noções de origem, pureza e unicidade. De plural, o Brasil foi sendo apresentado como unívoco, num processo de silêncios forçados e violências atenuadas, sobretudo aquelas desencadeadas sobre os corpos de mulheres indígenas. Neste sentido, concorda-se com Hollanda (2020, p. 28) quando afirma que

Se quisermos construir um feminismo decolonial entre nós, o primeiro passo é que entendamos que significados e valores as mulheres periféricas e camponesas associam ao “feminismo de elite” e examinemos o que rejeitam em suas ações políticas, para mim claramente “feministas”. Outra tarefa para nós é tomarmos em consideração o olhar crítico do feminismo periférico sobre suas experiências de vida na cidade e na política.

O feminismo decolonial, assim, objetiva perceber de que forma persistem certos traços herdados do período de colonização/exploração, no qual homens europeus tomaram para si os recursos do meio, os indivíduos e os corpos das nativas. Sob a premissa da conquista e civilidade, explorou-se tudo em todos os sentidos imagináveis. Sob a bandeira da modernidade, hasteou-se a do preconceito e da desumanização de muitos e muitas que possuíam um modo de vida diferente, pautado em outras lógicas de vivência. Sob a autoridade da escrita, por fim, criaram-se discursos que atenuaram explorações a partir das supostas benesses da miscigenação, apresentando o homem branco europeu como ativo na reprodução junto a nativas estereotipadas enquanto fugazes, hipersexualizadas e “dóceis”. Desmantelar e questionar esta composição está no cerne dos objetivos de autoras feministas decoloniais, dentre as quais me incluo.

Dentro do escopo das críticas proferidas por autoras feministas decoloniais ao feminismo que priorizava a *mulher* como um sujeito universal, está a ausência de estudos que se preocupem com a intersecção de categorias. Em outras palavras, considera-se importante não apenas levantar a categoria *gênero* na análise, mas percebê-la como componente de contextos históricos que se atrelam a vários outros fatores, como o de etnia e sexo. A crítica de várias autoras feministas se dá neste sentido. Em função de o conceito de raça ser problemático em minha perspectiva, haja visto que a humanidade pertence única e exclusivamente à espécie *Homo Sapiens*, considero nesta análise a categoria de etnia, por entendê-la como mais coerente. Ao utilizar “raça”, seriam endossadas diferenças que compreendo não existir – apesar de cada grupo possuir traços físicos, culturais e sociais diferentes entre si, todos pertencem à mesma espécie, à mesma *raça*⁶⁴.

Se as críticas iniciais ao feminismo europeizado partiram do pressuposto de que universalizar seu sujeito sob o termo *mulheres* seria errôneo e genérico demais, outros apontamentos foram surgindo ao longo do desenvolvimento dos itinerários de estudos

⁶⁴ Por este motivo, evita-se também o uso do termo *racismo*, uma vez que deriva de *raça* e reforça as noções que se busca refutar neste trabalho. Apesar de utilizar autores que trabalham a partir dos conceitos em itálico referidos acima, não há concordância com tais designações e, caso apareçam nas citações, serão explicadas e discutidas adiante, dentro dos propósitos desta análise.

feministas que engendraram perspectivas decoloniais. Uma das críticas se relaciona à ênfase no gênero e na sexualidade sem considerar outros fatores de exclusão, como a etnia. Sobre essa questão, percebe-se “na leitura dos textos e da prática feminista” apenas “referências formais que denotam uma espécie de esquecimento”, o que evidencia uma “visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALEZ, 2020, p. 41). Ainda conforme a autora, estas práticas feministas teriam consequências em termos de discurso e representatividade. Recorrendo a Lacan, Gonzalez argumenta que

Intimamente articuladas, as categorias de infante e de sujeito-suposto-sabermos levam ao tema da alienação. A primeira designa aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constituía partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falada pelos adultos na terceira pessoa, é consequentemente excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala sobre si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma forma, nós mulheres e não brancas fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história (GONZALEZ, 2020, p. 41-42).

Gonzalez, na citação acima, toca em pontos nevrálgicos à discussão que será realizada mais adiante, ao analisar o discurso de Moysés Vellinho sobre as indígenas e sobre a natureza, que é tornada *feminina* na argumentação do letrado rio-grandense. Se a crítica de Gonzalez diz respeito aos discursos engendrados por homens europeus sobre as mulheres de áreas dominadas pela colonização, bem como à retificação destes pressupostos nos primeiros estudos feministas, os apontamentos deste estudo se dão no sentido de como as narrativas de Vellinho foram tecidas dentro desta lógica. Calcado na etnia (indígena, a grosso modo, sem ressaltar particularidades) e no gênero (“mulheres”), o autor construiria escritos violentos e legitimadores de todos os tipos de violência. Aquelas que descreve como “submissas” (VELLINHO, 1970) eram, em seu contexto, as que sofriam a submissão forçada de corpo e *alma*, carregando em seu ventre o resultado da exploração desenfreada. Desumana. Brutal.

O que choca, neste âmag, é a indiferença de muitos homens que foram/são vítimas de discriminações em função de sua etnia em relação às mulheres que as sofreram/sofrem nos mais variados contextos, tempos e espaços da colonização/colonialidade. Tal indiferença não se manifesta apenas numa “cegueira epistemológica” – é, também, perpetrada na separação categorial de gênero, etnia e sexualidade, por exemplo, num “sistema de gênero

colonial/moderno” percebido “em sua concretude específica e viva” que manifesta a “imposição colonial em sua real profundidade” (LUGONES, 2020, p. 55). Não basta, portanto, observar apenas os modos pelos quais se construíram discursos. É basilar considerar a dimensão mais importante de todas, por vezes (e ironicamente) legada à margem das análises – a experiência humana viva.

2.5. Colonialidade, gênero e violências

Para empreendermos um estudo que se insira de fato nas agendas do feminismo decolonial e que seja metodologicamente pertinente, precisamos compreender o funcionamento de um poderoso mecanismo: o sistema moderno/colonial de gênero (LUGONES, 2020), que se engendrou a partir da exploração europeia sobre terras e corpos além de seu território (séculos XV-XVIII), cujos reflexos perduram até a atualidade. Poderíamos enfatizar várias de suas faces, como a imposição da noção de gênero a sociedades que não o concebiam da mesma forma que os europeus, ou mesmo as incompreensões frente a outras maneiras de se perceber mulheres e homens. Em função de nosso recorte, atribuiremos ênfase às maneiras como as “nativas” foram apresentadas, descritas e construídas no papel e nos imaginários, em imagens distorcidas que parecem ter-se perenizado, mas que a cada vez mais são criticadas, revistas e adequadas à compreensão dos fenômenos que representam.

O conceito de colonialidade agrega-se de adjetivos que dizem respeito a campos específicos de atuação/permanência do sistema colonial na mentalidade das sociedades contemporâneas. Argumentando a partir das reflexões de Aníbal Quijano⁶⁵, Ochy Curiel (2020, p. 127) explica sobre a colonialidade que está no cerne da construção generificada e estereotipada das indígenas que habitavam as terras brasileiras quando da chegada europeia – a do poder.

A colonialidade do poder implica relações sociais de exploração/dominação/conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seus recursos de produção, pelo controle do sexo e seus produtos, da reprodução da

⁶⁵ Aníbal Quijano (1930-2018) foi um sociólogo peruano que contribuiu para muitos avanços no campo dos estudos descoloniais e decoloniais. Quijano se dedicou a refletir sobre as maneiras pelas quais a América Latina ainda permanece atrelada às metrópoles que a colonizaram e exploraram, num processo de independência política que não encerrou as continuidades em termos de visões, pensamentos e estereótipos sobre mulheres e homens “colonizados”. Ver QUIJANO (2014).

espécie, da subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento e a autoridade, e seus instrumentos de coerção.

O domínio dos mais variados recursos e dos meios de coerção encontram-se na base do sistema moderno/colonial de gênero, o que se liga diretamente à colonialidade do poder (LUGONES, 2020). Em outras palavras, precisamos compreender que esta última conduziu a classificação das populações ameríndias/originárias em termos de etnia, menosprezando-as e cercando-as com estereótipos ligados ao trabalho e, sobretudo, à sexualidade. Aqui aparece a dimensão do gênero e seu entrecruzamento com a de etnia. Sem as construções classificatórias que subalternizaram indígenas e africanas, por exemplo, o sistema moderno/colonial de gênero não se construiria, já que as explorações e violências cometidas sobre estes contingentes estão diretamente atreladas àquela colonialidade que os classifica, inferioriza e justifica as ações desenfreadas de europeus supostamente colonizadores. Sob o pressuposto de sua autoridade, de seu poder, os europeus que “colonizaram” as terras brasileiras (e de outras regiões americanas) perpetraram violências que se estenderam para além daquelas físicas cometidas durante sua atividade exploratória.

Chandra Mohanty (1955-?) e Gayatri Spivak (1942-?) (*apud*. CURIEL, 2020) são duas autoras indianas que cunharam, respectivamente, os conceitos de *colonização discursiva* e *violência epistêmica*. O primeiro conceito diz respeito às maneiras como se descreveu os sujeitos, entre os quais as “mulheres”, do que se chamava “Terceiro Mundo”, ou seja, aqueles que vivem/viveram as heranças e permanências de longos séculos de colonização/exploração, que envolvem desde problemas estruturais ligados aos níveis de desenvolvimento até preconceitos e estereótipos. Nesta mesma linha de argumentação, o segundo conceito mencionado trata das maneiras cruéis e homogeneizantes pelas quais estes sujeitos foram/são apresentados e construídos dentro da ciência. No caso das “mulheres”, isso ocorre mesmo entre as autoras que se afirmam feministas⁶⁶. Estes conceitos se fazem importantes à nossa análise por compreendermos que Moysés Vellinho (1970), autor cuja escrita da história analisaremos, empreendeu uma construção discursiva violenta, que ratifica como benéficas as diversas explorações realizadas e, além disso, dá continuidade à ação violenta por meio de seus escritos

⁶⁶ Curiel (2020) propõe um “desengajamento”, no qual tanto as visões de mundo quanto as epistemologias e métodos de análise da colonialidade passariam também a perceber os constructos em torno da ideia de “feminino”, “gênero” e “mulher”, compreendendo que as formas como tais categorias/sujeitos são apresentados bebem muito das fontes do colonialismo e visões estereotipadas e de legitimação construídas em seu entorno, que estiveram no cerne de seu funcionamento e de sua dinâmica.

– uma violência epistêmica que perpetua a colonização discursiva. Composições assim precisam ser revistas. Revisitadas. Combatidas.

Organizado em torno da produção do “outro” como inferior, o pensamento colonial, euro e antropocentrado funciona mediante as relações hierarquizadas que criam e escondem essa criação com atribuições de natureza ou essência, funcionando em sua dicotomia principal, [...] a de humanos e não-humanos. [...] Com isso quero dizer que nem somente a raça, nem somente o gênero. Ambas categorias formam a hierarquização binária moderna que atribui (ou não) humanidade aos sujeitos e constitui um outro menos ou não-humano, categorizável, excluível, explorável; especialmente quando esses marcadores ou categorias são transformados em discursos científico-biológicos – utilizados para instaurar e manter ao mesmo tempo essa hierarquização (GOMES, 2018, p. 72).

Considerando que “dizer o *outro* é enunciá-lo como diferente”, afirmando “que *a* não é *b*”, perpetua-se tal visão “a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema”, criando-se “uma diferença passível de ser assinalada e significativa entre os dois termos”, desenvolvendo-se uma “retórica da alteridade” produzida a partir do “mundo em que se conta” e do “mundo que se conta”, numa narrativa calcada no “antipróprio” (HARTOG, 2014, p. 243). Indígenas e africanos foram construídos como “outros” em relação aos europeus, sendo assim configurados a partir de sua “barbárie” e não-humanidade, o que teria autorizado (e mesmo justificado) sua exploração por *outro mundo*, aquele que se apresentava como civilizado e dotado da competência necessária para espalhar sua cultura perante a do *outro*, supostamente tão desqualificada quanto seus adeptos.

Pelo viés legítimo da produção científica, foram operadas exclusões e desumanizações⁶⁷. Ao atestar-se cientificamente o caráter inferior de etnias indígenas e africanas, afirmou-se também sua suposta dependência, atraso e necessidade de tutela. Legitimou-se, ainda, sua exploração maciça e extrema em todos os sentidos. Pela combinação entre etnia, sexo e gênero, criaram-se estereótipos em torno daqueles homens e mulheres que passaram a sofrer incisivamente com uma série de preconceitos e atitudes de cunho

⁶⁷ Sob a suposta autoridade médico-científica, estiveram milhares de pessoas que foram apresentadas como intelectualmente incapazes, atrasadas e subdesenvolvidas em suas aptidões. Sob o véu da religião, muitos sofreram explorações por sua suposta “impureza” ou por sua “linhagem”, a partir de parâmetros bíblicos. O conhecimento aceito como legítimo, seja sob a bandeira da fé ou do laboratório, negligenciou, violentou e rebaixou muitos milhares de pessoas ao estatuto de “semi-humanidade”, sobre o qual muitos homens ditos colonizadores buscaram estender suas crenças e valores à base da força, com olhares voltados aos recursos dos quais poderiam tirar proveito. Na lavoura, na casa ou na cama, várias foram as violências cometidas que se assentaram sobre a ideia de superioridade europeia.

compulsório. Estas categorias, assim, serviram como linguagens que significaram os corpos tidos como binários (homem, mulher), semi-humanos e tomados como fixos.

Há um destaque que merece ser feito aqui: nessa articulação raça-sexo-gênero, mulheres e homens negros e indígenas são comumente identificados não só como corpos, mas como corpos hipersexualizados. Na linha do que venho sustentando, quero com isso ressaltar que, no marco da colonialidade do gênero, há mais do que um estereótipo, mas um processo em que se nega a determinados corpos o componente construído, cultural, racional, relacional. São apenas corpos, dotados não de gênero, desejo e sexualidade, mas de sexo, instinto, impulso. Hipersexualizados, esses homens e mulheres são alvos de representações racistas que usam de representações de sexo/gênero ao mesmo tempo, criando novas e outras hierarquizações que não se resumem apenas àquela de masculino/feminino e que transformam pessoas negras (e assim também pessoas indígenas) em uma espécie de padrão de negatividade (GOMES, 2018, p. 75).

Ao passo em que são apresentadas e percebidas como sexualizadas, as mulheres ameríndias e africanas também se tornariam símbolos da perversão, do domínio dos desejos sobre o pudor. Angela Harris (1990, *apud* GOMES, 2020) aponta que o extremo desta situação são as legitimações em torno dos constructos – o estupro seria exclusivo das mulheres brancas (frágeis, domésticas e puras), ao passo que para as de etnias indígenas e africanas seria “a vida”. Em termos de colonização e colonialidade, compreende-se que as violências sexuais às quais as indígenas foram expostas são apresentadas como um “sacrifício necessário”, sob a ótica romantizada da miscigenação como benesse, cujo fruto mais importante seria o livramento da “barbárie” através da genética portuguesa entrecruzada com a indígena. Essa lógica brutal atingiu diretamente homens e mulheres africanos e indígenas, que se viram explorados ao extremo⁶⁸. Eis a colonialidade do poder e do saber – em sua universalidade e “outridade” macabra – manifestada em sua forma mais desumana.

Historicamente, a caracterização das mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e física e intelectualmente frágeis as colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, inclusive as mulheres escravizadas, que, ao contrário, foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais, e, também, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho (LUGONES, 2020, p. 75).

⁶⁸ Embora o recorte temático deste estudo esteja centrado nas explorações em torno de mulheres indígenas, atenta-se também à questão dos homens neste jogo discursivo e violento de construção do gênero no período colonial, bem como suas permanências. Ao passo que os homens brancos eram concebidos enquanto promotores da civilização, mesmo em seus atos violentos, os homens negros/indígenas sofreram os efeitos da desumanização e hipersexualização, sendo concebidos como perigosos e prontos para o “ataque”. A sexualidade, que para as mulheres indígenas e africanas aparece como atitude desenfreada, para os homens aparece com tom agressivo e ameaçador. Ver GOMES (2018).

A partir das considerações tecidas até aqui, entende-se que as intersecções e entrecruzamentos entre sexo, gênero e etnia estão mais perceptíveis e evidentes. Construiu-se uma versão, europeia e universalizante, que acabou por descrever “as mulheres indígenas e negras como sexualmente afoitas, visto que mais próximas da natureza ou do natural” quando, conforme visto, “as relações sexuais [...] não eram consentidas” (CASTRO, 2020, p. 146). Apropriando-se destes constructos, Moysés Vellinho (1970) ressignificaria os abusos sexuais cometidos contra as indígenas, destacando-as enquanto fontes de “tentação” mesmo para religiosos e, por fim, justificando as explorações a partir da premissa de “amor submisso” das nativas, como se tivesse havido abertura e consentimento de sua parte – e não estupro.

A proximidade dos grupos indígenas com a natureza seria distorcida pelo sistema colonial de exploração, sobretudo quando se trata das mulheres. A partir desta premissa, se construiria a subordinação “natural” da mulher ao homem, já que a primeira seria mais próxima da natureza, da irracionalidade e dos impulsos do que o segundo. Na empreitada colonialista e em sua torrente de discursos, mesmo aqueles construídos *a posteriori*,

“Natureza” tem um duplo sentido. Por um lado, o ser humano racional, isto é, o homem europeu, possui a superioridade intelectual que lhe autoriza o domínio do âmbito natural, seja ele representado pelas mulheres europeias, naturalmente inferiores aos homens europeus, seja representado pelas comunidades e sociedades não europeias. Classificar algo como “natural” equivale nesse contexto histórico a autorizar sua exploração (CASTRO, 2020, p. 149).

Ao explorar a terra e os corpos, os europeus estariam apenas travando conquistas em nome de sua racionalidade. O que pertencia à instância do *natural* foi apresentado enquanto seu por direito, e nisso estavam incluídos os recursos e os braços de trabalho. Entre os “recursos”, estavam as mulheres indígenas, bem como os constructos em torno de sua sexualidade para atenuar violências e a premissa da civilização que venceria a barbárie. Pelo estupro, justificado enquanto parte da exploração racional, a *civilização* estaria no sangue. Esta lógica perversa manifesta-se, sobretudo, em obras que atestam as heranças lusitanas do Brasil, *a la* Gilberto Freyre (1933), nas quais o preconceito é escamoteado, atenuado e silenciado.

A tradição construída por Gilberto Freyre de pensar a sociedade brasileira como um milagre da tolerância graças à miscigenação representa uma das formas mais perversas de dominação e subalternização cultural e social das populações afrodescendentes e indígenas. Sua narrativa edulcorante acerca da miscigenação das

raças [aqui, o termo é pertinente devido à defesa de sua existência de fato por parte de Freyre] no Brasil, promovida por uma empresa luso-tropical indolente e lúdica, dá a entender de maneira perversa que essa troca sexual se deu de forma livre e espontânea. Isto é, dá a entender que negros e índios, submetidos a uma condição de subalternidade absoluta, vítimas de um modelo de escravidão dos mais violentos da América do Sul, viviam, na verdade, em um paraíso tropical. O mito da democracia racial baseado na miscigenação dos povos acoberta a violência sexual que lhe sustenta. [...] O que se procura fazer através deste tipo de narrativa é, na verdade, justificar o genocídio dessas populações, seja eliminando-as simplesmente ou embranquecendo-as pelo processo de miscigenação (CASTRO, 2020, p. 150-51).

A colonização – exploração? – portuguesa no Brasil assentou-se sobre a violência sexual contra as escravas africanas e nativas indígenas, amalgamando preconceito, não-consentimento e civilização sob o mito da democracia racial, insustentável quando analisamos mais de perto seu processo de construção. Além da colonização e da exploração da natureza, o corpo das mulheres surge como “terceira colônia” dominada, explorada e justificada a partir da ideia de civilidade (BARRAGÁN *et. al.*, 2020). Nas entrelinhas deste discurso, reside o pavor da dominação, a violência dos atos e a brutalidade das palavras. Estereótipos relacionados à sexualidade de indígenas e africanas ainda ecoam, num exercício de perpetuação levado a cabo por autores como Moysés Vellinho, que faz uso de artefatos discursivos que parecem tênues, mas que camuflam muitos preconceitos, discriminações e legitimações a violências de todos os tipos. Neste ponto, nossa aquarela mancha-se de vermelho, num matiz que não pode mais ser removido ou borrado na tela, embora muitos tenham tentado fazê-lo.

2.6. Penas que incluem – estudos feministas no Brasil

Não são apenas os sujeitos históricos que tomamos à análise que sofreram com o arcabouço de estereótipos estabelecidos sobre si. Muitas das autoras que se pronunciam enquanto feministas sofrem com estigmas construídos em torno de sua sexualidade, de seus corpos e de suas causas. Já acompanhei relatos, seja pela mídia, seja pessoalmente, de pesquisadoras que foram acusadas de “sapatão”, num entendimento totalmente distorcido sobre a prática histórica feminista, como se as autoras em questão buscassem formas de dominar os “homens” para instaurar uma “ditadura feminista”, além de manifestar um grosseiro preconceito à orientação sexual de muitas delas – o que não é exclusividade feminina, dada a perigosa homofobia existente em nosso país, mas também fora dele. Já assisti a entrevistas e relatos de autoras que não conheço pessoalmente, que tiveram suas obras duramente criticadas por pessoas que sequer as leram e compreenderam em seu contexto de escrita, sem distorções. Já

ouvi, nos corredores da Universidade e de outros locais públicos, grupos de homens afirmando que “feminista não toma banho”, “feminista não se depila” e tantas outras frases típicas de uma sinfonia de horrores, que congrega preconceitos, desconhecimentos e estereótipos.

Enquanto autora engajada com o feminismo decolonial, fico apreensiva frente a tais situações. O que busco em meus estudos, assim como outras colegas que trabalham em perspectivas semelhantes às minhas, é demonstrar que precisamos considerar as especificidades conjunturais, sociais, identitárias e étnicas das mulheres em diferentes tempos e espaços, abolindo-se o pressuposto de universalidade dentro da epistemologia feminista. *Nosso* espaço de fala e escrita congrega tentativas de evidenciar a violência colonizadora duramente empreendida contra *nossos* corpos, mentes e valores. Questiona-se discursos prontos e convida-se à análise de conjunturas específicas justamente para demonstrar que, em termos de perspectiva decolonial, é imprescindível considerar as interligações entre sexo, gênero e etnia, além de tomar nota sobre as várias justificativas e legitimações que circundam as violências sexuais que estiveram no cerne da colonização europeia. Busca-se apenas o direito de demonstrar o quão exploradas e matizadas pelos supostos “civilizadores” foram aquelas que sentiram na pele as ações brutais por eles perpetradas. E mais: intenta-se desfazer a exclusão e as justificativas incabíveis para estas explorações várias, que foram construídas pelas *penas* de homens, como Moysés Vellinho (1970), que deram continuidade àquela violência a partir das *letras*. Nada de superioridade feminina. Nada de guerra dos sexos. Em vez disso, críticas contundentes, humanizadoras e novas visões em torno das *penas* que excluem.

No Brasil, este passado de violências silenciadas vem sendo questionado. Desde o século XIX, destacam-se mulheres que ergueram suas vozes para criticar sua situação e subalternização. Conforme analisado no capítulo anterior, o referido século marcou a institucionalização da História enquanto ciência e, em âmbito brasileiro, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Sob os auspícios do governo imperial, seu quadro de associados e letrados que publicaram em sua *Revista* foi totalmente masculino por um longo período⁶⁹. Deste modo,

O nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, constituiu-se como um domínio masculino, de forma explícita e excludente. As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura e da cidadania a partir de uma lógica conjuntiva e horizontal, de cunho universalista, em

⁶⁹ A admissão de sócias no IHGB se deu somente a partir de 1965 (SILVA, 2018).

sintonia com a racionalidade progressista da coesão social em que se pautava a concepção de nação moderna (SCHMIDT, 2019, p. 66).

A partir das *penas* dos autores da história brasileira que construiriam em suas aquarelas uma ponte com o passado português⁷⁰, no século XIX, criaram-se discursos comprometidos com os feitos da “civilização”, romantizando-se a figura do/da indígena enquanto dócil e passivo/a. Constroem-se, também, narrativas calcadas na hipersexualização de indígenas e africanas, afirmando-se por um lado o suposto apetite sexual famigerado e violento e, por outro, sua “disponibilidade” ao europeu explorador. Este quadro se agrava à medida em que constatamos que a admissão de sócias no IHGB se deu somente a partir da segunda metade do século passado, estando o acesso feminino à agremiação relegado às participações nas “Tardes no Instituto” (1928), evento periférico cujas conferencistas eram mulheres (SILVA, 2018). Assim, ao construir-se a história nacional, os elementos foram “histórica e discursivamente construídos de modo a convergir num todo coerente e estável” calcado na “integralidade de um sujeito universal cuja identidade se impõe de forma abstrata, dissociada de materialidades resistentes como raça [...] e gênero” (SCHMIDT, 2019, p. 69). Na unidade que se pretendia, não havia espaço para discutir as violências étnicas e de gênero, ou mesmo para tratar as pluralidades existentes. O verde e amarelo coloririam a aquarela a todo custo. Mas, por que excluir a autoria feminina?

Pela ótica das mulheres, nacionalizar o nacional, o que soa como um aparente despropósito, significa, justamente, questionar a matriz ideológica do paradigma universalista que informou o princípio do nacionalismo brasileiro, responsável pela constelação hegemônica de forças políticas, sociais e culturais presentes na formação e no desenvolvimento da nação como narração. Talvez essa seja uma das razões para o silêncio e a exclusão de nossas escritoras da historiografia literária e da história das ideias no Brasil, já que narrativizar o país, na perspectiva de muitas delas, era problematizar a ideologia dominante de nação (SCHMIDT, 2019, p. 71).

Quando falamos em “mulheres” que escreveram sobre a nação e sua história, estamos tratando de sujeitas que tinham acesso ao ensino formal e a espaços de saber. Isso precisa ficar claro para que compreendamos que estas oportunidades não se aplicavam a todas as mulheres

⁷⁰ Dentre estes autores, destacou-se Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que empreendeu estudos tão basilares quanto problemáticos (a partir dos cânones atuais) acerca da história brasileira. Em *História geral do Brasil* (1850), o autor tratou de temas relativos à natureza brasileira, ao “descobrimento” do Brasil e aos africanos e indígenas. Quanto a estes últimos, seu discurso se encaminha para uma retórica que não critica ou questiona as imposições ou mesmo as apropriações dos corpos, no trabalho e/ou sexualmente. Ver REIS (2007).

do Brasil oitocentista, contexto marcado pelo analfabetismo de contornos estruturais (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Dentre as autoras que se destacaram ao contestar versões canônicas da História no Brasil, podemos mencionar Ana César⁷¹ e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) (SCHMIDT, 2019). A primeira foi jornalista, poeta e ficcionista e atuou sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, chegando a ser membra da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)⁷². Sua obra de destaque foi *Fragmentos*, que reuniu crônicas, cartas e conferências publicadas entre 1917 e 1930, com temas relacionados à educação, à contestação à domesticidade como espaço legítimo feminino e a apontamentos que colocavam a *mulher* como formadora de consciência cívica. Ana César era sufragista, indo de encontro às narrativas predominantes em seu contexto.

Na época, um dos argumentos de maior circulação contra o sufrágio feminino era o de que a mulher descuidaria de suas obrigações para com a família a partir do momento em que dispensasse seu tempo com a ida às urnas. [...] Ana César revela o cuidado de colocar as questões ditas “femininas” no quadro do cenário político brasileiro, para o qual reivindica um processo de democratização ampla, entendido esse em termos de erradicação da discriminação racial e de gênero, pressupostos para a instalação de uma consciência nacional. [...] Rever a ideologia de nacionalidade e cidadania brasileira significava, para ela, abrir o espaço da nação/narração para interrogar sua representação social a partir da diferença, ou seja, inscrevendo nela a voz e a presença das minorias (SCHMIDT, 2019, p. 72-73)

Evidenciamos que o contexto de escrita de Ana César – as duas primeiras décadas do século XX – foi marcado por uma série de estereótipos. Subestimava-se a capacidade das brasileiras enquanto capazes de conciliar tarefas, ou temia-se sua eficiência e reação frente aos padrões que lhes eram impostos? Acreditando na necessidade de as brasileiras acessarem o voto e possuírem este direito de escolha, nossa autora via no espaço da cidadania um caminho para interrogar as diferentes maneiras pelas quais as mulheres eram apresentadas, vistas e construídas. A partir disto, as portas da crítica poderiam se abrir, sendo possível pensar a construção da “nação brasileira” a partir de novos olhares e sujeitos, não mais monopolizados

⁷¹ Infelizmente, não encontramos dados biográficos de Ana César nem em nossas fontes, nem em pesquisas feitas a partir de acervos online e mesmo na internet com um todo. Todos os dados acerca da produção e vida da autora foram encontrados em SCHMIDT (2019). Lamentamos este fato, entre outros motivos, por não termos conseguido ir mais a fundo em suas obras, concepções e contexto e, por outro lado, por ser este exemplo pontual a realidade de tantas outras precursoras da produção intelectual feita por mulheres, que acabam relegadas à margem ou ao esquecimento pela ausência de dados.

⁷² A Associação Brasileira de Imprensa, sediada no de Rio de Janeiro, foi fundada em 1908 por Gustavo de Lacerda (1854-1909), jornalista catarinense, com intento assistencialista em relação a profissionais ligados a atividades afins.

por aqueles homens que se atribuíram a tarefa de tratar do passado nacional e de conformá-lo sob os moldes do presente que buscavam legitimar.

Outra voz que ecoaria, sobretudo do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, seria a de Júlia Lopes de Almeida, patrona da Academia Carioca de Letras (ACL)⁷³. Teve seu nome indicado à Academia Brasileira de Letras (ABL)⁷⁴, mas não homologado – era mulher. Embora atuante em jornais variados, como *A Semana* e *O Paiz*, além de elogiada por nomes como José Veríssimo (SCHMIDT, 2019), sua atuação é ausentada das produções e estudos que versam sobre seu período de publicação. Em 1914, publicaria *A Silveirinha*, estimulando a uma leitura cultural que ajude a perceber o que foi reprimido a partir de estratégias do discurso colonial que circulam em torno do preconceito e da discriminação. Com ênfase à burguesia carioca de seu contexto, a autora

[...] evoca a experiência colonial através do discurso estereotipado de raça que produz o outro como identidade essencializada – o primitivo, o exótico, o lascivo, o selvagem – num contexto de hierarquias culturais. A questão da identidade nacional é problematizada na medida em que o negro é definido pelo outro estrangeiro como brasileiro, enquanto que o brasileiro, de cor branca, não admite a brasilidade como pertencimento horizontal, pois não se alinha com aquele, mas com o outro estrangeiro, pela identificação vertical de raça e classe (SCHMIDT, 2019, p. 76).

Júlia Lopes Almeida, assim, denunciava em seus escritos uma situação que se perenizaria adiante em obras de autores como Freyre (1933) e Holanda (1936), já referidos anteriormente. A nação brasileira foi historiográfica e discursivamente construída a partir de padrões que deveriam ligar os *brasileiros* diretamente aos metropolitanos portugueses, evidenciando seus traços de “civilização”. Por outro lado, a “democracia racial” eclipsaria as violências, preconceitos e discriminações que se deram/dariam ao longo de muitas décadas, evidenciando uma colonização discursiva que engendraria a violência epistêmica tão presente nos escritos de autores que atenuariam as mais cruéis manifestações de europeus frente a indígenas e africanos subjugados⁷⁵.

⁷³ A Academia Carioca de Letras foi fundada em abril de 1926 com o objetivo de fomentar/valorizar a língua e a cultura nacionais, com ênfase à então capital brasileira – o Rio de Janeiro.

⁷⁴ A Academia Brasileira de Letras foi criada em 1897, sob iniciativa de Lúcio de Mendonça (1854-1909), advogado, jornalista e escritor. A instituição teve Machado de Assis (1839-1908) como primeiro presidente, tendo como finalidade o incentivo e valorização da produção letrada nacional.

⁷⁵ Moysés Vellinho admite a presença indígena e africana na formação sul-rio-grandense, porém em parcela pequena e não comprometedor da “ascendência luso-brasileira” (VELLINHO, 1970, p. 213). Ao passo que reconheceu influências, minimizou-as e construiu eixos discursivos legitimadores de violências em vários âmbitos, questão que será tratada mais adiante.

Este breve panorama sobre duas autoras dos séculos XIX e XX evidencia algumas questões importantes. É inegável o tom contestatório de hierarquias e preconceitos de gênero e etnia que se transversalizou nos escritos de ambas as letradas. Primeiramente, a recusa a manter-se no espaço doméstico e a busca por alçar-se ao âmbito decisivo da sociedade, exercendo sua cidadania. Em consonância a isto, a crítica aos estereótipos e à homogeneidade com a qual se instrumentalizou o passado e que, na prática, deixava evidentes suas fissuras mais agudas. Estas e outras autoras abriram caminho para o itinerário que agora se está percorrendo, cujo caminho é permeado por dificuldades e mesmo preconceitos de muitos sujeitos que não compreendem a importância de olhar para a história vivida e produzida, para as versões hegemônicas sobre *nosso* passado e, sobretudo, para as violências naturalizadas ao longo do processo. Estes pré-conceitos se dão tanto frente ao feminismo decolonial e seus estudos/estudiosas, quanto ao movimento feminista em si. Esquecem-se, porém, que os direitos como o voto, tão almejado por Ana César, hoje são realidade em função das reivindicações feministas.

Mas se essas foram vitórias do movimento feminista, sua grande derrota foi ter permitido que um forte preconceito isolasse o termo, sem conseguir se impor com orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não apenas promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do “feminino”. Provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de ficarem “malvistas”, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a recusar esse título (DUARTE, 2019, p. 25).

Escolhi esta citação ao tratar dos estereótipos em torno do feminismo por ter feito parte do grupo que tinha receio de ser mal interpretado. Nos caminhos que conduziram a este estudo, sabia que precisava estudar as violências e suas atenuações, mas buscava um termo capaz de evitar a alcunha de *feminista*. Atualmente, me defino enquanto feminista decolonial sem mais delongas, pois entendo que estou comprometida com o tema que estudo. Precisamos de Anas e Júlias, sem receio de defender aquilo em que se acredita a partir de pesquisas e trabalhos. Não poderia seguir este itinerário das *penas* que incluem, ou seja, que demonstram a ação feminina na história e na construção desta, sem tratar de autoras brasileiras e da consolidação dos estudos feministas no Brasil.

Para compreender a trajetória do feminismo e dos estudos de cunho feminista no Brasil, é preciso considerar quatro momentos principais (DUARTE, 2019). O primeiro deles inicia-se no século XIX, cujos esforços se concentraram no direito de aprender a ler e escrever,

circunscrito a pessoas do sexo masculino. Era preciso provar que tal aptidão era necessária – ou melhor, que as mulheres estavam aptas a recebê-la. Multiplicam-se os jornais dirigidos por mulheres, num movimento que estimulava autoras a assinarem seus artigos. A partir de 1870, segundo momento da trajetória que se percorre, as publicações feitas por mulheres se intensificam em número e qualidade, destacando-se a educação como meio para emancipar-se e “romper grilhões”. Neste contexto, busca-se enfaticamente o direito ao voto e ao poder de escolha, bases da cidadania⁷⁶.

São dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. A cada nova médica ou nova advogada formada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória [...]. Na contramão, também a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento e cuidar dos filhos ao mesmo tempo em que exerciam uma profissão (DUARTE, 2019, p. 34).

Nitidamente, erguiam-se barreiras simbólicas contra a profissionalização das mulheres, num movimento sumariamente calcado em representações que as apresentavam como *naturalmente* dispostas à reprodução e aos cuidados com a casa. Aos poucos, frente à discriminação, formaram-se grupos de apoio mútuo que tinham em vista a manutenção de mulheres em suas profissões, bem como o incentivo àquelas que buscavam sua autonomia e independência (DUARTE, 2019). Tal questão leva ao terceiro momento do movimento feminista, que envolveria manifestações várias orbitadas em torno da busca por igualdade e pelo direito de participação social e política, sobretudo. Conquistado o direito ao voto nos anos 1930, cada vez mais mulheres estiveram presentes nos bancos universitários e nos mais variados ramos do conhecimento e profissões. A partir de 1970, quarto momento do feminismo brasileiro, seriam debatidos temas relacionados à sexualidade, à concepção e ao ideário em torno de “ser mulher”, evidenciando-se o caráter de construção social e cultural de muitas características anteriormente entendidas como *naturais*. Além disso, conforme já analisado, os anos finais do século XX marcariam a emergência de estudos feministas calcados em epistemologias próprias. A longa trajetória renderia muitos frutos.

⁷⁶ Enfatizamos que o conceito de cidadania não se resume apenas ao direito ao voto, sendo, ao contrário, um termo dotado de historicidade própria e de ressemantizações ao longo dos diferentes processos. Ser cidadão ou cidadã consiste, sobretudo, em exercer plenamente seus direitos, sejam eles de cunho civil, político ou social. Sobre as questões que tangem à cidadania, ver PINSKY; PINSKY (2018).

Esta ida e volta foi proposital. Partiu-se, no início deste capítulo, do itinerário dos estudos feministas, passando pela colonialidade e especificidades do contexto brasileiro e, ao final... voltou-se ao itinerário feminista. Este caminho foi trilhado para evidenciar que muito já foi feito, no Brasil e no mundo, mas que os movimentos erguidos em nome das “mulheres” precisam ser observados a partir de diferentes óticas. Atualmente, conta-se com direitos que foram conquistados por nossas antepassadas e mesmo por nossas contemporâneas. Esta autora só está concluindo sua graduação e publicando seus estudos em função de outras que reivindicaram estes direitos e os conseguiram. Porém, onde se encaixa a questão das indígenas e africanas neste itinerário? Em que momento se passou a considerar a colonialidade como eixo das análises? Enquanto feminista decolonial, penso que tais questões são pertinentes por exporem, em simultâneo, as forças e fraquezas do movimento feminista em *nosso* país. Primeiro, as demandas urgentes de espaço e respeito. Depois, as críticas às visões prontas. Finalmente, a compreensão de que *nosso* passado colonial impacta diretamente as maneiras como nos concebemos e somos concebidas. Urge olhar para a violência física continuada na violência epistêmica.

A série de questões tratadas no presente capítulo compreende inquietações que permearam tanto a trajetória dos estudos feministas, quanto da autora deste estudo. Ao longo do processo de escrita, muitos desconfortos foram causados ao trabalhar e evocar certos temas e discursos. Preocupa muito o fato de violências disferidas nos discursos terem passado despercebidas – ou abafadas – durante tanto tempo. Incomoda perceber que obras tão consagradas, referências aos estudos históricos, sociológicos e antropológicos, sejam tão problemáticas e preconceituosas. Não se trata de anacronismo ou de criticar por criticar. Trata-se, por outro lado, de evidenciar que a história – mundial, brasileira ou sul-rio-grandense – foi e é escrita a partir de olhares e perspectivas que não contemplam sua pluralidade e que se engajam em continuidades que escondem e silenciam angústias, brutalidades e dores.

Os estudos feministas decoloniais apresentam-se como uma possibilidade de criticar discursos e práticas que partem de pressupostos arraigados na colonização e na colonialidade. Ao nos debruçarmos sobre contextos e situações vivenciados em amplos espaços e tempos, sobretudo nas regiões que foram alvo da ação predatória de muitos europeus, *nós*, autoras feministas, chamamos a atenção para o que era camuflado e destacamos o que era apagado. Sem entender as imbricações entre categorias como gênero, sexo e etnia, não é possível satisfatoriamente as heranças nefastas de preconceito e discriminação que permeiam *nosso*

convívio social. Sem observar com atenção as particularidades, não se entende o todo. É para este exercício que se convida neste estudo.

Para observar a aquarela com coerência, não basta olhar de longe.

3. PENAS QUE CONTESTAM – POR UMA ANÁLISE DISCURSIVA DECOLONIAL

*Índia seus cabelos nos ombros caídos
Negros como a noite que não tem luar
Seus lábios de rosa para mim sorrindo
E a doce meiguice desse seu olhar
Índia da pele morena
Sua boca pequena
Eu quero beijar.
(Cascatinha e Inhana, 1955)*

Assim como a escrita da história possui o poder de construir versões sobre o passado e cristalizá-las, a partir da ótica de historiadoras e historiadores que a edificam, também é capaz de incluir em seus tortuosos caminhos aqueles sujeitos e grupos que foram retirados, omitidos e silenciados em suas tramas. Tratou-se disto nos capítulos precedentes, demonstrando como se perpetraram processos de exclusão. Por outro lado, num movimento repleto de pluralidades, buscou-se demonstrar a ação das mulheres na história, tanto no campo da experiência quanto como portadoras das penas e tinteiros que levaram adiante a produção historiográfica no Brasil e fora dele. Coloriu-se a aquarela com novos tons.

Este caminho de idas e voltas, avanços e paradas, perpassa, a partir de agora, por outro viés das *penas* que escrevem a história, construída a partir dos interesses e subjetividades daqueles que as empunharam/empunham. Trata-se de outro “poder” da ciência histórica – o de contestar versões prontas. Analisando discursivamente uma das obras de Moysés Vellinho, *Capitania d’El-Rei* (1964), buscar-se-á demonstrar que é implausível calar-se frente a justificáveis injustificáveis. Para isto, este itinerário partirá da vida e obra de Vellinho para chegar ao foco específico de análise – a sexualização e a violência perpetradas em relação às indígenas e ao meio em sua escrita da história.

3.1. “Libertando homens e fatos de interpretações levianas” – da crítica à *Província*

A história se faz a partir das demandas e inquietações dos que se propõem a estudá-la, revisitando o passado a partir dos vestígios aos quais se tem acesso. A partir do método, transforma-se os olhares sobre as fontes históricas em conhecimento histórico, tornando o passado compreensível a partir das angústias e necessidades de nosso presente (CERTEAU,

1982). A historiografia contemporânea, desta forma, opera através da interpretação das fontes históricas a partir de um método, um caminho possível e coerente de análise.

A História, tal como as conjunturas e fatos dos quais trata e com os quais trabalha e constrói-se, é dotada de historicidade. A epistemologia que a constitui atualmente é, assim, produto de um longo e não retilíneo itinerário, conforme analisado no primeiro capítulo deste estudo. Para além de conhecer e compreender como se deu a formação da historiografia sul-rio-grandense enquanto campo do conhecimento histórico, bem como suas instituições e características, é preciso reduzir a escala de observação para chegar ao nível dos sujeitos e de suas particularidades. Parte-se, assim, à necessária elucidação e compreensão da atuação do letrado cuja obra será analisada – Moysés Vellinho (1901-1980). Para isto, será apresentado um panorama de sua vida e obra enquanto crítico literário e historiador, de forma a observar os *lugares sociais* dos quais fez parte, as características que permearam seus escritos e, ainda, os principais temas que formaram o cerne de sua historiografia. Este exercício evidenciará que Vellinho escreveu pautado nos cânones de seu tempo (1920-1964), espaço (Brasil, com ênfase ao Rio Grande do Sul) e demandas (demonstrar seu estado como fervorosa e naturalmente brasileiro), em composições polêmicas, que despertam sensações, sentimentos e angústias durante a leitura.

Guilhermino César, amigo de Moysés Vellinho e prefaciador de algumas de suas obras⁷⁷, não pouparia elogios a este último em se tratando de seu trabalho voltado à produção de ensaios históricos sobre o Rio Grande do Sul e sua formação. Para César, as obras de Vellinho são coerentes, assim como o teria sido seu autor. Assim, os estudos de Vellinho teriam sido pautados por sua “preocupação do exato, do preciso”, que o teria levado a “deslindar muitas questões intrincadas, não só da literatura brasileira, como do passado gaúcho, libertando homens e fatos de interpretações levianas, inadequadas ou ambíguas” (CÉSAR, 1973, p. 11). Durante décadas, esta foi a percepção que pairava sobre Vellinho e sua obra de forma proeminente, desde seus congêneres de IHGRGS até letrados renomados nacionalmente, como Gilberto Freyre e Afonso Arinos (GOLIN, 2001), ou mesmo por pares que atuavam no ensino superior, como na Universidade de Porto Alegre (RODRIGUES, 2002), o que se evidencia pelos contatos entre a referida instituição e Moysés Vellinho. Mas todo itinerário tem uma gênese.

⁷⁷ As obras referidas são *Frenteira* (1973) e *Aparas do Tempo* (1981). Esta última é composta por um conjunto de escritos selecionados pelo autor, embora tenha sido publicada postumamente.

Nascido em Santa Maria no ano de 1901, Vellinho chegaria a Porto Alegre em 1911, junto a sua mãe e outros cinco irmãos, uma vez que seu pai havia falecido antes de ele completar dois anos. Em 1912, se mudaria para Caxias do Sul para morar com seu tio e padrinho, José Penna de Moraes. Na capital sul-rio-grandense, para a qual voltou em 1914, o jovem receberia educação de qualidade, tendo estudado no Colégio Anchieta sob a orientação do jesuíta Henrique Boock⁷⁸, que teria visto em seu estudante um potencial literato (GOLIN, 2001). Em 1921, estreou como crítico literário no jornal *Correio do Povo* com o artigo “Monteiro Lobato (a respeito de Onda Verde)”, sob o pseudônimo de Paulo Arinos (HERCHMANN, 2013). A partir de então atuaria de forma frequente, omitindo sua identidade através do referido pseudônimo. Em 1929, passou a atuar como parte do grupo de redatores da *Revista do Globo* e em 1939 publicou seu primeiro livro pela Editora Globo, intitulado *Machado de Assis – aspectos de sua vida e de sua obra*. Tal questão merece destaque porque a referida Editora era, há décadas, um *lugar social* de grande prestígio e importância ao meio letrado sul-rio-grandense em formação.

A Livraria do Globo da Rua da Praia, na década de 20, foi um espaço em que a crítica escrita cedia a vez para a crítica falada. Na frente da sua cobiçada vitrine, os expoentes literários mantinham um ponto obrigatório, não só aos sábados, mas ao cair de cada tarde, conferindo novidades, polemizando temas, afinando leituras [...] (GOLIN, 2001, p. 11).

Dentre aqueles que discutiam questões relacionadas às *letras*, estava Vellinho. Seus argumentos gravitavam em torno da necessidade de demonstrar sua terra “da forma como ela era”, fugindo de versões idealizadas e, de acordo com sua visão, errôneas. A suposta revisão na maneira como se concebia e produzia a Literatura e a História sul-rio-grandenses se iniciaria a partir de seus ensaios para periódicos e se espalharia ao longo das décadas seguintes. Em 1950, participaria do I Colóquio sobre Estudos Luso-Brasileiros, que ocorreu em Washington, nos Estados Unidos, onde permaneceu por praticamente quatro meses em função de um programa de intercâmbio para intelectuais brasileiros, proporcionado pelo governo norte-americano. Entre 1954-55, integrou como avaliador uma banca de doutoramento na Pontifícia

⁷⁸ Vellinho, ao longo de toda a argumentação de *Capitania*, profere críticas ferrenhas aos jesuítas, conforme será visto mais adiante. Porém, em um ponto do texto, o autor tece uma ressalva, afirmando-os como “fatores integrativos do processo intelectual, moral e social do Rio Grande do Sul” (VELLINHO, 1970, p. 97) em sua contemporaneidade. Compreende-se que isto se deu em função de o autor ter sido educado por um padre jesuíta. Caso não defendesse a integridade jesuítica em sua contemporaneidade, em que estaria calcada sua própria formação? Assim, Vellinho refuta a ação jesuítica no passado e a defende em seu presente.

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)⁷⁹, foi vice-presidente do Congresso Internacional de Escritores ocorrido em São Paulo e proferiu uma conferência no Curso de Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (HERCHMANN, 2013). Nesta instituição, Moysés Vellinho lecionou por um semestre na cadeira de Literatura Brasileira, do curso de Letras, em 1944, sendo substituído por Guilhermino César. Em participação anterior (1943), Vellinho fez parte de uma comissão organizadora dos exames vestibulares para a Faculdade de Filosofia. Sua participação efêmera pode ser evidenciada, entre outros fatores, pela ausência de uma pasta funcional com seus documentos na instituição. A participação de Vellinho e de César, bem como de Manoelito de Ornellas⁸⁰, no ensino superior demonstra que “os historiadores tradicionais eram reconhecidos [...] como autoridades legítimas”, o que evidencia “o reconhecimento pela própria universidade da autoridade e prestígio científicos” (RODRIGUES, 2002, p. 191) do IHGRGS. Mesmo curta, a participação de Vellinho e de César evidencia a legitimidade da qual desfrutavam, assim como a confiabilidade do IHGRGS enquanto local de produção do conhecimento histórico.

Letras da Província, publicada em 1944, tornaria claros os intentos de Vellinho enquanto sujeito produtor de conhecimento. A nota que escreveu na primeira edição da obra ajuda a compreender de forma mais clara as motivações que o levaram a publicá-la. Primeiramente, Vellinho explica suas escolhas.

Aos que vierem a estranhar o título eu explicarei desde logo que êle não envolve pròpriamente a veleidade de uma afirmação regionalista. Denunciará, quanto muito, a crença de que o Brasil há de ser sempre um conjunto de províncias. A imensidade de nosso território, se de um lado aconselha a maior vigilância no cultivo e preservação dos nossos sentimentos de unidade política, pede, por outro lado, que não se ponha em risco essa unidade nemmesmo pelo simples pensamento de que o melhor meio de assegurá-la consiste em reduzir ou sacrificar os valores da província. A coesão do nosso pensamento político, a planificação do nosso ritmo econômico, a vitória da cultura sôbre as forças da natureza, parecem estar íntima e orgânicamente subordinadas à vitalidade das parcelas que compõem o todo brasileiro. Que importa a formação de diferenciações regionais? Sujeitas ao denominador comum da tradição luso-brasileira, elas não se resolverão nunca em divergências que possam conduzir à desagregação (VELLINHO, 1970, p. 3).

O excerto acima é fundamental para compreendermos a obra de Vellinho como um todo, desde o crítico literário até o historiador respeitado dentro do IHGRGS e frente a personalidades do campo letrado brasileiro, como o já mencionado Gilberto Freyre. As palavras do autor

⁷⁹ Junto a Vellinho na banca estava Guilhermino César, já referido.

⁸⁰ Já se mencionou a participação de Ornellas no quadro docente da UFRGS. Nesta, o autor foi professor interino disciplinas de Literatura Hispano-Americana e Cultura Ibérica da Faculdade de Filosofia da instituição, de 1951 a 1954. Ver THESING (2015).

inserem-se no movimento de reabilitação do conceito de regionalismo que seria desenvolvido a partir dos anos 1940, retirando-se de sua semântica as sombras de partes díspares e isoladas para atribuir-lhe o caráter de particularidades que não se opõem, mas sim conformam-se no todo, o Brasil (NEDEL, 2005). Além disso, evidenciam que, para Vellinho, qualquer solução que beirasse o separatismo era impensável, implausível. Isto se daria em função da formação brasileira, que para o autor estava calcada na atuação lusitana e em suas heranças, compreendidas como sumariamente importantes ao presente e ao vivido. Esta tese se transversalizou em suas obras literárias e históricas, sendo erigida como uma das formas de demonstrar a coesão brasileira e a brasilidade do Rio Grande do Sul.

Seguindo sua argumentação, Vellinho discorreria sobre a necessidade de rever certos conceitos, estereótipos e versões a respeito do Rio Grande do Sul. Para isso, evoca a Farroupilha (1835-45), que, conforme visto, despertou muitas controvérsias em termos de seus ideais, significados e ambições. O autor sustenta que

Sempre fomos fiéis à lei da comunidade. Já os primeiros incidentes da história local nos afeiçoaram a êsse sentimento, e os sucessos ulteriores traduzem invariavelmente a mesma vocação para a unidade. Se examinarmos com um pouco de atenção o conteúdo psicológico da Guerra dos Farrapos, nos convenceremos de que a fermentação separatista, que tanto avulta no seu desenvolvimento, não passou de uma decorrência de caráter accidental ou secundário, pois tudo aquilo, no fundo, foi apenas um bravio desejo de integração. Desejo tão trágicamente incompreendido pela Regência! (VELLINHO, 1944, p. 3-4).

Urgia compreender as particularidades e valorizá-las, desde que fossem percebidas como componentes do conjunto que era o Brasil. Não se tratava de negar o separatismo da Província farrapa, mas de demonstrá-lo como um extremo calcado em incompreensões e injustiças do governo imperial para com o Rio Grande do Sul, seu povo e seus costumes, cujo pano de fundo teria sido justamente a busca pela integração. Vellinho ratificava e sofisticava, assim, os argumentos de autores que haviam defendido a brasilidade dos farrapos, como Emílio F. de Souza de Docca (1935), relacionando-se com eles de forma interdiscursiva, ou seja, construindo seu discurso em relação outros já existentes, apropriando-se deles (ORLANDI, 2020). Em síntese, “separar para unir” era o argumento máximo da escrita de Vellinho em relação à Farroupilha.

Letras da Província foi bem acolhido pela imprensa regional e nacional⁸¹, recebendo elogios de Gilberto Freyre, que afirmou que o texto de Vellinho possuía tanto cunho literário, quanto fundo sociológico. Além disso, o autor nordestino elogiaria Vellinho por este ter sido capaz de demonstrar o sul-rio-grandense como “fronteira viva da cultura luso-brasileira no seu sentido sociológico” (FREYRE *apud* GOLIN, 2001, p. 12), explicando a partir disto o florescimento de uma lenda como a do Negrinho do Pastoreio⁸² no espaço cultural meridional.

Em consonância ao desenvolvimento de ensaios literários, Vellinho se casou com Lygia Vellinho⁸³ e constituiu família, ainda nos anos 1930. O letrado também ascendeu a importantes cargos em sua profissão, no campo do Direito. Entre 1925 e 1930, ingressou na vida pública, atuando como promotor, inspetor do Ensino Estadual e burocrata do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-32), no Rio de Janeiro. Desagradado em relação aos rumos da política varguista, que se encaminhava para tons repressivos e de coerção, Vellinho regressaria ao Rio Grande do Sul.

Os literatos e intelectuais, para Vellinho, não necessitavam mais se envolver nas disputas da política partidária para bem desempenharem seu papel social. Havia outra missão à qual deveriam estar engajados: a promoção da nação e da região. [...] Mas, se o investimento na construção de uma identidade intelectual autônoma da atividade político-partidária se diferenciava dos posicionamentos anteriores, a promoção da região continuava a ser um dos traços definidores desse papel social. Só que, dessa vez, mais do que justificar uma luta partidária, o autor investia na construção de um lugar digno para os intelectuais locais na constelação da mais alta cultura brasileira (RODRIGUES, 2006, p. 76-77).

Os esforços de Vellinho se direcionariam no sentido de comprovar e evidenciar que a produção cultural do extremo meridional era significativa e, por isso, merecia destaque. Num contexto de afirmação das particularidades como edificadoras do todo (NEDEL, 2005), dada a ideia de que a herança portuguesa se transversalizava nas diferentes culturas regionais, urgia buscar espaços e frentes que fossem capazes tanto de difundir a produção letrada sul-rio-

⁸¹ Em nota à segunda edição da obra, Vellinho argumenta que a mesma foi revista. Além disso, foi incluída na *Coleção Província*, coletânea de obras compreendidas como basilares a história e literatura do Rio Grande do Sul, organizada pela Editora Globo.

⁸² A lenda do Negrinho do Pastoreio é parte do Folclore brasileiro. Nela, narra-se a história de um pequeno escravo que vivia no Rio Grande do Sul e era maltratado por seu senhor. Ao cuidar dos cavalos deste último, o Negrinho teria deixado um dos animais fugir e, mesmo encontrando-o, não consegue capturá-lo de volta. Além de ser castigado com muitas chibatadas, sofreria ao ser posto num formigueiro. No outro dia, é encontrado pelo senhor sem nenhum ferimento, graças à ação de Maria, mãe de Jesus. Mesclando características da natureza e do trabalho no Rio Grande do Sul a uma narrativa religiosa católica, a lenda é muito conhecida e estudada nas escolas, sobretudo ao se aproximar o dia do Folclore, 22 de agosto.

⁸³ Busquei informações acerca de Lygia Gomes Torres, Lygia Vellinho desde 28 de dezembro de 1929, quando casou com Moysés Vellinho, porém não encontrei. Lamento profundamente este fato. É mais uma mulher que perpassa pela história como *esposa de alguém*, sem maior ênfase.

grandense, quanto de demonstrá-la como legítima, coerente e necessária. Tomava-se certa distância das discussões político-partidárias para, por outro lado, aproximar-se das trincheiras culturais que se abriam.

Afastado do centro nacional de poder político, Vellinho daria continuidade à sua atuação na arena político-partidária, elegendo-se deputado estadual pelo Partido Republicano Liberal (1934). Além disso, atuou por décadas como Ministro do Tribunal de Contas (GOLIN, 2001), carreira da qual se aposentou em 1964. Em 1949, já assentado na carreira pública, o autor ingressaria no IHGRGS (RODRIGUES, 2006). A partir deste momento é que se iniciaria de forma mais sistemática, em sua atuação, a defesa da reabilitação cultural sul-rio-grandense frente aos pares brasileiros, reivindicando espaços de atuação respeitados para o grupo letrado do extremo meridional. Esta tendência, porém, manifestava-se havia tempo.

Como ensaísta, Vellinho iniciou sua escrita em periódicos porto-alegrenses, como o já referido *Correio do Povo*. Seus ensaios de crítica literária, conforme percebido pelo próprio Gilberto Freyre⁸⁴ (GOLIN, 2001), aproximavam-se por tabela de temas ligados à sociologia e à história, uma vez que os textos analisados e criticados tinham relação, em muitas das vezes, com o passado sul-rio-grandense e com versões deste que ecoavam no presente⁸⁵. Seu ingresso nos ensaios e projetos de cunho histórico, em nossa concepção, se dá definitivamente a partir de 1945, com a fundação da *Revista Província de São Pedro*, que foi planejada e dirigida por Vellinho (RODRIGUES, 2006), circulando regional e nacionalmente⁸⁶. O periódico possuía objetivos relacionados ao regionalismo e à compreensão da ideia de *regional*, uma vez que Vellinho figurava entre letrados influentes⁸⁷ no Rio Grande (RODRIGUES, 2006), que compunham os quadros de discussão e estudo da Livraria do Globo, em Porto Alegre.

[...] a *Província* nasce com a intenção expressa de transmutar o acervo disponível de elementos distintos da cultura gaúcha em um campo de reflexão, cujos contornos de

⁸⁴ São enfatizados os elogios de Freyre a Vellinho em função de o primeiro ter sido um letrado influente no contexto do segundo, sobretudo no que tange à caracterização do *regional*, tratando de afirmar as partes como importantes e componentes de um todo, o Brasil, além de inserir na história deste todo os seus costumes, hábitos e cultura. Bem-sucedido nesta empreitada em relação à sua região Nordeste, mesmo que construída e inventada na literatura, sociologia e arte (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011) Freyre era parâmetro respeitável em termos de produção regional. Assim tê-lo como apreciador de suas obras era fator considerável para Vellinho.

⁸⁵ O quarto ensaio da segunda parte de *Letras da Província*, por exemplo, aborda a obra *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, a qual versa sobre a história brasileira a partir ótica sulina.

⁸⁶ À época, a *Revista* contava com mais exemplares do que a média dos periódicos contemporâneos a ela, com cerca de três mil cópias a cada edição (NEDEL, 2005). Diferentemente de outras revistas, a *Província* não almejava lucro e não possuía vinculação institucional/partidária, sendo sua “lucratividade” calcada na difusão da cultura *daqui* para outros rincões do Brasil.

⁸⁷ Entre estes, esteve Rubens Barcellos, com quem Vellinho polemizou em função de interpretações diferentes sobre a obra de Alcides Maya, em termos de um suposto saudosismo e da figura do *gaúcho*. Ver VELLINHO (1970).

particularidade interessasse a intelectuais de renome nacional e internacional. Seu objetivo era funcionar como canal de comunicação assídua com as elites intelectuais de outros pontos do país, revertendo as pechas de desintegração (“enclave de estrangeirismos” “estado castelhano” “regionalismo tradicional” “literatura passadista”) e integrando a produção local ao panorama brasileiro e por que não dizer, mundial (NEDEL, 2005, p. 292).

O surgimento da *Revista* parte do pressuposto de que a história sul-rio-grandense não poderia mais figurar como uma história “à parte”, devendo ser reconhecida como componente formador de um nível mais amplo, nacional. Além disso, se almejava desfazer visões estereotipadas sobre o Rio Grande do Sul, valorizando tanto a produção cultural do estado, quanto seu passado, sua história e seus *homens*, dos *gaúchos*⁸⁸ da fronteira de anos longínquos aos que empunhavam a *pena* no presente. Tal interesse não se manifestava apenas a partir de ensaios históricos, mas sim num nível cultural mais amplo.

A pesquisa histórica e sociológica [...] ocupava um lugar central para o desenvolvimento de todas as outras atividades intelectuais. Mas é difícil definir qual das atividades desempenhava um papel proeminente em relação às outras. Nesse sentido, cabe lembrar que a revista se notabilizou pela divulgação de textos em diferentes áreas, como folclore, história, antropologia, sociologia, literatura. Certamente, a literatura ocupava um lugar importante no seu projeto missionário em torno da cultura. Entretanto, dificilmente se pode pensar uma literatura, nesses termos, sem se fazer referência obrigatória à sociologia e à história (RODRIGUES, 2006, p. 97).

A variedade de áreas abarcadas no periódico e, conseqüentemente, de temas abordados, foi analisada por NEDEL (2005). A autora argumenta que, ao longo de seus diversos volumes, a *Província* divulgou ensaios dos “de casa”, mas também dos “de fora”, seja de outras regiões do Brasil, seja de fora do país, como é o caso dos excertos que figuravam nos espaços entre as colunas, com trechos de autores como William Shakespeare e Jean Paul Sarte. Lado a lado, estavam textos de autores já consagrados e outros de letrados incipientes, que colaborariam intelectualmente para os objetivos propostos pela *Revista*. Embora tenha havido dissidências quanto aos caminhos que deveriam ser percorridos em termos de reabilitação cultural e do

⁸⁸ Uma questão inquietante é o uso recorrente do vocábulo *gaúcho* como gentílico, ao invés de sul-rio-grandense. Considera-se, a partir desta inquietação, que o emprego do termo diz muito acerca das maneiras como o passado do Rio Grande foi instrumentalizado nos ensaios históricos e literários, cristalizando-se versões que buscaram aplicar a *todos* os sul-rio-grandenses os traços tidos como típicos, tão enfatizados nos textos de Manoelito de Ornellas (1948), bem como do próprio Moysés Vellinho (1970) – hospitalidade, adaptação, destreza para o trabalho e apego à terra. Além disso, Vellinho calca a configuração do “gaúcho brasileiro” nos portugueses que vieram para estas terras, no século XV – “salvo infiltrações cuja escassez se depreende das próprias condições da conquista e povoamento [...], é da massa de pioneiros que ele descende” (VELLINHO, 1970, p. 212).

regionalismo⁸⁹, é fato que diferentes vertentes possuíam espaço no periódico dirigido por Vellinho⁹⁰. Apesar das diferentes áreas, temas e estilos, havia uma unidade interna no periódico, que

[...] era preservada pela intenção explícita de lidar com as condições adversas de extensão da produção letrada rio-grandense para o resto do Brasil, considerando a assimetria existente entre os modelos de representação regional da nação, coexistentes no país. A intenção era pôr o Rio Grande do Sul novamente à frente de uma missão saneadora, desta vez reelaborada em termos “culturais”, e baseada na “difusão dos centros de elaboração mental” do Brasil. Tratava-se, nas palavras dos editores, de fazer do “provincianismo cultural” não um destino imposto aos estados pela centralização política ou pela imensidão da geografia, mas um programa estrategicamente articulado com as demais regiões (NEDEL, 2005, p. 296-297).

Buscava-se sair do patamar da imposição da unidade, tão questionado na obra de Vellinho em relação à política do Império brasileiro (século XIX), por exemplo, rumando-se para uma espécie de conjunto articulado. A metáfora de um mosaico é plausível para entender as pretensões de Vellinho materializadas na *Província* – uma composição formada por peças diferentes, mas complementares, que dialogam, se conectam e se relacionam. A *Revista*, então, funcionaria como um meio de incluir e arraigar na ampla composição a forma que representava, ou seja, o Rio Grande do Sul e sua história. Para tal, empreende-se uma arqueologia dos precursores (NEDEL, 2005), publicando-se tudo aquilo que se compreendia como basilar ao entendimento da produção cultural e do passado sul-rio-grandenses.

Guilhermino César, colega e amigo de Vellinho, se manifestaria a respeito da *Província de São Pedro* em prefácio a uma das obras do autor – *Fronteira*, publicada em 1973. Tratou o periódico e seu diretor, Moysés Vellinho, a partir de uma ótica elogiosa.

Orientando-a para as grandes questões de nosso tempo, selecionando com rigor a matéria nela divulgada, deu-lhe um conteúdo de perenidade que é fato raro em empresas semelhantes, principalmente em nosso país, onde as revistas pouco diferem dos órgãos da imprensa diária, identificando-se com eles na mesma pressa, na mesma improvisação. Ademais, a *Província de São Pedro* teve o mérito de refletir o equilíbrio, a ponderação, ao lado da curiosidade espiritual de Moysés Vellinho. E já que tocamos nesse ponto, devemos também dizer que a preocupação do exato, do preciso, levou-o a deslindar muitas questões intrincadas, não só da literatura brasileira,

⁸⁹ Retoma-se a já analisada dissidência que ganhou forma nos anos 1940, sobretudo, entre grupos que buscavam conservar as bases tradicionais da escrita da história, do qual Vellinho foi expoente, e outros que viam numa abertura para o Folclore e para a *cultura popular* a saída para reabilitar culturalmente o Rio Grande do Sul frente aos mercados e meios letrados nacionais. Ver MARTINS (2015).

⁹⁰ Figuram, nas páginas da *Revista*, tanto textos de autores com os quais Vellinho dialogava e concordava, como Guilhermino César, quanto de autores com os quais ele polemizou, como Manoelito de Ornellas, que apregoava a multiplicidade étnica do Rio Grande do Sul, admitindo influências da colonização espanhola na formação do “gaúcho”. Ver ORNELLAS (1948) e NEDEL (2005).

como do passado gaúcho, libertando homens e fatos de interpretações levianas, inadequadas ou ambíguas (CÉSAR, 1973, p. 10-11).

César parece estar convicto de que a mesma habilidade e competência que acredita existir em Vellinho foi transposta à *Revista* quando esta foi pensada, formulada e publicada. Em função dos temas que tratou e das maneiras pelas quais os teria abordado, o referido periódico teria se destacado em relação aos demais, assim como seu diretor e idealizador, Moysés Vellinho. No mesmo texto, César chega a argumentar que os textos publicados na *Revista* dariam conta de uma “reparação moral” frente a teses apresentadas por autores sul-rio-grandenses, supostamente distorcidas e implausíveis, como Machado de Assis. Isso tudo teria sido possível em razão do “pensamento totalizador” de Moysés Vellinho, no qual “uma teia de interesses complexos” uniu “o crítico literário ao pensador”, dando ensejo aos estudos da “dilatação e consolidação da raia meridional, através do enraizamento, ali, da cultura de origem luso-brasileira” (CÉSAR, 1973, p. 10). Eis o cerne da produção escrita de Vellinho, bem como as escaramuças camufladas em seu discurso.

De crítico literário a diretor da *Revista Província de São Pedro*, Vellinho concretizou seus intuitos de *guri*, quando ainda estudante do Colégio Anchieta, criticando aquilo que percebia como não coerente nas maneiras de se escrever sobre o passado sul-rio-grandense. Das páginas dos jornais porto-alegrenses às laudas de seu próprio periódico, entre os anos 1920 e 1950 o autor alçou-se como importante letrado no núcleo da Livraria e da Editora Globo, além de chegar à carreira pública e a cargos de renome⁹¹, bem como tornar-se membro de uma das mais respeitadas agremiações históricas de seu contexto, o IHGRGS. A partir destes *lugares sociais* que ocupou, formaram-se os cânones da escrita da história que empreendeu. Foi homem de seu tempo, marcando nas entrelinhas de seus escritos os esforços por alçar o Rio Grande para além do âmbito regional, mas, também, ideias e concepções calcadas em preconceitos e atenuações de violências várias. O crítico também precisa ser criticado.

⁹¹ Dentre os cargos que ocupou, estão: Deputado Constituinte pelo Partido Republicano (1934), Deputado Constituinte da Assembleia Estadual (1935-37), diretor do periódico *A Federação* (1937), Ministro do Tribunal de Contas do Estado (1938-64), segundo vice-presidente do IHGRGS (1950-56), presidente da Orquestra de Porto Alegre (OSPA, 1952-72), primeira vice-presidência do IHGRGS (1964-80). Ver HERCHMANN (2013).

3.2. A “velha trama de incompreensões”

No prefácio de *Aparas do Tempo* (1981), obra póstuma de Moysés Vellinho, Guilhermino César traça uma série de comentários e reflexões sobre os itinerários deste último e da amizade que cultivava com ele. César fala, ainda, de suas opiniões sobre Vellinho e comenta detidamente algumas de suas ideias, obras e teses defendidas ao longo de sua carreira de crítico literário e de historiador. Considera-se importante o texto do referido prefácio tanto para perceber as repercussões dos estudos de Vellinho, quanto para entender mais de perto o autor, suas obras e as motivações que o levaram a defender alguns pressupostos em termos da formação histórica sul-rio-grandense, premissas estas com as quais César demonstra concordar⁹², evidenciando uma intertextualidade (ORLANDI, 2020) entre os dois autores.

De maneira quase poética, César lamenta a morte do amigo, Moysés Vellinho. A efemeridade do presente, dos “espíritos fáceis”, faria com que figuras como o falecido autor fossem fundamentais ao Rio Grande do Sul. Além disso, esta mesma efemeridade afirmada por César justificaria a busca de personalidades e raízes no passado, mobilizando-se a história, tal qual Vellinho o teria feito ao longo de sua vida como letrado.

Vivemos, funcionais, o dia-a-dia; esquecemos os compromissos maiores, os que exaltam a natureza humana, sua missão e destino. Mas em face de Moysés Vellinho, de sua reflexão pausada, de seus gestos medidos, a gente como que voltava a compreender melhor a vida; e então, por efeitos de cotejos inevitáveis, procurávamos lobrigar, no passado nacional, figuras homólogas, isto é, capazes de nos transmitirem idêntica impressão de superioridade moral e intelectual (CÉSAR, 1981, p. 9).

Aqueles sujeitos que aparecem nos textos historiográficos tanto de César quanto de Vellinho, seriam os “eleitos” em meio a tantos outros que teriam participado da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, num nível mais amplo. Assim como Vellinho buscou, em seus textos, trazer o que para ele seria o *essencial* na formação sul-rio-grandense, Cesar buscaria os “vultos” da história sulina, numa espécie de “fuga da efemeridade” do cotidiano apregoada na busca por tornar presentes e linguisticamente inteligíveis (GUMBRECHT, 2010) aqueles que teriam se destacado moral e intelectualmente, a suposto exemplo do próprio Vellinho. Tratava-se, portanto, de legitimar aquilo que já tinha sido feito pelo falecido autor em seu processo de

⁹² Oito anos antes de prefaciá-lo *Aparas do Tempo*, César escreveu o prefácio de outra obra de Vellinho, *Fronteira* (1973). Em seu texto, César evidencia suas concordâncias para com as teses defendidas por Vellinho, além de tecer comentários elogiosos sobre a trajetória do autor. Um dos pontos mais enfatizados, com os quais César concorda, gravita em torno do campo de atenção de Vellinho – para ele, o autor defendia a “necessidade de se atentar na dinâmica própria do Rio Grande” e, por isso, o encarava como um “organismo palpitante” (CÉSAR, 1973, p. 9).

seleção dos sujeitos, grupos e acontecimentos que seriam incluídos em sua narrativa histórica (RODRIGUES, 2006), além de atribuir a ele próprio aquele *status* de importância.

Moysés Vellinho fez parte de uma geração de literatos e críticos que se ligou gradualmente ao fazer histórico, ingressando em agremiações históricas e publicando ensaios que tratavam de temas caros ao passado e ao presente sul-rio-grandenses. Neste itinerário, o autor produziu escritos calcados numa perspectiva de unicidade – a região precisava se compreender como unívoca, com identidade comum, para que a unidade nacional não se desfizesse, não ruísse. Mais do que isso: para que o extremo meridional brasileiro se colocasse definitivamente como parte integrante e formadora da nação, do todo, alheia a qualquer pecha de separatismo ou possível estigma de desintegração. Por isso, para Vellinho, parecia fundamental “elaborar uma memória histórica patriótica, cujo foco de investigação sobre a contribuição dada pelo Rio Grande à nação vinculava-se mais à conquista armada do território do que às criações anônimas de uma história ‘autóctone’” (NEDEL, 2005, p. 71). Mostrar que o âmbito do “nós” prevalecia sobre o do “eu” estaria no cerne da historiografia velliniana.

A busca das “raízes nacionais”, presente em *Capitania d’El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*, publicada por Vellinho em 1964, apresentou-se como pilar de vários estudos nos anos 1930 (RODRIGUES, 2006), no Rio Grande do Sul e fora dele⁹³. Mas, por que Vellinho caminhava por uma estrada curvilínea já percorrida exaustivamente por seus pares, alguns anos antes? A resposta está na suposta “velha trama de incompreensões” que Vellinho se propõe a clarificar e solucionar.

O autor pretendia, antes de tudo, resolver alguns equívocos de longa permanência na literatura e historiografia brasileiras a respeito do Rio Grande do Sul. Buscava representar a região adequadamente em suas dimensões histórica, social e cultural, corrigindo versões veiculadas pelos próprios historiadores gaúchos e aproximando o estado do restante da nação (RODRIGUES, 2006, p. 154).

Na primeira página da introdução de *Capitania*, Vellinho nos apresenta a primeira personagem de seu enredo, a quem se refere apenas como “uma excelente senhora baiana” (VELLINHO, 1970, p. 3). A referida senhora estaria no Rio Grande do Sul em função do V

⁹³ Destacam-se duas obras contemporâneas, cujos autores pautaram-se em diferentes vieses. Primeiramente, a nível regional, *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (1935), de Emílio Fernandes de Souza Docca, que buscou no suposto caráter pioneiro dos farrapos a raiz de seu sentimento de brasilidade e o mote de sua ação. Com a obra, Docca buscava não apenas afastar visões de separatismo em relação à Farroupilha, como também inserir o polêmico ocorrido no panteão nacional de homens e fatos. *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, calcaria a ideia de brasilidade na pluralidade existente no país, introduzindo conceitos como patrimonialismo e burocracia para pensar a realidade brasileira, refletindo em termos de continuidades e mudanças. Ver DOCCA (1935) e HOLANDA (1936).

Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em Porto Alegre no ano de 1948, em companhia de uma caravana de fiéis baianos que teriam vindo para a capital sul-rio-grandense em função do evento religioso. Iniciando seu texto com o suposto relato da senhora baiana, sem apresentar sua fonte, Vellinho discorre que

[...] entrevistada por uma das fôlhas locais, declarou que viera ao Rio Grande pensando encontrar aqui uma gente estranha, estranhos hábitos, mas tivera uma surpresa tranquilizadora: via que se achava entre um povo que era afinal o seu próprio povo, a mostrar, no fundo, o mesmo jeito de ser e de sentir dos demais brasileiros. Confessava agora, num constrangido desabafo, que ficara mesmo desoprimida, pois – palavras suas! – viera ao Rio Grande com certo medo!... Vencida pelo desejo de participar do Congresso, acabara vindo, mas aqui chegou apalpando o terreno, como quem entrasse pela primeira vez num mundo que não era o seu, estranho como a gente, talvez hostil... Só depois dos primeiros contactos se livraria do impalpável temor que vinha cozendo por dentro... (VELLINHO, 1970, p. 3).

Este excerto nos leva a alguns questionamentos. O que levou o autor a adjetivar e qualificar a senhora baiana como “excelente”? Por que enfatiza que a mulher teria vindo da Bahia, junto a outros conterrâneos do mesmo estado? Algumas respostas nos parecem plausíveis. Primeiro: o que sabemos da senhora, a partir dos escritos de Vellinho, é que era católica e baiana, proveniente, portanto, da região que tanto impressionava – a Nordeste –, da qual era proveniente um dos letrados que influenciava o autor em seus escritos – Gilberto Freyre⁹⁴. A produção cultural da Região Nordeste serviu como uma das “inspirações” dos letrados sul-rio-grandenses, dentre os quais Vellinho, em seu projeto de reabilitação cultural do estado e de busca por espaço e legitimidade no meio letrado brasileiro – o romance regionalista daquela Região, bem como os ensaios de cunho histórico e sociológico, marcaria uma abertura para a chamada “cultura popular” e para a valorização de manifestações do povo, ente genérico, mas mobilizador (NEDEL, 2005). Estava em jogo, assim, uma relação ambígua de reconhecimento e concorrência na delimitação de objetos, heranças e histórias “originalmente” brasileiras, que extrapolassem o nível regional e fincassem raízes nos álbuns nacionais.

Ao caracterizar como “excelente” aquela que teria analisado positivamente o Rio Grande do Sul e sua *gente*, Vellinho atribui legitimidade àquele discurso e aos seus significados – se alguém de boa índole e católica disse, está dito. Aqui reside o segundo ponto: um constructo repousa no outro: o autor não afirma o Rio Grande como um dos estados brasileiros, mas como um *dos demais*. Sua argumentação busca não deixar brechas abertas para questionamentos,

⁹⁴ Vellinho chega a escrever um texto elogioso sobre a valorização do português na obra de Gilberto Freyre, demonstrado suas concordâncias quanto ao que o sociólogo nordestino publicava (VELLINHO, 1981).

tanto na questão da brasilidade do estado sulino, quanto na legitimidade de quem a afirma – assim como a senhora baiana teria se reconhecido no extremo meridional, sem mudanças quanto ao *seu* Nordeste, os “gaúchos” também deveriam fazê-lo. Isso se aplicaria também aos letrados, literatos e historiadores – se alguém “de fora” foi capaz de constatar que *somos* parte do todo, por que os “de dentro” insistem em questionar isso por meio de teses de separatismo? Mesmo sem interrogar-se desta maneira, Vellinho parece traçar uma resposta.

Pura obra de uma velha trama de incompreensões ou prevenções a que infelizmente nós, os de casa, nem sempre fomos ou somos alheios. Muitas vezes nós mesmos é que havemos de responder, direta ou indiretamente, por certas reações desfavoráveis que a realidade histórica e social do Rio Grande do Sul suscita à distância (VELLINHO, 1970, p. 3).

Vellinho cita muitos autores dos quais discorda, como Manoelito de Ornellas, já referido anteriormente, e José Veríssimo⁹⁵. Porém, em termos daqueles que define como os “de casa”, ou seja, autores do Rio Grande do Sul, destacam-se as críticas a Alfredo Varela⁹⁶ em *História da Grande Revolução – o cyclo farroupilha no Brasil*, de 1933. Sobre este letrado e sua obra, o autor escreve:

Pois o bravo historiador, no empenho de evidenciar a pretensa filiação da Guerra dos Farrapos à obstinada cadeia das revoluções cisplatinas do século XIX, não sacudiu, ao longo de 3000 páginas maciças, os mais rebuscados argumentos em favor de sua ingrata teoria? E, não contente com a tentativa de desnacionalizar aquele movimento tão brasileiro pelo seu caráter, seus moveis e vinculações, não fez baixar sobre os seis volumes de sua monografia uma atmosfera de agressiva exaltação dos valores regionais, ao mesmo tempo que descobria entranhadas prevenções contra as coisas do Brasil? Já se pensou na onda de malquerenças que o trato com Varela é capaz de levantar entre os que não disponham de melhores fontes e ignorem o pungente caldo subjetivo em que por certo germinaram seus sentimentos antibrasileiros? [...] Seu estilo, profuso e atravancado, ergue-se como um espantinho contra o leitor, afugentando-o às primeiras tentativas de abordagem. Quem já o experimentou uma vez, raramente volta à carga. Só o faz – se o faz – pelo dever de ofício (VELLINHO, 1970, p. 4-5).

⁹⁵ José Veríssimo (1857-1916) foi escritor, educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira, que buscou compreender o Brasil a partir de análises calcadas em conceitos como raça, meio social e momento histórico.

⁹⁶ Alfredo Augusto Varela de Vilares (1864-1943) foi um advogado de Jaguarão que atuou como auxiliar no governo de Júlio de Castilhos, marcadamente autoritário. Tendo contribuído para a construção do Estado castilhistas, Varela demonstrou arrependimento alguns anos depois. Foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense e Deputado Federal (1900), atuando como diplomata brasileiro na década de 1910 e fundador do IHGRGS, em 1920. Ver FUÃO (2009).

Apesar das farpas à obra de Varela, Vellinho toma cuidado ao criticar seu par. Mesmo discordando claramente do autor, é cauteloso ao não o desmerecer, uma vez que era também sul-rio-grandense. Preponderava a busca pela legitimidade no fazer historiográfico do estado, por isso o que Vellinho faz é refutar as teses erguidas por Varela, não a capacidade do autor em si. Afora este detalhe, tudo são críticas. Assim como o fez Docca (1935) ao apontar como cerne de sua obra a busca por refutar o que Varela defendia sobre a Farroupilha, Vellinho o critica e o coloca no centro de sua argumentação sobre a “velha trama de incompreensões”. Para o autor, por causa deste tipo de discurso é que muitos temas relativos ao passado sul-rio-grandense permaneciam marcados por estigmas supostamente errôneos e desconcertados em relação aos fatos ocorridos. Esclarecer e revisitar teses que eram problemáticas em seu ponto de vista é a tarefa à qual Vellinho se propõe na introdução de *Capitania*⁹⁷, demarcando pontualmente aquilo que lhe causava incômodo nos escritos que analisa. Ao concluir a primeira parte de seu livro, o autor reitera aquilo que já afirmou nas entrelinhas da suposta entrevista da senhora baiana.

Ora, se o que se verifica nos altos círculos do pensamento histórico brasileiro é isto, êsse inveterado jogo de incompreensões acêrca das coisas rio-grandenses, não é de estranhar que a cada instante patrícios de outras circunscrições, aportados ao Rio Grande, se admirem de ver que nós aqui falamos a mesma língua que êles, sem as rebarbas castelhanas que temiam, e que a nossa extração racial e política é também a mesma... E então desabafam, cheios de honesta franqueza: “Engraçado, como o Rio Grande se parece com o Brasil!” Sim, envolvidos, silenciosamente contaminados pelas teorias discriminatórias, teorias que não puderam, por mesquinhas, assimilar nem apreender a realidade brasileira em sua magnífica pluralidade, êsses bons patrícios como que ignoram que o Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço do Brasil que cresceu de si mesmo (VELLINHO, 1970, p. 17).

Tomando como central à sua obra o pertencimento do Rio Grande do Sul ao Brasil, Vellinho se dedicaria a comprová-lo, dentro dos cânones que ditavam as regras da produção historiográfica em seu contexto de escrita, ou seja, os anos 1950-60, quando escreveu e publicou *Capitania d’El-Rei*. Ao analisar os escritos do autor, é preciso compreender que foram empreendidas muitas justificações e atenuações justamente em prol da valorização dos atores sul-rio-grandenses nas tramas da história e do passado narrados, localizando-se em suas entrelinhas os quês de homogeneizações, preconceitos e violências. Justamente nestes pormenores de seu discurso residem as marcas da escrita da história de seu contexto, caracterizadas pela proeminência de perspectivas que primavam pela valorização da herança

⁹⁷ Vellinho critica, entre outros, o Pe. Balduino Rambo, o crítico Humberto de Campos e Capistrano de Abreu. Este último teria chegado, conforme o autor, “ao ponto de lamentar que se houvessem consolidado as fronteiras do Brasil sem que o Rio Grande tivesse ficado do lado de fora” (VELLINHO, 1970, p. 13).

lusitana na formação brasileira, em geral, e sul-rio-grandense, em particular. Não é possível/pertinente desvencilhá-lo, ainda, das diretrizes do IHGRGS, dado que o letrado compunha a cúpula da agremiação⁹⁸ no período em que publicou *Capitania*. Este é um fator de peso para entender melhor o prestígio do qual Vellinho desfrutou nos meios letrados da época, uma vez que o IHGRGS era percebido, naquele contexto, como instância legítima da produção de conhecimento histórico no estado. Isto evidencia

A ética até então vigente de que a vocação para as letras implicava, mais do que no ingresso em uma profissão, na adesão a um sacerdócio [...]. Nessa configuração, o IHGRGS permanece como a arena de julgamento das investigações históricas, a despeito da existência de cursos superiores em História e Geografia (NEDEL, 2005, p. 243-244).

Moysés Vellinho desfrutou, assim, tanto da legitimidade que o IHGRGS possuía, quanto da confiabilidade da Editora Globo, pela qual *Capitania* foi publicada. No primeiro caso, seu ingresso se deu junto a Guilhermino César, em 1949, data a partir da qual conciliaria a escrita de ensaios literários e de textos ligados à história. Além disso, esteve à frente da vice-presidência da agremiação desde a segunda metade do século XX, atuando também como presidente da mesma, deixando o cargo em 1980, ano em que veio a falecer. No segundo caso, foi atuante como crítico literário na Livraria do Globo, núcleo letrado prestigiado, o que lhe abria as portas para publicar suas obras na Editora de mesmo nome.

Não se trata, aqui, de negar a qualidade dos estudos de Vellinho e a multiplicidade de obras que o autor publicou ao longo de sua carreira. Se trata, por outro lado, de evidenciar como seu sucesso, bem como de suas teses, esteve relacionado, sim, aos *lugares sociais* que ocupou ao longo de sua vida enquanto literato, lugares estes que lhe abriram as portas para orbitar em espaços de renome, como a Universidade de Porto Alegre (RODRIGUES, 2002). Tange, ainda, a perceber como exerceu influência dentro do IHGRGS, defendendo a proeminência de perspectivas que trouxessem para a escrita da história alguns sujeitos e grupos entendidos como importantes, negligenciando outros em sua composição. Obras históricas também são dotadas de historicidade própria – cabe reconhecê-la.

As maneiras como Vellinho descreve os grupos indígenas, o descaso frente à população africana escravizada e a exaltação dos bandeirantes, por exemplo, são traços que se configuram

⁹⁸ Dada a influência de Vellinho na escrita da história produzida no IHGRGS e nos cânones que a orientavam, junto a Othelo Rosa e o já referido Guilhermino César, Dante de Laytano chegou a chamar o grupo de “donos do IHGRGS” (NEDEL, 2005). Laytano possuía suas divergências em relação aos letrados em função de ser um dos porta-vozes da tentativa de historicizar o folclore e folclorizar a história, o que gerou dissidências agudas entre os autores do Rio Grande do Sul, conforme analisado no capítulo um.

estratégicos numa escrita voltada à valorização das supostas heranças portuguesas e de suas benesses à “civilização” brasileira. A própria atenuação das violências contra as mulheres indígenas entra, também, neste conjunto. Uma coisa é compreender o discurso do autor em seu contexto de escrita, erradicando possíveis anacronismos. Outra coisa, bem diferente, é concordar com isso, ou mesmo negligenciar a existência destes traços em sua escrita da história, tão lida e difundida mesmo após o ensino superior se configurar no Rio Grande do Sul, em meados do século passado. Compreendemos que nos anos 1950-60 não havia, tal como atualmente, tantas campanhas, estudos e discussões voltadas ao respeito étnico e de gênero. Porém, já se abordavam temas ligados aos direitos humanos e aos traumas que as guerras dos anos posteriores haviam causado na humanidade como um todo. Já se tratava, também, das discriminações contra as mulheres, dado que as referidas décadas abarcaram o início da crítica feminina às opressões várias, sofridas em função do gênero (SCOTT, 1995). Por isso, considera-se que esta análise se faz importante – reconhecendo a importância de Vellinho e de seus pares na formação/consolidação da História, *métier* que é pano de fundo deste estudo, bem como na construção de espaços para sua realização e circulação, entendemos que se fazem necessários novos olhares para sua obra. Não se trata de julgar, mas de rever pressupostos problemáticos, preconceituosos e violentos contidos no discurso de Vellinho, questionando-os a partir dos recursos metodológicos e epistemológicos atuais.

3.3. Unidade múltipla – facetas da *Capitania*

Um ponto chave e contraditório da trama de Moysés Vellinho em *Capitania d’El-Rei* é a fronteira⁹⁹. Fluida e porosa, é evocada em inúmeros momentos da alegoria do autor, sediando o espetáculo de tensões, dissidências e conflitos. Como o palco principal de um grande teatro, a fronteira descrita pelo autor seria o ambiente de ocorrência dos combates, das idas e vindas... do show. Mais do que isso, teria sido agente ativo na formação do sul-rio-grandense em sua essência.

Se as peculiaridades da vida rio-grandense não se originam de fatores naturais e culturais em estado de repouso, pois que êsses fatores sofreram aqui longamente a ação tensa, estimulante das guerras e conflitos de fronteira, isto se deve, antes de mais

⁹⁹ A discussão sobre a fronteira sul-rio-grandense ganha acentuada ênfase em *Capitania*, mas não se encerra aí. Isso fica evidente quando se observa a transversalidade do objeto nos escritos do autor, do crítico ao ensaísta e historiador, além da publicação de uma obra cujo título era, justamente, *Fronteira*, em 1973. Isso se explica devido às disparidades que o autor afirma existir entre um lado e outro, no Rio Grande e no Prata, conforme será visto.

nada, à nossa posição de constante vigilância sobre as demarcações da nacionalidade em seu ponto crítico por excelência (VELLINHO, 1970, p. 8).

Vellinho parece atribuir ao sul-rio-grandense *fronteiro*¹⁰⁰ uma espécie de missão – proteger o Rio Grande do Sul de invasores vindos da região do Prata, atuais Uruguai, Paraguai e Argentina. Para o autor, o perigo viria sempre “de fora”, obrigando os *fronteiros* a exercerem constantemente sua vigilância, abdicando do trabalho nas estâncias quando fosse necessário¹⁰¹. A suposta inquietude proveniente do Prata é apresentada como um efeito da exploração daquela região, realizada pelos espanhóis. Ao invés de ter havido colaboração, como afirma ter ocorrido em solo brasileiro, teriam se dado intermitentes conflitos, regados de ódio e sangue. Assim, Vellinho discorre que

Foi antes como súditos de Portugal – brasileiros *in fieri* – e após a Independência como brasileiros mesmo, que arrostamos com as vicissitudes de um prolongado e cruento drama de fronteira. A necessidade de defesa da comunidade nacional, ameaçada em suas divisas com as comarcas platinas mais que em qualquer outro ponto do nosso território, o que fez foi aguçar, dar um sentido urgente e militante à nossa consciência de brasileiros (VELLINHO, 1970, p. 8).

Vellinho não se preocupa apenas em afirmar os sul-rio-grandenses como brasileiros, mas também em apresentá-los como fiéis ao todo nos mais variados tempos, mesmo em relação ao período imperial, marcado pelas contradições da Farroupilha (1835-45). Sutilmente, veda as possíveis brechas que poderiam permitir a afirmação de contrariedades ao Império (no passado) e à unidade (em seu presente), afastando nas entrelinhas visões de desejos de desintegração da parte em relação ao todo. As contingências do presente do autor foram manifestadas, no que parece uma preocupação de Vellinho: esclarecer que, apesar de um suposto passado de antagonismos, as fronteiras brasileiras (sul-rio-grandenses) eram espaços amistosos e de diálogo, “sem prejuízo dos sentimentos de estreita cordialidade que hoje animam nossas relações de vizinhança com uruguaios e argentinos” (VELLINHO, 1970, p. 9). O passado que deveria ser lembrado por formar *gaúchos* brasileiros era o mesmo que não devia ser tornado um espectro nas relações fronteiriças da contemporaneidade do autor.

¹⁰⁰ Vellinho faz uso do termo “*fronteiro*” em passagens diversas de *Capitania* para referir àqueles *gaúchos* que viviam na região de fronteira e que teriam estado sempre alertas às possíveis invasões provenientes do “outro lado”, o Prata.

¹⁰¹ “Todo o *fronteiro* era ao mesmo tempo pastore soldado, desde o peão até o sesmeiro” (VELLINHO, 1970, p. 178). Esta suposta dualidade aparecia ainda na primazia atribuída ao militarismo em relação às atividades do campo, quando o autor afirma que a “convocação podia soar a cada momento e eles tinham que estar sempre atentos ao primeiro rebate”, de modo que “o real serviço das armas primava sobre quaisquer outras atividades, interesses ou compromissos” (*Ibid.*, p. 179).

Os contrastes que Vellinho foi discursivamente tecendo apareceriam de forma transversal em sua análise acerca da formação histórica sul-rio-grandense construída em *Capitania d'El Rey*. De maneira incisiva, o autor calcou-se na construção de representações aos diferentes grupos e/ou sujeitos, mantendo um constante jogo de linguagem fundamentado em expressões e adjetivos por ele atribuídos aos europeus/homens de descendência ibérica, jesuítas e indígenas. Os adjetivos que selecionou a cada sujeito deram o tom de sua construção discursiva, entremeando-se no jogo de contrastes que é transversal em *Capitania*.

Representações na obra *Capitania d'El Rei* (1964)

Branco/descendência ibérica
<ul style="list-style-type: none"> • Incontinência (europeus que chegavam das viagens frente ao meio/nativas) • Valoroso; bravo • Fundadores • Humilde • Preadores • Mercadores • Batedores de sertão • Primitivos moradores • Almas endurecidas • Desbravadores • Sertanistas • Ímpeto aventureiro (Raposo Tavares) • Decididos (portugueses em relação à ocupação) • Laborioso e hábil (diplomacia portuguesa) • Valentes fronteiros (gaúchos) • Perfeita consciência (portugueses: necessidade de manter o Sul ocupado) • Gênio diplomático (Alexandre de Gusmão) • Povoadores • Consciência de um dever urgente (todos os homens brancos/descendentes: defender a fronteira) • Disposição e capacidade (destes que guardariam a fronteira) • Fabuloso guerrilheiro (Rafael Pinto Bandeira) • Vocação dos brasileiros para a autodeterminação (ainda sobre os da fronteira) • Instinto de posse e dominação territorial (bandeirantes) • Consciência política (bandeirantes) • Sentido premonitório de uma nacionalidade em gestação (todos, ao final do século XVIII) • Homem de letras e de aventuras (L. A. Boungaiville) • Instinto de criação política • Violentamente • Mandato político • Desbravamento • Rudes, a despeito de seus pecados, dilatação das raias (bandeirantes) pertinácia e coragem (dos pioneiros) • Inquietos e bravos (navegadores portugueses) • Vocação política; predestinação (navegadores portugueses) • Tentação da aventura (homens de Piratininga) • Animosos

- Primeiros soldados (primeiros povoadores portugueses)
- Ponteiros da nacionalidade
- Fronteiros
- Gaúcho aventureiro (fruto de portugueses, espanhóis e indígenas)
- Legítimos construtores
- Progenie lusitana
- Ímpeto geográfico dos sertanistas
- Vasculhador → soldado
- Campeador (transição)
- Fronteiro → mesma raça que gerara o bandeirante (origem)
- Vocação
- Defesa do império territorial
- Filhos (de São Pedro/Rio Grande do Sul)
- Impulsos de conquista
- Ciclo heroico
- Heroísmo (fronteiros RS)
- Heróis de verdade (gaúchos RS)
- Gratidão
- Respeito (homens do presente do Rio Grande do Sul em relação aos do passado)
- Figura de grande porte (Cristóvão Pereira)
- Esquadrinhador de terras virgens (Cristóvão Pereira)
- Primeiro tropeiro do Rio Grande (Cristóvão Pereira)
- Procedia da mais velha cêpa lusitana (Cristóvão Pereira)
- Instrução acima do nível comum (Cristóvão Pereira)
- Elevada extração social (Cristóvão Pereira)
- Pessoa favorecida de berço (Cristóvão Pereira)
- Desenvoltura (Cristóvão Pereira)
- Construtores do Rio Grande (Cristóvão Pereira, um dos)
- Exemplar magnífico (Cristóvão Pereira)
- Ânimo de aventura (Cristóvão Pereira)
- Tropeiro culto, destemeroso e infatigável (Cristóvão Pereira)
- Raça de gigantes (bandeirantes)
- Grande tropeiro, homem de jeito e autoridade (Cristóvão Pereira)
- Infatigável (Cristóvão Pereira)
- Agudo observador (Cristóvão Pereira)
- Sensibilidade (Cristóvão Pereira)
- Sertanista singular (Cristóvão Pereira)
- Enamorado da terra (Cristóvão Pereira)
- Imaginação (Cristóvão Pereira)
- Fantasia (Cristóvão Pereira)
- Figura surpreendente (Cristóvão Pereira)
- Corajosa experiência (Cristóvão Pereira)
- Singular prestígio (Cristóvão Pereira)
- Fascinante figura (Cristóvão Pereira)
- Providência heroica (Cristóvão Pereira)
- Presteza (Cristóvão Pereira)
- Eficiência (Cristóvão Pereira)
- Valoroso (Cristóvão Pereira)
- Pontual (Cristóvão Pereira)
- Fundador do Rio Grande (Cristóvão Pereira)
- Senhor de todos os caminhos (Cristóvão Pereira)

- Pioneiro (Cristóvão Pereira)
- Ubíquo (Cristóvão Pereira)
- Inesgotável (Cristóvão Pereira)
- Solicitude (Cristóvão Pereira)
- Valimento (Cristóvão Pereira)
- Prestante vassalo d’El-Rei (Cristóvão Pereira)
- Incansável palmilhador daqueles desertos (Cristóvão Pereira)
- Pontual (Cristóvão Pereira)
- Papel vigorosamente representativo (Cristóvão Pereira)
- Tropeiro glorioso (Cristóvão Pereira)
- Personalidade múltipla (Cristóvão Pereira)
- Intrépida (Cristóvão Pereira)
- Inesgotável (Cristóvão Pereira)
- Precursor dos nossos valentes tropeiros (Cristóvão Pereira)
- Povo menos cheio de si (portugueses em relação a espanhóis)
- Simplicidade (“pioneiros” portugueses)
- Hábitos de cordura (“pioneiros” portugueses)
- Sentimento igualitário (“pioneiros” portugueses)
- Arrogante invasor (espanhóis/colonizadores platinos)
- Guerreiro desataviado e rude (Rafael Pinto Bandeira)
- Herói continentino (Rafael Pinto Bandeira)
- Capacidade de deslocamento e adaptação (açorianos)
- Senhor da força
- Despotismo frio e sangüinário (Rosas)
- Galhardia (Bento Gonçalves)
- Grandeza de ânimo (Bento Gonçalves)
- Vocação orgânica (farrapos)
- Aspiraões de autonomia (farrapos)
- Espírito de desprendimento
- Afirmação cívica (farrapos)
- Capacidade de luta (farrapos)
- Límpida bravura (farrapos)
- Primado de suas condições de brasileiros (farrapos)
- Espírito de comunhão (farrapos)
- Sentido de liberdade (farrapos)
- Fidelidade aos princípios (farrapos)
- Sombria imponência (caudilho, no Prata)
- Vocações abusivas para a carreira (Getúlio Vargas e Pinheiro Machado – forma caudilhesca dos “gaúchos”, mas fora de seu estado)
- Pendores ditatoriais (Getúlio Vargas e Pinheiro Machado – forma caudilhesca dos “gaúchos”, mas fora de seu estado)
- Caudilho manso (Vargas)
- Historiógrafo e ensaísta de nobre envergadura (Honório Rodrigues)
- Desafio à tendência dominante no pensamento político do Rio Grande (Castilhos)
- Arbítrio sem freios (caudilho, no Prata)
- Loucura moral (caudilho, no Prata)
- Penacho de sangue (caudilho, no Prata)
- Individualidade de campeador e soldado (gaúcho do Rio Grande)
- Aventureiros (platinos)
- Desertores (platinos)
- Criminosos (platinos)
- Cúmplice das turbas gauchescas (platinos)

<ul style="list-style-type: none"> • Fora da lei (platinos) • Inimigos dos núcleos de civilização (platinos) • Agressividade (platinos) • Crimes (platinos) • Campeador e soldado (gaúcho brasileiro) • Homenzinhos (crianças que estariam à postos) • Fiéis aos padrões tradicionais do idioma (autores do Rio Grande do Sul) • Feição conservadora (autores do Rio Grande do Sul)
Jesuítas
<ul style="list-style-type: none"> • Intemperança (clérigos em relação ao sexo) • Sacrifício • Honra • Instintos à solta (missionários espanhóis) • Cerrada e agressiva (ação missionária espanhola) • Fidelidade nacional (jesuítas lusitanos) • Patriotismo (jesuítas lusitanos) • Agressivos (jesuítas espanhóis) • Amor à pátria (P. Antônio Vieira, jesuíta português) • Pertinaz (jesuítas das Missões) • Paciência • Esperança • Mestres de trabalho • Duros • Vigilantes • Dispositivo poderoso atravessado no caminho da nossa evolução territorial
Índigenas
<ul style="list-style-type: none"> • Gentio • Almas carregadas • Peças de serviço • Aguerrido e bem apetrechado exército indígena (ao dispor dos jesuítas espanhóis) • Bons selvagens • Casco autóctone • Milênios de atraso • Reações brutais (lideranças religiosas indígenas) • Agentes do demônio (lideranças religiosas indígenas) • Gente ou bicho • Estupidez • Obscura tradição cultural • Livre como os bichos do campo • Material humano [...] do mais baixo teor • Casco indígena • Pobre gente • Em estado de franca regressão • Sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até os doze anos. Aí parava ou entrava em processo de involução • Aversão ao trabalho • Irresponsabilidade • Instabilidade de caráter • Inclinação para os vícios • Imitação • Infantilidade • Guerreiros (índigenas, apenas quando comandados)

- Inferioridades
- Pobre material humano
- Alma primitiva
- Maus e velhacos (índios platinos órfãos)
- Inconstância
- Incapacidade
- Preguiça
- Depravação
- Incurável estupidez
- Deviam ser animais perfeitos
- Liberdade selvagem
- Seres primitivos
- Alicerce humano tão vil
- Encontrava-se a milênios da civilização
- [Carecia de] resquícios de hombridade
- Iam, cheios de lamúrias, oferecer o lombo para o chicote (índios nas Missões)
- Aceitar o castigo [...] com certo prazer
- Passividade
- Amestrados (pelos jesuítas)
- Fantasma na história rio-grandense (Sepé Tiaraju)
- Desventurado (Sepé Tiaraju)
- Hostilidade (guarani)
- Estranho (Sepé em relação à história sul-rio-grandense)
- Herói missioneiro (Sepé Tiaraju)
- Auréola mítica (Sepé Tiaraju)
- Escarmentados sobreviventes de uma raça desbaratada
- Índios domesticados
- Catecúmenos (das Missões)
- Jamais poderia ser contado como fator positivo de civilização (indígenas missioneiros)
- Significação bastante medíocre
- Súditos da Espanha (guarani aldeados)

Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província. As informações entre parênteses são da autora.

Os adjetivos e termos empregados por Moysés Vellinho para tratar da ação dos homens europeus e/ou de descendência ibérica diferem qualitativa e quantitativamente daqueles empregados em *Capitania* para tratar dos jesuítas e dos indígenas. Percebe-se que o autor se detém a analisar os feitos e os caracteres de sujeitos e grupos que teriam traços lusos a partir de aspectos apresentados como positivos, invocando por meio destes aquilo que afirma ao longo de sua obra – a suposta vocação política para a formação civilizacional do Rio Grande. No decorrer de seu discurso, o autor compõe um cenário onde o homem – do português emigrado pelas caravelas àquele de sua contemporaneidade – figura como ator principal, vencendo intempéries e superando obstáculos e entraves em prol da efetivação da colonização lusitana em solo brasileiro, sul-rio-grandense em particular. Isto se evidencia a partir da observação

atenta da tabela acima. Vellinho é precavido ao tratar de momentos/grupos de cabal importância aos temas de formação que trata em sua obra. Discursivamente, negligencia e atenua as várias violências e brutalidades bandeirantes a partir de sua suposta atuação benéfica ao Brasil como um todo. Nestes mesmos termos, acentua a suposta brasilidade farrapa, afastando dos homens de 1835 qualquer espectro de separatismo e rebeldia quanto à autoridade. Num jogo discursivo de idas e voltas, Vellinho constrói e calca sua argumentação na atuação supostamente fundante dos lusitanos e daqueles que possuíam *seu sangue* nas veias – os mestiços com indígenas e africanos. Na progênie lusa residiria, para o autor, o elemento diferenciador dos sul-rio-grandenses em relação aos *outros* construídos e estereotipados ao longo de *Capitania* – indígenas, mestiços platinos, africanos e espanhóis.

Em sua construção discursiva, Vellinho não só menospreza os indígenas a partir de adjetivações desumanizadoras, altamente estereotipadas e alheias à pluralidade dos vários grupos nativos, como também *autoriza* a exploração de seus recursos e corpos. Alternando entre expressões de cunho agressivo e outras de conotação tênue, o autor vai tecendo uma trama na qual os indígenas aparecem como supostamente fadados ao insucesso, ligados a entes sobrenaturais (como os demônios) e inferiores em relação a todo e qualquer tipo social existente. Por mais que admita que a composição do *gaúcho* campeador e soldado tenha se dado com a participação indígena, Vellinho a reduz em sua argumentação sobre o lado brasileiro do pampa, apresentando o suposto estado anárquico do lado platino como causado pela grande participação indígena e por supostas relações de ódio com o colonizador espanhol. Este quadro se agrava à medida em que se afunila a observação às mulheres indígenas, conforme ver-se-á adiante. Assim, o autor não só inferioriza e violenta epistemicamente os povos indígenas ao negligenciar sua pluralidade, como também o faz a partir de definições e termos que desumanizam e se mostram praticamente acrílicos à escravização e violências disferidas contra os nativos no Rio Grande do Sul dos séculos XVII-XVIII. De maneira epistemicamente violenta, coloniza discursivamente o território, os imaginários... os corpos.

A fronteira, no discurso de Vellinho, adquire caráter fundamental na construção da alteridade, dado que delimita “onde passa a censura entre o mesmo e o outro”, transformando este último em um “lugar inacessível” a partir da transformação da proximidade espacial em distanciamento cultural (HARTOG, 2014, p. 101-102). O “mesmo”, na narrativa velliniana, é o espaço sul-rio-grandense, definido a partir dos “legítimos construtores” de “progênie lusitana” (VELLINHO, 1970, p. 113), ao passo que o “outro” é definido como o espaço platino e a ausência de algum “legado cultural digno de ser levado em conta” (*Ibid.*, p. 94). Mesmo com a proximidade geográfica, o espaço é discursivamente recortado e tornado inacessível a

partir da afirmação da diferença cultural e do drama de fronteira que teria permeado as relações entre seus dois lados.

A partir de sua narrativa sobre as particularidades do Rio Grande do Sul, Vellinho passa a tratar a região, a multiplicidade e o relacionamento com o todo. As palavras do autor permitem evidenciar sua conexão com as mudanças nas ciências sociais e na História em particular (NEDEL, 2005), onde não havia mais espaço para militância histórica e nomeação de heróis (RODRIGUES, 2006), mas, ao contrário, buscava-se compreender a dinamicidade da formação brasileira a partir de suas unidades menores. Tratar das pluralidades sem perder neste emaranhado a “essência” de peão, sentinela¹⁰² e fronteiro do sul-rio-grandense era a prioridade de Vellinho.

Já figura entre os lugares comuns da sociologia brasileira o conceito de que o nosso país, na sua vastidão continental, não é, não pode ser um corpo rigorosamente homogêneo. Cada região apresenta necessariamente suas características ou acentos próprios, sem que daí decorram quaisquer riscos para a realização de um destino comum e solidário. Os que deliram com um Brasil centralizado e uniforme, valores culturais artificialmente padronizados, esquecem que a própria salvaguarda da nossa unidade territorial [...] está em grande parte na dependência da “legítima expansão dos regionalismos” (VELLINHO, 1970, p. 7).

Neste ponto de sua argumentação, Vellinho faz referência a Paulo Prado¹⁰³, autor paulista atuante na Semana de Arte Moderna de 1922¹⁰⁴. Concordando com este autor acerca da necessidade de considerar a pluralidade dos âmbitos regionais em relação à constituição da nacionalidade (VELLINHO, 1970, p. 7), Vellinho dá o primeiro passo rumo à definição dos eixos que estruturariam a *Capitania*: apesar de defender a valorização das regiões sob o pressuposto da não homogeneidade brasileira, o autor menospreza a pluralidade quando lhe convém. Ao passo em que valoriza as tradições regionais, por exemplo, acaba por homogeneizar o heterogêneo, enfatizando sobremaneira a atuação lusitana e negligenciando heranças indígenas e africanas, ou mesmo de outros países europeus que colonizaram regiões do Brasil durante algum tempo, como franceses e holandeses. Sob a premissa da multiplicidade em termos de região, ignora a variedade em termos étnico-culturais, estruturando sua produção

¹⁰² No trato à suposta necessidade de vigilância constante frente à fronteira, Vellinho argumenta que isto se aplicava a todos, mesmo às “próprias mulheres” e crianças, “homenzinhos” que se constituíam e mesmo aprendiam a soletrar dentro dos “regulamentos da disciplina militar” (VELLINHO, 1970, p. 214; 215).

¹⁰³ Paulo Prado (1869-1943) foi um cafeicultor paulista que atuou como escritor e investidor bancário e industrial. Prado foi um dos incentivadores da Semana da Arte Moderna de 1922.

¹⁰⁴ Entre 13 e 17 de fevereiro de 1922, ocorreu em São Paulo a Semana de Arte Moderna. O evento marcou uma série de rupturas, críticas e novas perspectivas delineadas a partir de pinturas, poesias e demais produções artísticas, cujo modelo inspirador eram as vanguardas europeias. Destacam-se nomes de artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Di Cavalcanti.

historiográfica a partir de bases que se abriam às transformações epistemológicas das ciências sociais, mas mantinham um certo “conservadorismo” em relação a algumas questões, como a formação étnica e cultural do país. Vellinho, portanto, se contradiz – mesmo calcando seus argumentos na variedade regional, a negligência em muitos aspectos cruciais para um melhor entendimento da construção cultural brasileira.

É curiosa a disparidade nos níveis de comparação que Vellinho traça. Várias são as referências ao Nordeste enquanto região, construindo paralelos com a produção letrada do Rio Grande do Sul. O autor, assim, não trata “o Sul” enquanto região política, mas sim como sinônimo de seu estado. As pechas que o letrado busca afastar são aquelas que recaem sobre o Rio Grande. Por isso, o que o autor faz é tratar uma região política demarcada em seus estados (o Nordeste) em relação a um dos estados de uma região (o Rio Grande do Sul). Percebe-se que, em sua análise, o Rio Grande por si só se constitui como uma região, como um “pedaço” do Brasil, tornando plausíveis os paralelos propostos.

Por tratar do tema da “mistura racial”, como ele mesmo denomina, Vellinho acaba por promover uma diferenciação em seu discurso. No Nordeste açucareiro, a formação teria se dado pela mescla entre escravas e portugueses, desde o princípio da ocupação lusitana (RODRIGUES, 2006). No Rio Grande do Sul, por outro lado, teria se dado entre os brancos descendentes de portugueses e as indígenas, o que teria sido favorável à “civilização” destas últimas e da descendência. Neste mesmo enredo, Vellinho apresenta os indígenas de forma homogeneizada, explicando-os enquanto “contributivos” aos bandeirantes – os fins (trabalhos em prol da Coroa e de seu desenvolvimento) justificariam os meios (violências e exploração sistemática). São definidos, ainda, como “peças de serviço”, numa lógica discursiva que atribui mais efeito de “civilidade” na violência praticada pelo apresamento dos bandeirantes do que na catequese católica, vista como um malefício e uma doutrinação quando operada pelos jesuítas espanhóis, acusados de buscarem independência frente à Coroa de Castela (VELLINHO, 1970). A grande questão que intriga é que Vellinho cita, mas não critica de forma enfática¹⁰⁵, nem a violência física perpetrada pelos bandeirantes, nem a violência simbólica dos jesuítas em sua catequização forçada, alegando inclusive que os brasileiros possuiriam uma “dívida” para com os primeiros em função de sua ação desbravadora e “civilizatória”.

¹⁰⁵ Por mais que afirme que o “regime de escravidão nos revolta até a medula”, Vellinho é claro ao afirmar que isso acontece “hoje” (VELLINHO, 1970, p. 72), ao passo que no início da exploração portuguesa não se questionava sua legitimidade. O autor não traça comentários sobre os problemas da escravidão maciça de indígenas, afirmando, ao contrário que não se sabia à época “se o índio era gente mesmo ou se era bicho” (*Ibid*, p. 72). O que incomoda é que, mesmo afirmando sua revolta e a “triste condição social do índio”, Vellinho não faz nada para questionar os episódios de escravidão de indígenas.

Ao tratar da região, Vellinho promove uma conexão intertextual e interdiscursiva (ORLANDI, 2020) com Gilberto Freyre. Em outros termos: os escritos do primeiro tomaram como ponto de partida/inspiração/referência os textos do segundo, resultando na apropriação desta referência na construção narrativa de Vellinho, concordando com o que foi defendido por Freyre. Em nota de rodapé (VELLINHO, 1970, p. 7-8), o autor cita um trecho da obra *Interpretação do Brasil*, publicada por este último em 1947. Nela, Freyre alegaria que o Brasil não pode ser compreendido apenas como uma região natural e cultural, mas sim como cultural e naturalmente diversa, dividida. Neste ponto, entra a principal concordância de Vellinho em relação ao autor nordestino – a tese de que o Brasil precisaria defender-se dos “inimigos internos” do “regionalismo orgânico”, sendo este último indispensável para o país. A partir da citação do sociólogo, Vellinho ratifica o que já havia afirmado anteriormente a partir de suas citações, comentários e críticas a autores que trataram da história sul-rio-grandense: a organização brasileira dependeria de suas regiões se ordenarem de forma pacífica. Utilizando-se do que era defendido por Freyre, o autor atribui sentido às afirmações de que o Rio Grande era brasileiro mesmo em meio às suas particularidades, reiterando o papel fundamental do sul-rio-grandense fronteiro na defesa dos perigos externos. Além disso, Vellinho abre uma nova frente: o papel de sentinela atribuído ao *gaúcho* do passado, empunhando armas quando necessário¹⁰⁶, seria ressignificado no seu presente, cabendo aos letrados a tarefa de retificar visões errôneas sobre o passado sul-rio-grandense. Vellinho, assim, era um dos *sentinelas* de seu tempo – a missão à qual se propunha não era apenas de reabilitação cultural, como também se dava em termos de afirmação da brasilidade intemporal do sul-rio-grandense e do desfazimento da credibilidade de premissas separatistas ou mesmo isolacionistas da parte em relação ao todo.

Através de seus textos, sobretudo em *Capitania*, Vellinho opera um processo de construção de identidade. Ao passo em que elenca sujeitos, cria “os outros” da história sul-rio-grandense. Para operacionalizar de maneira eficiente os constructos aos quais dá vida, o autor

¹⁰⁶ Ao tratar do tema das estâncias sul-rio-grandenses, por exemplo. Moysés Vellinho atribui ao proprietário das terras uma função “dual”. O líder nas lides campeiras era, simultaneamente, o líder guerreiro em caso de perigo externo, proveniente da fronteira viva e porosa que permeia a obra do autor. Assim o era, também, o peão – sobre o lombo dos cavalos, tanto pastoreava quanto lutava. A associação do homem sul-rio-grandense, *gaúcho*, ao cavalo promoveu uma “centaurização” (RODRIGUES, 2006) de sua figura. Este homem, endurecido pelas lides campeiras e pelo “drama de fronteira” que vivia, teria sido moldado a partir das contingências de seu ambiente, tendo seu caráter formado a partir disto. Este suposto caráter é atribuído aos sul-rio-grandenses em geral, homogeneizando-se em grande parte o seu passado e a sua história, em detrimento da diversidade organizacional/cultural existente ao longo da formação do Rio Grande do Sul.

faz uso de uma estratégia discursiva¹⁰⁷ que seria transversal em sua escrita histórica: os contrastes. A base da estrutura discursiva¹⁰⁸ contrastante se constrói em torno das colonizações/explorações de europeus e espanhóis. O que Vellinho busca, sumariamente, é desvencilhar o “gaúcho brasileiro” do “gaúcho platino”, atribuindo ao primeiro o gosto pelo trabalho e o tom amistoso para com os portugueses, ao contrário do suposto ódio e rancor entre platinos e espanhóis. Além de explicar tal diferença a partir da “quantidade insignificante” de indígenas em território sul-rio-grandense quando do “início” da história do estado, Vellinho a afirmaria como base das diferenças que se constituiriam historicamente, como a suposta ausência de caudilhos no Rio Grande do Sul

As diferenças entre os tipos tradicionais do Prata e do Rio Grande do Sul, que vão desde a formação étnica e política, até os ingredientes de natureza moral ou psicológica, não podiam deixar de contribuir para a elaboração de processos históricos diversos, mesmo antagônicos, na sua contextura e desenvolvimento. Com efeito, nada há na civilização rio-grandense, nos capítulos mais recuados de sua elaboração, que se assemelhe, que lembre sequer, a antinomia campo-cidade, nas suas violentas peculiaridades platinas. Os campos rio-grandenses, talhados em sesmarias, ponteados desde logo de estâncias de criação que, como os povoados e os arranchamentos militares, eram nódulos ativos de fixação social, nunca chegaram a desempenhar entre nós o tumultuoso e agressivo papel que coube ao pampa nas duas margens do Prata (VELLINHO, 1970, p. 173-174).

Para Moysés Vellinho, a história sul-rio-grandense digna de registro, a partir da qual o autor tece suas considerações, tem início com a fundação do Presídio de Rio Grande, fortificação erguida na década de 1730. Embora o autor discorra sobre períodos anteriores, sua ênfase recai sobre o período posterior à referida década, dado que, desde então, o Rio Grande teria sido incorporado à colonização portuguesa e, portanto, ao que posteriormente seria o Brasil. Mais do que isso: mesmo no período anterior ao Presídio, teria havido um “impetuoso caráter político-militar” e um “esforço de integração geográfica”, restando apenas as relações de “contraste e antagonismo” como as únicas possíveis em relação ao Prata, área “estranha ao espaço político sul-rio-grandense” (VELLINHO, 1970, p. 104; 107; 114). Nos contrastes, residiria o drama de fronteira.

¹⁰⁷ Por estratégia discursiva, compreende-se as noções/conceitos que Vellinho mobilizou e enfatizou ao longo de seus escritos, configurando-os enquanto mote de uma análise pautada em diferenciações e construções marcadas pela alteridade e delimitadas por marcos divisores, como a fronteira. Ver HARTOG (2014) e ORLANDI (2020).

¹⁰⁸ Vellinho propõe encadeamentos de fatos, sujeitos e legitimações que contornam o passado que busca tornar inteligível em seu discurso, de acordo com as premissas que busca defender/ratificar/justificar. Assim, seu texto ganha forma a partir da combinação dos elementos deste encadeamento, estruturando-se a partir de uma formação discursiva que busca embasar e consolidar como legítima as versões apregoadas ao longo de sua argumentação. Ver ORLANDI (2020).

Ao contrastar os processos históricos desencadeados em um lado e outro de um dos personagens providos de *anima* a partir de seu discurso – a fronteira –, Vellinho evoca outro ambiente-chave em sua trama: o pampa¹⁰⁹. Descrito por vezes de forma poética, com ênfase à sua forma e sua coloração esverdeada, este ambiente era comum tanto no “lado” brasileiro, quanto no platino. Para evitar que pudesse servir como um fator de aproximação ou mesmo de similaridade entre o Rio Grande e a região platina, Vellinho esclarece que, mesmo estando presente *aqui e lá*, as diferenças teriam sido gritantes. Cria-se, assim, o *outro* da trama vellinia na sobre o passado sul-rio-grandense: o gaúcho platino, afoito por territórios, originado em meio a ódios e rancores e movido por “turbas” errantes, num estado de caos reinante (VELLINHO, 1970). Ambiente avesso, conforme o autor, àquilo que se consolidou em solo sul-rio-grandense, onde teriam prosperado relações de trabalho e defesa das plagas sulinas. Contrastando, Vellinho classificou, hierarquizou e afastou possíveis similaridades.

Representações do pampa/lados brasileiro e platino na obra *Capitania d’El Rey* (1964)

Lado brasileiro	Lado platino
<ul style="list-style-type: none"> • Vila nômade (Piratininga em função do bandeirismo) • Inesgotáveis viveiros de índios • Corredor de tropeiros • Subordinação do Rio Grande ao complexo nacional • Centripetismo lusitano • Epopeia • Impetuoso caráter político-militar; • Unidade histórico-cultural • Legado orgânico do expansionismo luso-brasileiro (RS) • Esforço de integração geográfica • Contraste e antagonismo (única relação possível com o Prata) • Patrimônio cívico • Marcha da civilização • População estável • Alargamento da conquista • Irresistível magnetismo • Ímpeto geográfico dos sertanistas • Vasculhador → soldado • Campeador (transição) • Fronteiro → mesma raça que gerara o bandeirante 	<ul style="list-style-type: none"> • Gentio no reino de Deus • Quinhão no reino de César (jesuítas) • Supersticiosa complacência de Castela (em termos da negligência frente à suposta busca por emancipação por parte dos jesuítas espanhóis) • Viveiro guarani (Missões) • Sistema de postos inimigos • Núcleos de preparação militar (Missões) • Colapso • Perdição (Missões) • Estado de coisas estarecedor • Fugas constantes, os extravios, a fome, as pestes • Graves sintomas de desintegração • Não havia ali o que assimilar • Nenhum legado cultural digno de ser levado em conta • Praças de guerra • Preparação militar • Fervorosa função política • Violências • Espoliações • Indústria semibárbara das arreadas

¹⁰⁹ Assim afirma o autor: “O pampa, que tudo absorvia e escondia na sua imensidade [...]. A paisagem não se limitou, no caso, a um papel puramente passivo” (VELLINHO, 1970, p. 209). O autor, assim, usa o ambiente tanto como cenário quanto como ator, num processo de “formação” calcado nas características do meio.

<ul style="list-style-type: none"> • Vocação; defesa do império territorial • Destino histórico e político → incorporação definitiva das terras inscritas em suas divisas naturais • Impulsos de conquista; • Ciclo heroico • Escassez da população autóctone • Território constantemente ameaçado de fora pelos vizinhos • O índio foi, entre nós, de significação bastante medíocre • Era como se não existissem (indígenas) • Aliança e amizade com o gentio • Nem sombra de barreiras ou ruptura (campo e cidade) • Laços de parentesco ou de amizade • Estado de conagração; um só corpo • Necessidade comum da defesa (RS) • Ato de desespero (Farroupilha) • Sentimento comum (Farroupilha) • Revolucionários rio-grandenses • Incompreendidos (farrapos) • Surto de violências e crimes; ímpetos de afirmação revolucionária (farrapos) • Sentimento de sua condição de brasileiros • Sentimento de brasileiros (farrapos) • Nódulos ativos de fixação social (estâncias) • Larga concessão de sesmarias • Fome de terras (colonizadores) • As sesmarias iam sendo concedidas sem maiores formalidades, às vezes com precipitação e atropelo • Sôfrega sementeira de estâncias • Constante serviço do rei e os interesses da estância • Vigilante prevenção contra elementos perturbadores • Função civilizadora da estância • Disposições colonizadoras • Os trabalhos do campo, graças ao seu magnetismo, iam absorvendo, sem discriminação de procedência, raça ou cor • Configuração antropológica [...] Contribuição açoriana • Desertos de gente (estâncias) • Disposições construtivas • Parte viva dêsse vasto emaranhado de parentes e contraparentes em que afinal se resume o Brasil • Pedaco integrante dêsse imenso continente cultural que é o Brasil; participação moral e cívica 	<ul style="list-style-type: none"> • Estranha ao espaço político sul-rio-grandense • Agressividade • Forças hostis • Território imenso e chão, ainda mal tocado pelos navegadores • Erravam tribos bárbaras e sem história • Contaminação do elemento econômico (gado) • Fronteira de sangue (nativos e europeus) • Opressão do campo • Tumultuário contingente de mestiços • Atmosfera de ameaças e agressões • Anarquia se apoderou de tudo • Violências e rancores • Surdo ressentimento entre as duas frentes sociais (mestiços e espanhóis) • Alto sentimento de menosprezo • Conduta opressiva • Orgulhosos senhores • Sobranceiro cordão de isolamento • Orgulho incurável • Vagabundagem • Violento estímulo do contrabando; arbitrariedades dos espanhóis • Luta entre o campo e a cidade • Massa campeira = instituição bárbara • Assalto à civilização • Conflito de raças e castas • Mestiço se encouraa no seu ressentimento • Serviço de milícias • Camponeses rústicos • Gaúcho em estado bruto, descendente em linha reta daqueles gaudérios • Gente perdida, sem rumo, vivendo atirada • Elaboração da anarquia e do caos • Indústria selvagem das arreadas • Sem sombra de disciplina social • Massa fluida e aleatória • Incitamento ao bandoleirismo • Ativo ressentimento contra a civilização • Território em estado de rebelião contra a cidade • Ralé campeira • Fermentação de ódios • Estado de anarquia e dispersão • Obstinado entrave à obra do conquistador (populações nativas) • Sacrifício de grande massa de bugres (Guerra Guaranítica) • Pasmosa devastação sofrida pelos guaranis • Vagas ruínas humanas, bagaços de gente
---	--

<ul style="list-style-type: none"> • Sistema tão próprio do gênio português • Linhas avançadas do mundo luso-brasileiro • Fieis à missão • Sentimentos de afirmação nacional • Verdadeiro espantinho (como se via o caudilhismo aqui) • Espírito de fidelidade às instituições civis • Vigilante repúdio ao mandonismo, ao arbítrio e à violência • Decênio de sangue (farroupilha) • Golpe de 20 de setembro • Zêlo democrático • Patrimônio comum da nacionalidade • Obra de brasileiros • Projeto de constituição legado (farroupilha) • Extração nacional • Substância nacional (farroupilha) • Vocação para a unidade (RS) • Crimes e violências próprios de um período de transição institucional • Tendência para as formas orgânicas de coexistência social e de governo • Alto grau de imunidade [...] contra as formações oligárquicas (propiciado pelas “marcas de intolerância” de Castilhos) • Arbitrariedades ou atropelos • Perseguições ou violências • Monopólio da coisa pública x estímulo a uma oposição intrépida e tenaz • Violência das armas em defesa de seus princípios (castilhismo) • Campo e cidade se confundiam, para êle [gaúcho RS], na ordem dos mesmos interesses • Constância das guerras despertara no homem tradicional • Cenário de nossas lides guerreiras e pastoris (campo) • Disciplina social • Tradição de respeito à ordem legal; solução de continuidade • Zêlo pela organização civil (Farroupilha) • Ação disciplinadora da estância • Presença dominadora da estância • Comunhão de todos sob a autoridade e proteção de um chefe que era o primeiro a reconhecer o valor da peonada • Estância sobranceira e autoritária • O elemento indígena que nos sobrou era escasso e, sobre isto, apagado e dispersivo • Defesa e dilatação da conquista; função sociológica peculiar (tensões) • Deixaria de ser terra-de-ninguém (RS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Escombros do vasto império missionário • Turbas vingativas e pugnazes • Bravia oposição à marcha dos conquistadores (indígenas) • Crônico estado de rebelião • Linguagem da intolerância de dos maus tratos • Linha de resistência e agressão • Fronteira de raça e de casta • Linha intestina de cisão e hostilidade • Oposição entre o campo e a cidade, a barbárie e a civilização • Ferocidade infatigável • Estado de fermentação e rebeldia (campo) • Assédio caudilhesco • Dissídio implacável entre a cidade e o território • Surto de violências e crimes • Presença autônoma das turbas campeiras • Antinomia campo-cidade • Erravam as mesmas manadas sem dono • População bárbara ou semibárbara, flutuante, sem destino • Bandoleirismo de seus hábitos • Tirania caudilhesca • Sistema de pilhagens e crimes • Tudo convidava à plenitude e ao abuso • Escasso raio civilizador (Montevideu) • Obscuros instintos de rebeldia • Desordem campeira • Condições de indisciplina social e moral • Maré de anarquia • Difuso estado de desordem • Dispersão social • Ausência de interesses econômicos em comum; anarquia campeira • Ódio indiscriminado • Impulsos de vingança • Desordem • Puro arbítrio do chefe (caudilho) • Caos • Estado de anarquia gauchesca • Caos social • Ressentimento da população campeira • Estado de crônica revolta • Tudo absorvia e escondia na sua imensidade (pampa platino) • Resistência dos nativos • Rebeldia dos mestiços • Ressentimento dos desajustados • Se acumpliciou com êsses elementos socialmente negativos
---	--

<ul style="list-style-type: none"> • Operação complementar do episódio da Colônia do Sacramento (ocupação RS) • Hábitos de disciplina • Rigidez da autoridade militar • Disciplina criada por uma comunidade civil • Coesão agressivamente estimulada • Ação agregadora das estâncias • Núcleos de população • Amplo movimento de integração da nacionalidade • Obra comum • Legenda guerreira; substância histórica • Sentido de unidade do império lusitano • Fascinação centralizadora de sua força e majestade (vinda da Corte para o BR) • Força de uma tradição (de respeito à autoridade) • Ação catalítica do Centro (no processo de formação RS) • Proeminência dos vínculos comuns da nacionalidade • Defesa da honra e integridade territorial da Nação • Consciência de integração nacional • Vocação para a unidade • Gênio aglutinador do português • Vínculos de coesão • Solidariedade nacional • Obra de construção e integração • Compromissos políticos rigorosamente subordinados ao vasto plano de integração geográfica, econômica e cultural da nacionalidade • Unidade sociológica apoiado na idealização dessa figura tradicional (o Rio Grande e o gaúcho) • Zêlo formal da língua • Operações de conquista dos construtores do Rio Grande prosseguem através da ação assimiladora de seus descendentes • Fidelidade de raiz ao idioma • Os vínculos estabelecidos desde o começo nunca sofreram ruptura ou solução de continuidade • Tendências conservadoras [...] De nossos escritores • Vivo sentimento de afirmação; grau mais elevado de condensação • Preservação e defesa da língua • Zelar pelo legado cultural da língua; instinto de fronteiras • Unidade da língua • Instinto de defesa e afirmação 	<ul style="list-style-type: none"> • Obscuras sanhas de vindita das agitadas populações rurais • Turbas promíscuas e anárquicas • Elementos eventuais de perturbação; dispersão • Bandoleirismo • Constante ameaça
---	---

<ul style="list-style-type: none"> • Velho sentido lusíada de império e determinação • Unidade sociológica • Lastro de tradição e de história que completa sua condição de homem 	
---	--

Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província. As informações entre parênteses são da autora.

Transversalmente, ao longo da argumentação velliniana em *Capitania*, o autor engendra formações discursivas¹¹⁰ (ORLANDI, 2020) que buscam opor e hierarquizar os supostos feitos de portugueses e espanhóis na América Meridional, em que pese a atuação lusitana ser apresentada como preponderante e pujante em termos “civilizacionais” – eis os jogos de contraste (VELLINHO, 1970). Vellino calca sua narrativa no papel que a fronteira teria desempenhado na formação sul-rio-grandense, convertendo campeiros em soldados, estancieiros em chefes militares e educando os *gaúchos fronteiros* a partir do drama de fronteira e da suposta necessidade de vigilância constante em relação ao Prata, colonizado por espanhóis. Apresentar o horizonte platino como constante ameaça e consolidá-lo assim perante o leitor parece ser o propósito principal de Vellino ao longo de sua argumentação sobre os “lados” brasileiro e platino. Contrastando, o autor os qualificou e hierarquizou de acordo com sua estruturação discursiva de valorização da unidade brasileira e de suas pretensões de afirmação da brasilidade sul-rio-grandense, caractere apresentado como transversal aos *gaúchos* de todos os tempos. Isto se atribuiria tanto aos homens do passado, quanto aos contemporâneos de Vellino, mesclando vários estratos de tempo a fim de evocar pressupostos de coesão e identidade intemporais.

Vellino, na lógica discursiva dos contrastes, erige “dois pampas” – o sul-rio-grandense, brasileiro, e o platino. Se o primeiro teria cedido espaço à vida agropastoril e ao trabalho, o segundo teria aglutinado bandoleiros e bárbaros em pilhagens e organizações caudilhescas, alegadas pelo autor como fenômenos aos quais o pampa *gaúcho* teria sido totalmente alheio. Assim, a formação dos tipos sociais *daqui* e *de lá* teriam se dado a partir dos efeitos do meio. Na estrutura narrativa e discursiva velliniana, o ambiente tudo presenciou e de tudo participou, da suposta violência platina à afirmada *civilidade* que se instauraria no Rio Grande do Sul. Com um detalhe: mesmo palco, espetáculos diferentes.

¹¹⁰ Por formação discursiva, compreende-se a relação dos elementos do discurso com as ideias/perspectivas/visões do sujeito que o constrói. Combinados e em conjunto, estes elementos constituem a composição do discurso. Ver ORLANDI (2020).

3.4. Uma dívida?

Embora afirme que a quantidade de indígenas no território sul-rio-grandense era pouco considerável e “de significação bastante medíocre” (VELLINHO, 1970, p. 162) quando do início do “desbravamento”, Vellinho dedica parte de seu texto para tratar das relações entre portugueses e nativos. O suposto tom amistoso que teria prevalecido nas relações e na organização passa, novamente, a ceder espaço para o tom violento no discurso do autor. A violência epistêmica (CURIEL, 2020) engendradora em afirmações como as de que os indígenas compunham um “pobre material humano” dotado de “incurável estupidez” e “gosto de apanhar e sofrer” (VELLINHO, 1970, p. 84; 86; 90) cederia lugar à suposta indisposição dos povoadores do Rio Grande a perpetrarem violência. Gradualmente, o autor se contradiz. Da descrição de relações amigáveis entre colonizador e colonizado, migra-se para o tema da miscigenação e suas “benesses”, afunilando tal questão para as indígenas. Implicitamente, ao longo de sua argumentação, Vellinho demonstra o papel que cabia às mulheres nativas naquele contexto, no escopo de sua análise: a procriação com os portugueses. A partir de quês de violência e brutalidade, o autor celebraria uma versão da história que tinha como ênfase a formação de uma população “civilizada” – branca, educada nos padrões europeus e cristã –, negligenciando e justificando o tortuoso caminho de explorações. Na obscura aquarela em composição, parecia válida a premissa de que os fins justificam os meios.

Ao adentrar de forma mais aprofundada à questão dos indígenas na obra *Capitania d’El-Rei*, lida-se com pelo menos dois estratos de tempo. O primeiro deles nos remete ao período da colonização portuguesa e das explorações de mão de obra e do território como um todo, enredo que a narrativa velliniana toma como base para construir a historiografia presente na obra. O segundo deles, foco desta análise, trata das maneiras como Moysés Vellinho observa o passado que narra, vivificando-o a partir de seu discurso. O autor, neste segundo estrato, não apenas menciona muitas explorações como benesses, como também as destaca como importantes à história brasileira como um todo – os “sertanistas [que] se lançaram violentamente nas perseguições” aos indígenas estavam, em simultâneo cumprindo “um mandato político” que consistia na integração (VELLINHO, 1970, p. 66). Em síntese, o que Vellinho faz é atribuir caráter de importância a homens que perpetraram violências dos mais variados gêneros e intensidades, justificando seus atos em tom apologético e defendendo sua imprescindibilidade na formação brasileira em geral e sul-rio-grandense em particular.

Ao longo de minhas leituras sobre as variadas obras de Vellinho, já referidas anteriormente neste estudo, observou-se que as legitimações a violências perpetradas por

colonizadores, sobretudo por bandeirantes, atravessam sua escrita da história. Parece haver sempre um “mas”, uma ressalva que justificaria os atos violentos que acometiam os povos nativos. No decorrer de sua escrita da história, Moysés Vellinho negligenciou a participação indígena e africana na formação brasileira, mas não deixou de destacar as marcas de violência que mancham os episódios que narrou. Mesmo as reconhecendo, busca uma forma que pareça coerente para justificar os processos de brutalidade e exploração sistemática, numa formação discursiva (ORLANDI, 2020) que congrega sua busca por “lusitanizar” definitivamente o passado sul-rio-grandense, para conformá-lo à história da *nação* brasileira.

Como todos os movimentos de expansão que a História registra, mesmo os de caráter confessional ou ideológico, é certo que o estonteante itinerário das bandeiras foi pontilhado de rasgos de violência e de sangue. Ninguém ousaria nem poderia negá-lo. Mas de mistura com a truculência que as circunstâncias explicam, e sobressaindo a tudo, que espantoso instinto de criação política sob os impulsos predatórios dos aventureiros paulistas do século XVII! Acima do bem e do mal pelas cruas contingências do meio e da época, a eles, pela sua espantosa mobilidade, pela dureza e desassombro de suas investidas, estava reservada uma fulgurante missão histórica: – a integração da América Portuguesa em quase tôda a sua extensão (VELLINHO, 1970, p. 66).

A organização discursiva de Vellinho evidencia a coerência que o autor apresenta em seus escritos. O caráter violento da exploração bandeirante era evidente. Por isso, a melhor forma de invocá-lo e inseri-lo no panteão de eventos nacionais não seria a negação, mas a busca por demonstrar sua importância (ou, melhor dizendo, por construí-la). Neste âmagio, Vellinho engendra tanto um discurso histórico, quanto um discurso pedagógico (ORLANDI, 2001), ou seja, tanto uma narrativa calcada em conformar uma versão sobre o passado/história sul-rio-grandenses, quanto em “ensinar” a partir daquele passado, desfazendo a “velha trama de incompreensões” (VELLINHO, 1970) que teria motivado a escrita de *Capitania*. No primeiro caso, buscaria dar conta das contradições existentes entre seus interesses de afirmação positiva do bandeirismo e as violências perpetradas por este último, conciliando ambas a partir da afirmação das “benesses” da expansão para o “interior” brasileiro. No segundo, em simultâneo, surge um autor preocupado com a consolidação e esclarecimento daquilo que escreve e das premissas que defende, buscando esclarecer as visões sobre o passado sul-rio-grandense e ensiná-lo a partir de sua forma “correta”, antagônica às teses daqueles autores que, conforme já foi visto, são criticados na introdução de *Capitania*.

O tom pedagógico do discurso de Vellinho se acentua à medida que apresenta sínteses e conclusões acerca dos temas sobre os quais discorre cautelosamente em seus textos. Após

explicar sobre a atuação bandeirante como necessária à incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil, o autor conclui:

Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirismo. Além da descoberta das minas [de ouro e pedras preciosas], além da disseminação das roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas, a – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das raiais de um império, e, mais ainda, a elaboração dos fundamentos de um direito novo, o direito que seria a consagração de suas próprias conquistas [...]. Não sabemos se dentro do relativismo da História a causa da civilização não deve mais ao bandeirismo, com todas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais (VELLINHO, 1970, p. 66-67).

Neste ponto, os discursos histórico e pedagógico mesclam-se. Toda a explanação histórica que o autor fez serviu para embasar sua conclusão sobre o bandeirismo, ao passo que a forma pedagógica de escrita facilitaria a compreensão da história. Além disso, interdiscursivamente (ORLANDI, 2020), Vellinho se conecta à produção histórica que valorizava a atuação dos bandeirantes¹¹¹. Em outros termos: colocando o bandeirismo numa posição de destaque em relação à integração brasileira, o autor dá continuidade àquilo que outros pares já haviam defendido em seus escritos, colaborando na consolidação do mito da heroicidade bandeirante e de seu caráter basilar à formação brasileira¹¹², a partir da afirmação de sua ascendência lusitana.

A partir do trato à/ suposta importância dos bandeirantes, Vellinho aproveita para criticar a atuação dos missionários católicos em torno das Missões Jesuíticas¹¹³.

¹¹¹ Intertextualmente, percebe-se conexões do discurso velliniano com muitos autores que possuem visões similares às suas, que são inclusive citados em *Capitania*. Dentre estes, figuram Alcântara Machado (1901-1935), Jaime Cortesão (1884-1960), Alfredo Elis Júnior (1896-1974) e Júlio de Mesquita Filho (1892-1969). Todos estes letrados figuraram em espaços respeitados do ambiente letrado brasileiro do século XX, atuando em jornais, educandários e cargos públicos. Os discursos dos autores citados por Vellinho convergem para a ação supostamente fundamental do bandeirante e sua adaptabilidade às carências do meio a ser “desbravado”, afirmando-se nas entrelinhas o caráter basilar do bandeirismo à formação brasileira e embasando as afirmações de Vellinho sobre a “dívida” brasileira para com os homens de Piratininga. Ver VELLINHO (1970).

¹¹² O “mito dos bandeirantes” se consolida iconográfica e textualmente sobretudo a partir do final do século XIX. A representação dos bandeirantes como pujantes, aventureiros e desbravadores não se sustenta quando comparada às agruras de seu contexto de andanças pelos territórios que hoje formam o Brasil, ou mesmo às suas atividades de apresamento, escravização e transporte de indígenas. Diferentes versões sobre suas origens e seus significados foram apresentadas em discursos de cunho histórico, apontando para um uso político de um passado constantemente reatualizado e revisitado. Ver FERRETTI (2008).

¹¹³ As Missões foram aldeamentos organizados e geridos por missionários da Companhia de Jesus, que passaram a catequizar grupos indígenas, muitas vezes impondo sua religião e suas crenças. Nestes aldeamentos, havia resistência por parte de vários nativos, que se recusavam a deixar sua fé, deuses, costumes, tradições, etc.

Fundamentando a importância bandeirante na promoção da integração territorial, a posiciona em grau de hierarquia em relação à catequização jesuítica, atribuindo aos bandeirantes o sucesso que os jesuítas não teriam logrado. Ciente das violências perpetradas, o autor propõe que se reconheçam as atitudes que levaram à “civilização” de uma “raça” fadada ao insucesso, os indígenas. Na visão de Vellinho, os meios violentos se arrazoavam quando comparados com os benefícios civilizatórios que teriam promovido. No cerne desta explanação, encontra-se o pilar que sustentaria a exploração sexual das indígenas travestida de *amor submisso*. Envolta nisto, residia uma “dúvida”, que parece certificar Vellinho sobre os motivos pelos quais eram cometidas atrocidades contra os indígenas.

No entanto, os fundadores de São Paulo [bandeirantes] estavam apenas repetindo a História, em época e condições em que nenhum grupo de conquistadores agiria de outra forma. Não se conhecia até então – e o mesmo vale, em certa medida, para os tempos atuais, – nenhum povo que não tivesse construído o seu império sobre a servidão e o sacrifício dos vencidos. Preando índios e escravizando-os – aqueles bárbaros que viviam em guerras permanentes e devorando-se uns aos outros – os colonos se limitaram a cumprir uma lei da vida. [...] Bastante certeza não se tinha, à época, se o índio era gente mesmo ou se era bicho (VELLINHO, 1970, p. 71-72).

Embora afirme, em seu texto, que o “regime de escravidão nos revolta até a medula” (VELLINHO, 1970, p. 72), o autor se contradiz à medida que justifica o apresamento e escravização de indígenas como uma *lei da vida*, ou mesmo uma *repetição da história*. No contexto do autor, já haviam sido definidos os Direitos Humanos, que declararam a liberdade e igualdade dos povos, independentemente de sua etnia. Porém, calcado na suposta dúvida sobre a humanidade dos indígenas¹¹⁴, o autor torna legítimável e plausível a concepção da escravidão indígena como parte importante da formação brasileira. Acusando os missionários católicos de Castela de empregarem a mão-de-obra indígena em trabalhos diversos, Vellinho não vê problema no fato de os bandeirantes fazerem o mesmo, ou então nos questionamentos acerca de os indígenas não serem humanos. Assim, o autor manifesta de forma epistemicamente violenta (SPIVAK *apud* CURIEL, 2020) a ideia de que os corpos indígenas eram mais um dos recursos a serem explorados¹¹⁵, seja em penosos trabalhos, seja sexualmente falando.

¹¹⁴ Vellinho cita o Padre Carlos Teschauer, em *História do Rio Grande do Sul nos Dois Primeiros Séculos* (1922), professor e historiador jesuíta chegado ao Brasil nos anos 1880. Sobre o indígena, Vellinho recorta a seguinte passagem escrita por Teschauer: “animal mais rato e inconstruível que Deus criou” (TESCHAUER *apud* VELLINHO, 1970, p. 214). Mesmo incluído na criação divina, os indígenas foram definidos como dotados de animalidade.

¹¹⁵ “Como pretender que a História passasse a ignorar suas próprias leis, tantas vezes implacáveis, tudo para que o Novo Mundo se deixasse ficar bucôlicamente à margem da civilização, como simples viveiro de bugres?” (VELLINHO, 1970, p. 122)

De elementos de integração do território a civilizadores, os bandeirantes são postos como destaques na trama enredada por Vellinho, recheada de legitimações e constructos que dariam sustentação a uma visão positiva de sua atuação, responsabilizando-os pelo sucesso do Brasil enquanto nação e unidade. Por isso, os brasileiros possuiriam uma dívida para com o bandeirismo. Por isso, também, o movimento merecia figurar entre os destaques do passado nacional, recebendo especial atenção de Vellinho. Sob aqueles mamelucos, estariam os recursos a serem explorados – braços para o trabalho, corpos para o sexo: para o autor, *tudo* era permitido no extremo meridional.

3.5. *Terra virgem, amor submisso – uma perspectiva decolonial*

Quando Moysés Vellinho discorre sobre a chegada dos bandeirantes aos pagos do atual Rio Grande do Sul, em *Capitania d'El-Rei* (VELLINHO, 1970) acaba por enfatizar as dificuldades que enfrentaram no caminho e o cansaço da viagem território adentro. Ao longo de sua narrativa, evidencia-se um fenômeno que manifesta a violência epistêmica do autor – a sexualização do meio e das indígenas. Em relação ao primeiro, Vellinho faz uso de expressões que aludem à prática sexual com um quê de feminização; no que tange às últimas, o autor ratifica canonicamente a exploração de seus corpos como forma de “aliviar as tensões” dos colonizadores e de garantir a multiplicação da *gente*.

Antes de adentrarmos especificamente nos dois tópicos mencionados acima, cabem algumas considerações de cunho historiográfico. Alguns pontos da argumentação de Moysés Vellinho acerca da formação sul-rio-grandense condizem com os estudos de nossa contemporaneidade, ao passo que outros são tanto insustentáveis, quanto indefensáveis. Quando o autor afirma que havia tensões de fronteira entre as jurisdições de Portugal e Espanha em função da delimitação territorial imprecisa e controversa, além do apoio jesuítico missionário a esta última (VELLINHO, 1970), está correto. A fundação da Colônia do Sacramento¹¹⁶, em 1680, se deu a partir de “uma cartografia viciada por erros insuperáveis”, que fez com que Portugal sustentasse “sua legitimidade em avançar até a margem do Prata”, ao passo que “a Espanha se contrapunha a essas medidas e localizações” (ESPÍRITO SANTO,

¹¹⁶ A Colônia do Sacramento foi fundada por Portugal em área próxima a Buenos Aires, no ano de 1680, período no qual esta última estava sob domínio espanhol. Em meio às controvérsias e desacordos em relação ao Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu *o mundo* entre os dois reinos ibéricos, Portugal fixou-se ao quintal de seus antagonistas tanto para garantir sua soberania territorial, calcada nas teorias de soberania/autonomia, quanto visando a uma possível expansão de seus domínios, dada a interpretação que os portugueses tinham acerca da divisão proposta pela linha imaginária de Tordesilhas. Ver ESPÍRITO SANTO (2006).

2006, p. 25). Neste âmbito, ao fim do século XVII, “a Companhia de Jesus logrou implantar uma rede de povoações” que formou uma “barreira à expansão lusa na bacia platina e proveu os exércitos espanhóis nos ataques à cidadela erguida por dom Manoel Lobo em frente de Buenos Aires” (*Ibid*, p. 25). As rivalidades apresentadas por Vellinho, assim, têm fundamentação histórica/historiográfica. Porém, a partir disto, o autor construiu uma estruturação discursiva que hierarquiza os “dois lados” da fronteira, desqualificando um em relação ao outro – se o “lado platino” vivia uma série de violências e espoliações, no “lado brasileiro” consolidava-se um suposto esforço de integração geográfica (VELLINHO, 1970, p. 107). Eis o uso da história para construir e legitimar uma prática discursiva de alteridade calcada geográfica e culturalmente na fronteira.

A partir da afirmação de que os missionários espanhóis teriam sido um “entrave” à colonização lusitana, Vellinho apresenta as Missões Jesuíticas como um “viveiro guarani” (VELLINHO, 1970, p. 57). O autor acusa os missionários de Castela de possuírem objetivos que fugiriam aos da fé católica: o “gentio para o Reino de Deus” e o “quinhão no Reino de César”, compondo um “estado de coisas estarrecedor” (*Ibid*, p. 51; 86). Vellinho afirma que os missioneiros espanhóis não lograram êxito na conversão dos nativos, dado que “sua inteligência [dos indígenas], sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até os doze anos. Aí parava ou entrava em processo de involução” (VELLINHO, 1970, p. 82). O cerne do problema, para Vellinho, residia na incapacidade dos indígenas e na incompetência jesuítica, bem como em seus interesses “terrenos” – ambos afirmados pelo autor. Por isso, as Missões não deveriam ser inscritas na história sul-rio-grandense; fazê-lo seria “um contrabando subalterno, operação retardatária e gratuita, ambígua, sem nenhum sentido” (VELLINHO, 1970, p. 108). Menosprezar a atuação missioneira espanhola e as capacidades dos indígenas que viviam na região platina consiste em mais uma das estratégias de contraste de Vellinho, que converge tanto para suas afirmações negativas sobre a região platina pós-missioneira, de que “nenhum legado cultural [era] digno de ser levado em conta”, quanto sobre os indígenas da região, “restos de gente” que teria composto os “últimos detritos” de um grupo “em estado de franca regressão” (VELLINHO, 1970, p. 82; 94; 95). Por outro lado, tanto a riqueza cultural dos diferentes grupos indígenas, quanto a importância das Missões na formação sul-rio-grandense aparecem em estudos atuais (FRANZEN, 2006; SANTOS, 2006; KERN *et. al.*, 2009). A historiografia não endossa os preconceitos, desconhecimentos e constructos de Vellinho acerca das Missões e dos indígenas.

Quando Moysés Vellinho afirmou que a área mineradora de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás “passaria a viver na dependência da carne e em particular dos muares que daqui eram

levados” (VELLINHO, 1970, p. 46), buscou demonstrar a importância da então capitania para o desenvolvimento do Brasil como um todo. Este ponto da argumentação velliniana também encontra sustentação histórica, ao passo que o atual Rio Grande do Sul serviu como fornecedor de gêneros alimentícios variados, dentre os quais a carne e seus derivados. Estes alimentos eram levados a outras regiões dos domínios lusos pelos tropeiros¹¹⁷, e sua produção se dava sobretudo nas estâncias, grandes lotes cedidos pelos portugueses (sobretudo a militares) a partir do conceito de *uti possidetis*¹¹⁸ (ESPÍRITO SANTO, 2006; REICHEL, 2006). Esta questão também aparece na narrativa velliniana a partir da afirmação de que a “divisão das novas terras” foi feita a partir de concessões aos “indivíduos que tinham prestado serviços, comandantes militares”, estendendo uma “linha de separação, não apenas entre duas soberanias, mas entre dois estágios sociais e políticos ainda então bastante desnivelados” (VELLINHO, 1970, p. 176). A partir da história, novamente, Vellinho afirmaria a disparidade entre os “dois lados” da fronteira, apresentando o campo platino como anárquico, ao contrário da “semeadura” e da “função civilizadora” que as estâncias teriam exercido no Rio Grande.

O “lado brasileiro” da fronteira, que compreende o Rio Grande do Sul, veria nascer a figura do *gaúcho*. Vellinho procura explicar este processo por entendê-lo como um “problema vivo”, sobre o qual haveria uma “confusão reinante” que afirmava a “identidade do nosso gaúcho com o gaúcho platino” (VELLINHO, 1970, p. 143). Operando novamente a partir do jogo de contrastes, o autor discutiria os aspectos que teriam diferenciado a formação platina e sul-rio-grandense, calcando-os sobretudo nas colonizações¹¹⁹ e nas relações entre campo e cidade¹²⁰. Se, no Rio Grande, teria havido “sentimento igualitário” e “aliança e amizade com o gentio”, no Prata as relações teriam ocorrido “à sombra de violências e rancores” (VELLINHO, 1970, p. 164; 165; 147). Os “mestiços”, para Vellinho, teriam vagado pelo pampa platino, ao contrário do campo sulino, onde havia as estâncias e o trabalho organizado. Opondo as áreas e

¹¹⁷ Os tropeiros eram encarregados de conduzir alimentos e tropas de animais para outras regiões do território que atualmente forma o Brasil, sendo fundamentais ao abastecimento de regiões como Minas Gerais, cuja principal atividade desenvolvida no século XVIII era a mineração. Ver REICHEL, 2006.

¹¹⁸ Dentro da racionalização do direito internacional empreendida a partir do Iluminismo, surgiu o conceito de *utis possidetis*, que dizia respeito ao direito de posse sobre um território a partir de sua efetiva ocupação. Em outros termos, quem ocupasse certas áreas teria direito a seu usufruto e exploração. No caso das estâncias, expressivos lotes de terra foram cedidos àqueles que estivessem dispostos a ocupá-las. Em sua maioria, os lotes foram ocupados por militares e suas famílias. Ver REICHEL (2006).

¹¹⁹ Para Vellinho, a formação histórica platina e sul-rio-grandense se deu a partir dos contrastes da “conduta do colonizador português e do espanhol” e, assim sendo, “nada, em nenhum momento da nossa história, nos denuncia como caudatários do Prata” (VELLINHO, 1970, p. 173).

¹²⁰ Vellinho adverte a partir de seu ponto de vista e de sua formação discursiva que “nada há na civilização rio-grandense, nos capítulos mais recuados de sua elaboração, que se assemelhe, que lembre sequer, a antinomia campo-cidade, nas suas violentas peculiaridades platinas”, afirmando que no Rio Grande teria havido o trabalho campeiro nas estâncias (VELLINHO, 1970, p. 173; 174).

a *gente* colonizada (explorada?) por portugueses e espanhóis, glorificando os primeiros, o autor apresentaria a formação das estâncias no Rio Grande como totalmente oposta ao “deserto” no qual teria se convertido o pampa platino frente à “arrogância espanhola” para com a “gente perdida” (mestiços) (VELLINHO, 1970, p. 149; 150; 152). Isto moldaria o tipo social, “produto final” da colonização europeia: da apresentação do *gaúcho* platino, que perpetraria a “indústria semibárbara das arreadas”, o autor passa àquele que “se fundiu com o cavalo para multiplicar seus contactos com o pampa e com as manadas selvagens”, aprendendo a acatar a autoridade por “apresentar-se como um só corpo” (VELLINHO, 1970, p. 111; 147; 168) – o *gaúcho* brasileiro. Alongando-se neste trabalho, Vellinho buscaria construir o tipo social sul-rio-grandense a partir de uma perspectiva homogeneizante, que menosprezou as influências indígenas em sua formação, vinculando-o à origem lusitana e afastando-o de visões que o aproximassem daqueles que vagavam pelo pampa em torno de atividades ligadas à pecuária, inclusive de contrabando de gado.

A historiografia, ao redirecionar a história do Rio Grande do Sul para o Brasil e construir o mito do gaúcho brasileiro, em oposição ao platino, minimizou as relações com o Prata e instituiu a história de povos inimigos. Todo esse esforço, inserido com vigor na conjuntura histórica entre 1920-1970, e inclusive posteriormente, busca criar uma identidade brasileira para o gaúcho e fazer frente às acusações de castelhanismos imputadas, desde há muito, aos sul-rio-grandenses. A esses historiadores, que se dedicaram a reforçar a origem luso-brasileira dos sulinos, não interessa invocar singularidades ou especificidades, mas, sim, destacar as semelhanças do estado sulino com os demais estados do Brasil. Sob o signo do nacionalismo em desenvolvimento, a partir de 1920 intensificou-se uma historiografia que proclama o gaúcho como descendente de lusitanos de pura cepa e de sentimentos brasileiros por sua vocação histórica. A própria história simboliza a prova documental, pois o gaúcho teria lutado bravamente para garantir as fronteiras nacionais, desde o período colonial ao republicano (GUTFREIND, 2006, p. 251).

O discurso velliniano, assim, inclui-se numa torrente de teses e legitimações que apontam para a brasilidade supostamente inquestionável dos sul-rio-grandenses, como os escritos de Docca (1935). Alicerçada na função de sentinela que os *gaúchos* teriam desempenhado em meio às suas lides campeiras, a argumentação de Vellinho visa sumariamente a inserir o Rio Grande na formação brasileira, calcando a formação do sujeito e de seus costumes na herança lusitana, menosprezando a influência indígena¹²¹ e justificando a ação predatória e violenta sobre a terra e, principalmente, sobre os corpos femininos.

¹²¹ Por mais que Vellinho afirme o “gaúcho de hoje” como “produto de etnias tão diversas” (VELLINHO, 1970, p. 117), seu discurso converge para outro tipo de argumentação, calcada noutro princípio – “como contingente de integração histórica, o índio foi, entre nós, de significação bastante medíocre” (*Ibid*, p. 162). Vellinho tem a precaução de não negar a influência indígena da formação sul-rio-grandense, o que não impede que o autor a menospreze, inferiorize, relegue-a à margem da constituição do *gaúcho* ou mesmo ignore a presença indígena em

Considerando os aspectos anteriormente analisados, parte-se à análise do discurso de Vellinho sobre o meio e as indígenas. Neste âmbito, em variadas obras de Vellinho, aparecem termos que incomodam. A maneira como o autor constrói seu discurso, empregando certas palavras, dá o caminho aos tipos de ratificação que ele promoveria em relação às indígenas e ao meio, entenda-se as explorações diversas e maneiras de argumentar a respeito delas. Em *Capitania* (1964), seguidamente aparecem termos como “assédio”, “gestação”, “dilação”, “penetração”, “fecundas”, e “violação”, por exemplo. Algumas delas são repetidas em outras obras, como *Fronteira* (1973) e mesmo *Aparas do Tempo* (1981), esta última reunindo textos de amplo recorte temporal (1944-1975). Destaca-se este aspecto em função de estes termos, em conjunto, aludirem à violência e ao âmbito do *feminino*. Seu emprego para tratar do avanço português/bandeirante sobre as terras que viriam a constituir o Rio Grande do Sul nos ajuda a compreender as bases que sustentariam os argumentos de Vellinho. Vejamos:

Representações da natureza e do meio na obra *Capitania d’El Rey* (1964)

Natureza/Meio
<ul style="list-style-type: none"> • Recessos virgens • Dilatadas e férteis paragens • Violação de um território • Assédio • Dilatadas fronteiras do Brasil • Terras virgens da América • Tentativa de penetração • Desbravamento aleatório de terras virgens • Natureza solta, soltos os costumes, pecados reinantes, pecados da carne; • Convites à luxúria • Irresistível magnetismo • Grossas marcas de uma terra selvagem • Se dilata em vastos descampados • Como num ato feminino de entrega, se agacha aos pés do homem, estirando-se em curvas submissas e arrastando-se com humildade • Submissão da natureza ao homem • Reação de ternura pelo meio físico • Mata virgem

Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d’El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província.

A linguagem sexualizada que Vellinho emprega para argumentar sobre a natureza e o meio sul-rio-grandenses constitui um dos desdobramentos de uma formação discursiva calcada

períodos anteriores à ocupação europeia, definindo as terras sul-rio-grandenses como “simples terra-de-ninguém” (VELLINHO, 1970, p. 215). Nas entrelinhas desta composição discursiva, encontra-se a reiteração do papel de “fazedora de filhos” da indígena, cujo corpo serviria à procriação, ao passo que os traços seriam negligenciados.

em atenuações de violências e explorações de cunhos variados, que abarca as explorações sexuais frente às indígenas e sua justificação e abrandamento, empreendidos pelo autor ao longo de *Capitania*, conforme será visto adiante. Vários são os termos que considerados problemáticos em função dos sentidos e significados que evocam. Dentre estes, figura um que evidencia tanto a visão do autor em relação às mulheres, quanto aos contornos que a conquista da terra tomou em sua narrativa – a terra, com suas “curvas submissas”, se agacharia aos pés do homem “como num ato feminino de entrega” (VELLINHO, 1970, p. 230). Mas, por que “ato feminino”? Por que Vellinho enfatizou as “curvas”, sexualizando mesmo o relevo sul-rio-grandense? Este tom violento, que exprime o domínio colonizador sobre todas as instâncias (inclusive a do sexo e do feminino), permearia as formações discursivas de Vellinho, num rol de constructos calcados na afirmação da preponderância lusitana no Rio Grande, doa a quem doer. Materializou-se, pelas *penas* de Vellinho, uma peça discursiva epistemicamente violenta e basilarmente atrelada à colonização discursiva (CURIEL, 2020), cujas legitimações gravitaram em torno da justificação do sistema colonial moderno explorador, impositivo e brutal (LUGONES, 2020). Passado e presente mesclavam-se numa composição marcada pela violência das armas e das justificações.

Para além destas expressões transversais, dialogando com elas, surge em suas obras a ênfase à virilidade, masculinidade e força do homem colonizador¹²², atribuindo a tais “qualidades” o êxito logrado na conquista dos territórios. A construção da imagem do homem, na historiografia velliniana, passa pela sujeição da mulher indígena ao seu poder e aos seus desejos e, ainda, à adjetivação sexualizada, feminizada e violenta do meio, do território a ser colonizado. Na trama de Vellinho, o corpo feminino era, ao lado da terra, uma colônia (BARRAGÁN *et. al.*, 2020), passível de ser dominado, explorado... usufruído.

Em meio a uma natureza solta, soltos os costumes, eram grandes os pecados reinantes, principalmente os da carne. [...] Se naquela confusão primitiva os próprios padres seculares comprometiam tantas vezes a austeridade da batina, se mesmo os jesuítas eram os primeiros a confessar, em sua correspondência, o arquejante esforço a que os obrigavam as tentações do demônio, era natural que os pioneiros, – portugueses ou filhos de portugueses, – afrouxados de todos os freios e impedimentos, buscassem no

¹²² Observe-se um exemplo. Em *Fronteira*, Vellinho trata dos feitos de Silva Pais e de Rafael Pinto Bandeira em termos de conquistas territoriais no extremo sul. O autor não calca a efetividade de ambos apenas nos feitos e conquistas, como também o faz a partir do contato com as “cunhãs” – as indígenas. No caso do primeiro, aponta que pedia muitas mulheres, mesmo as “erradas”, que “em breve se converteriam em sossegadas mães de família” (VELLINHO, 1973, p. 48). Em se tratando do segundo, aponta que “aprendeu a fazer-se homem à moda da terra” (VELLINHO, 1973, p. 110). Cabe questionar o adjetivo “erradas” atribuído às mulheres e, ainda, o que seria “fazer-se homem”. Ambas as afirmações vão ao encontro da afirmada sexualização das indígenas e da visão do autor sobre seus corpos, legitimando o acesso violento dos colonizadores.

amor versátil e submisso das nativas uma compensação às durezas do isolamento (VELLINHO, 1970, p. 68-69).

Vellinho parece justificar a ação dos portugueses a partir da conduta dos padres da Companhia de Jesus – se os que juravam celibato incorriam no “pecado”, como os leigos resistiriam? Entra, neste ponto, o discurso de cunho religioso – o autor apela à legitimidade da batina, ou seja, da posição de padre, para alegar que nem mesmo esta condição teria “livrado” aqueles homens das tentações do “demônio”. Neste sentido, chega-se a uma interpretação que conduz a pelo menos duas possibilidades: a) a demonização da indígena, como símbolo de pecado em função de não praticar a religião cristã; b) a comparação do meio a um “inferno”, onde não haveria ordem ou organização. Há condições de plausibilidade nestas interpretações, quando é afirmado, por exemplo, que havia um “cerco das tentações” (VELLINHO, 1970, p. 23) ou, ainda, que havia “puro cheiro de pecado” (*Ibid.*, p. 22). Vellinho chega ao extremo de afirmar a relação entre homens brancos e mulheres indígenas como um “amor submisso”, atenuando por completo a exploração sexual que ocorria e descrevendo-a como algo natural. No inferno, existia um paraíso.

Longe da pátria, os colonos aqui se desforravam das canseiras da travessia e das agruras da saudade cevando-se com fúria no amor das nativas. Pero Vaz de Caminha não os enganara em sua famosa notícia: aquelas rijas cunhãs que andavam por entre eles à mão de semear, tão limpas de corpo, e vivendo em puro cheiro de pecado, rudes fêmeas que traziam na côr do pêlo a própria sombra das brenhas [...]. Em promiscuidade com elas, naquela plenitude elementar, era como se os pioneiros tivessem reconquistado o paraíso das relaxações primitivas. De regresso a tôdas as franquias do instinto, a sós com a natureza, procriavam sem lei nem medida, num surto como só se terá visto na infância do mundo (VELLINHO, 1970, p. 22).

A ideia de “amor submisso” se conecta com a afirmação de que havia “fúria” nas relações dos colonizadores com as indígenas. Este é o indício de que ocorriam a partir da dominação e submissão, e não de um sentimento de consentimento por parte das mulheres que eram brutalmente *usadas* pelo colonizador. O que Vellinho faz, assim, é justificar a exploração sexual desmedida por parte dos europeus, “sem lei nem medida”. A partir de sua autoridade enquanto sujeito falante¹²³ e da respeitabilidade de seu discurso (ORLANDI, 2001), Vellinho não só atenuaria a brutalidade da apropriação dos corpos, como também a apresentaria como uma forma de garantir o povoamento e a conquista.

¹²³ Vellinho, enunciador do discurso em análise neste estudo, usufrui de seu prestígio para tratar dos temas sobre os quais escreveu, apresentando perspectivas que se consolidaram como respeitáveis e plausíveis mesmo contendo premissas problemáticas e violentas.

No aprêço com que o desbravador de Piratininga foi logo distinguido pelas autoridades da Colônia, e que mais de uma vez havia de concretizar-se em importantes funções públicas, já é possível surpreender a clarividência com que desde aqueles primórdios sentiram os portugueses a necessidade de encorajar a mestiçagem como o único meio capaz de, então, assegurar e dilatar a conquista. A incontínência dos colonizadores, logo depois exacerbada pela senzala, não respondia, porém, nem de longe, às insaciáveis necessidades de povoamento. A gente que ia aos poucos se adensando em tôrno das feitorias da costa ou nos arraiais do interior, e se aventurando pelos sertões adentro, não dava sequer para as exigências mínimas da colonização (VELLINHO, 1970, p. 24).

Metodologicamente, analisando o discurso de Vellinho (ORLANDI, 2020), considera-se que a formação discursiva do autor se conecta interdiscursivamente aos escritos de Gilberto Freyre, numa relação de paráfrase em relação à senzala e de polissemia em relação ao meio sul-rio-grandense. Em outras palavras: o sentido das explorações sexuais atenuadas converge com a primazia de Freyre à miscigenação, em *Casa Grande & Senzala* (1933), mas difere desta por trazer o quadro de misturas “raciais” para o Rio Grande do Sul, no contexto de expansão bandeirante para o “interior”, ou seja, para o além-Nordeste. Desta forma, Vellinho parte do sentido da miscigenação formulado por seu par, mas o adapta à situação da sua região – a civilização por meio da “mistura racial” também teria ocorrido *aqui*, não apenas *lá*, auxiliando nos objetivos de povoamento e manutenção dos domínios lusos na América.

Durante todo o texto, a construção discursiva de Vellinho aponta para a legitimação do uso dos corpos femininos em prol de uma benesse maior – a mistura “racial”. Ao longo de sua escrita, percebe-se uma estruturação voltada à justificação da exploração sexual, que é atenuada e calcada num pressuposto de “necessidade” – só assim o Brasil passaria ao rol dos países “civilizados”. Vellinho, dentro destes propósitos, empregaria vários termos e expressões em tom de adjetivação, construindo caracteres e aplicando-os às nativas, numa violenta e brutal estruturação discursiva.

Representações das mulheres indígenas na obra *Capitania d’El Rei* (1964)

Mulheres indígenas
<ul style="list-style-type: none"> • Limpas de corpo • Cheiro de pecado • Rudes fêmeas • Tentações do demônio; • Amor versátil e submisso das nativas • Estupidez • Livre como os bichos do campo • Aversão ao trabalho

- Irresponsabilidade
- Natureza solta, soltos os costumes, pecados reinantes, pecados da carne
- Convites à luxúria
- Amor submisso
- Instabilidade de caráter
- Inclinação para os vícios
- Imitação
- Infantilidade
- Inferioridades
- Pobre material humano
- Alma primitiva
- Liberdade selvagem
- Seres primitivos
- Alicerce humano tão vil
- Encontrava-se a milênios da civilização
- Suplícios voluntários
- Gosto de apanhar e de sofrer
- Restos de gente
- Sombras apáticas e estupidadas

Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província. Muitas das expressões são aplicadas aos indígenas em geral, motivo pelo qual estão relacionadas acima.

Conforme visto, Vellinho teceu fundos discursivos que enfatizavam a ação lusitana e menosprezavam a influência, importância e humanidade indígenas. Calcadas nestes constructos acerca dos nativos – homogeneizados e desrespeitados em sua pluralidade – repousam as adjetivações acerca das mulheres indígenas. Estereotipadas, sexualizadas e apresentadas discursivamente como estando ao dispor dos invasores portugueses, as indígenas seriam representadas como barrigas necessárias à miscigenação, parte fundante da obsessão velliniana quanto à afirmação da lusitanidade brasileira e brasilidade sul-rio-grandense. Apontando as explorações sexuais como “amor submisso” (VELLINHO, 1970), Vellinho não questiona a brutalidade sexual perpetrada pelos portugueses/bandeirantes, afirmando-a como necessária à povoação do Rio Grande. A partir de suas *penas*, prossegue epistemicamente a violência física perpetrada por aqueles homens do passado, por ele glorificados, citados e defendidos. Eis os traços da colonialidade (HOLLANDA, 2020) violenta que persiste nos textos de Vellinho, mantendo visões matizadas por preconceitos e desumanizações que informaram o *saber* (QUIJANO, 2014) produzido acerca do passado sul-rio-grandense.

Do impulso inicial, a ação sobre os corpos femininos passaria a visar a formação da região agora integrada à América Portuguesa, “tão necessitada de mulheres” (VELLINHO, 1970, p. 162). Ao lado da atenuação dos estupros cometidos pelos bandeirantes contra as indígenas – e a ela imbricada –, figuraria a sexualização do meio, numa construção discursiva

marcadamente voltada ao engrandecimento do colonizador e à submissão da terra ao seu domínio.

A natureza representativa do Rio Grande, aquela que foi o chão de sua legenda épica, não se esconde de surpresas, não se fecha em mistérios. A terra, como num ato feminino de entrega, se agacha aos pés do homem, estirando-se em curvas submissas e arrastando-se com humildade até sumir-se no fundo do horizonte. Foi nesse raso e dilatado cenário que se ergueu a figura do “monarca”, senhor das coxilhas (VELLINHO, 1970, p. 230).

A submissão da terra ao colonizador é equiparada à da mulher a este mesmo sujeito. Neste ponto de seu discurso, Vellinho não só ratifica o lugar subalterno da *mulher* perante o *homem*, como também se utiliza do relevo sul-rio-grandense para fazê-lo. A forma curvilínea das coxilhas é explorada em analogia ao corpo feminino nas entrelinhas do discurso do autor; a planície pampiana é interpretada como estirada aos pés do colonizador, também em analogia à submissão feminina. Por fim, é nesta alegoria que Vellinho encaixa a gênese do *gaúcho*, senhor das terras, campeiro com sangue luso em suas veias, num exercício de afirmação da preponderância deste sujeito sobre as terras e sobre os corpos.

A dominação das terras pelo colonizador, somada à miscigenação e à pretensa civilidade que esta proporcionaria, acabaria por consolidar o estabelecimento das propriedades rurais de produção – as estâncias. Entendidas por Vellinho como “nódulos de civilização” e como *front* de combate às invasões que vinham do outro lado da fronteira, os proprietários e os peões que as habitavam seriam de todo diversos ao cenário turbulento do Prata, onde “tudo convidava à plenitude e ao abuso”, sobretudo por ter sido “obra de penetração de jesuítas espanhóis” (VELLINHO, 1970, p. 176; p. 60). Por outro lado, em se tratando das terras sul-rio-grandenses, o autor afirmaria que a ocupação se deu a partir de um “instinto e inspiração política”, e não de um “desbravamento aleatório de terras virgens” (*Ibid.*, p. 66). Tratando especificamente da atuação de Cristóvão Pereira de Abreu no processo de conquista de territórios, Vellinho recorreria aos escritos de Wolfgang Hoffmann Harnisch, autor alemão que publicou *O Rio Grande do Sul – a Terra e o Homem*, em 1941. Eis o comentário velliniano:

O escritor admirava-se de que nestas paragens ainda não alcançadas por qualquer nódulo de civilização, mal tocadas pelas primeiras incursões de gente de Laguna, êsse extraordinário sertanista e tropeiro aí cruzasse e recruzasse com os seus homens, aventureiros quase todos, a bater descampados, areais e sertões, tudo imenso e deserto, desde o pampa cisplatino até os mercados centrais do país, empurrando suas pesadas tropas de bovinos, cavalos e muars. Mas não era só isso: o que mais o estarecia é que êsse fero esquadrinhador de terras virgens pudesse aliar à rudeza de suas

atividades primitivas os laivos de cultura que sua correspondência revelava [...] (VELLINHO, 1970, p. 128).

Os termos que Vellinho emprega para descrever o meio platino se mostram mais rudes, violentos e agressivos do que aqueles utilizados para tratar do ambiente sul-rio-grandense, de cunho mais tênue e delicado¹²⁴. Em ambos, porém, os termos possuem conotação sexual, considerando a formação discursiva do autor e seus pontos nevralgicos, já esmiuçados. Se no Prata ocorriam abusos e penetrações, no Rio Grande do Sul a terra era definida como virgem e praticamente intocada. Os contrastes que permearam as definições do autor, já mencionados neste estudo, voltariam – é como se o autor atribuísse aos colonizadores espanhóis uma ação mais brutal e predatória sobre a terra, ao passo que a sutileza quando se trata do *lado* sulino do além-fronteira. Ao enfatizar a pureza da terra por meio de sua adjetivação como “virgem”, expressão que aparece pelo menos seis vezes em *Capitania*, Vellinho parece buscar uma presentificação (GUMBRECHT, 2010) do pioneirismo dos colonizadores portugueses, de seu *toque* frente à *virgindade*, ignorando a existência de grupos indígenas que habitavam o território há milhares de anos.

Na submissão da terra à virilidade masculina reside a comparação às indígenas violentadas sexualmente. Calcado no constructo epistemicamente violento do “amor submisso”, Vellinho justifica estupros em prol da miscigenação, compreendida como fundamental tanto para o aumento populacional quanto para a “missão civilizatória” lusitana. No entrecruzamento entre *gênero* e *etnia* (GOMES, 2018) reside a mescla de estratos temporais mobilizados por Vellinho, conectando passado e presente numa construção discursiva de tom brutal, desumanizador e marcadamente voltado à colonialidade do *ser* (QUIJANO, 2014; HOLLANDA, 2020), construindo representações e atenuações às violências das armas e das *penas*. Vellinho defende que esta “mistura” foi essencial à formação brasileira, alicerçando-a como um acontecimento da história sul-rio-grandense que irradiaria suas influências para o todo, no passado e na contemporaneidade. Aludindo ao meio, seu relevo e sua exploração a partir da analogia com o corpo das mulheres e de sua suposta posição de inferioridade, o autor justificaria a ação predatória dos colonizadores sobre ambos. Seguindo seu jogo de contrastes, transversal em *Capitania*, Vellinho definiria o chão sul-rio-grandense a partir de um caráter de

¹²⁴ Ainda se referindo a Cristóvão Pereira, Vellinho o define como o “primeiro enamorado da terra que êle tantas vezes palmilhou”. Depois do toque, o amor. Depois da sutileza, “a imaginação e a fantasia” (VELLINHO, 1970, p. 134-135). Assim, Vellinho apresenta a terra a partir de uma relação tão *sexual* quanto *sutil* com o homem europeu, aspecto que permeia *Capitania* como um todo – após a “submissão da natureza ao homem”, viria a “reação de ternura pelo meio físico” (*Ibid.*, 1970, p. 231).

pureza, apelando à ideia de virgindade, ao passo em que o Prata é definido como depravado e agressivo. Contraditória, violenta e brutal – eis a sexualização feminizada e desumanizadora do discurso velliniano.

Eis a aquarela borrada de vermelho – um apagamento intentado, mas não exitoso.

* * *

Neste capítulo, foram apresentados alguns aspectos principais da vida e obra de Moysés Vellinho, enfatizando os *lugares sociais* (CERTEAU, 1981) que ocupou e as principais teses que defendeu ao longo de sua carreira enquanto crítico literário e historiador. Afunilou-se a análise para os temas desenvolvidos em *Capitania d'El-Rei* e chegou-se, por fim, ao mote deste estudo – a sexualização das indígenas, as legitimações das violências e a *feminização* da terra, descrita a partir de termos com conotação sexual. Se perpassou, neste itinerário, pela construção discursiva da hombridade colonizadora, que serviria como justificação à conquista do meio e dos corpos, do trabalho ao sexo forçado. Por fim, serão traçadas algumas considerações sobre os pontos tratados acerca da obra de Vellinho, com destaque aos constructos que criou e justificou e, ainda, à interdiscursividade que utilizou como base para ratificar suas premissas e hipóteses.

O que Vellinho perpetra ao longo de sua análise sobre o passado sul-rio-grandense constitui-se enquanto colonização discursiva e violência epistêmica (CURIEL, 2020). Em outras palavras, o autor utilizou-se de expressões e afirmações de cunho violento para descrever o passado sul-rio-grandense, tendo por fim convencer o leitor de que os indígenas, dentro da imposição binária ocidental homem-mulher, foram escravizados/explorados em prol de um bem maior: a civilização. A partir da autoridade da qual desfrutava enquanto membro e dirigente do IHGRGS, instituição de renome, Vellinho consolidou uma formação discursiva que não considerou a instância da experiência e do vivido das mulheres que define como portadoras de um “amor submisso”, construindo uma narrativa desumanizadora e brutal que atenua todos os tipos de exploração e apropriação. Mais do que isso: calcado no prestígio do qual desfrutava, conseguiu ampla circulação de *Capitania* e de outros livros (como *Fronteira e Aparas do Tempo*, já mencionados), ressoando suas teses e recebendo apoio de outros letrados em seu meio. Exemplo disso são os elogios de Guilhermino César (1973; 1981) e sua participação, mesmo que efêmera, na Universidade de Porto Alegre (RODRIGUES, 2002).

Discursivamente, Vellinho perpetua a colonização a partir de elementos simbólicos e constructos sobre a dominação europeia, sobretudo em relação às indígenas, que aparecem em sua trama a partir de um processo de desumanização (quando questiona o estatuto humano da

etnia, que chama de *raça*) e de hipersexualização (quando apresenta os corpos das indígenas como estando à disposição dos colonizadores). Eis os traços de colonialidade (CURIEL, 2020) – adentrando na lógica do sistema colonial/moderno de gênero (LUGONES, 2020), que reforça a binaridade homem-mulher e desrespeita as concepções existentes em outros grupos culturais, Vellinho manteria aquela lógica em seus textos, legitimando-a a partir de premissas de inferioridade indígena, feminina e territorial. Empreendendo a separação entre racionalidade e natureza – homem branco e indígenas, em sua narrativa –, o autor justificaria a dominação europeia: era a civilização dominando, por direito, a barbárie, em prol do empreendimento de melhorias naquela “raça” fadada naturalmente ao insucesso (VELLINHO, 1970).

Ao afirmar a inferioridade indígena, Vellinho ratificaria as teses de docilidade e necessidade de tutela que seriam inerentes a este grupo. Além disso, transformaria os corpos femininos em símbolos de perversão, legitimando o estupro como algo “normal”, parte da vida (HARRIS *apud* GOMES, 2020) e um “sacrifício necessário” em prol do entrecruzamento com a genética portuguesa. Isto pode ser observado quando o autor procede à comparação das mulheres ao demônio, ente perverso para a religião católica, da qual eram adeptos tanto os portugueses, quanto Vellinho, ou mesmo à sua afirmação enquanto uma “tentação”¹²⁵. Neste mesmo sentido, se empreenderia uma distorção da aproximação dos indígenas à natureza, equiparando-a à irracionalidade e, assim, autorizando sua exploração maciça (CASTRO, 2020) – era a cruzada da razão contra a obscuridade.

É fundamental compreendermos a maneira como a imbricação entre etnia, gênero e sexo estruturou tanto a colonização quanto a colonialidade e a colonização discursiva e violenta (QUIJANO, 2014; CURIEL, 2020; HOLLANDA, 2020) empreendidas por Vellinho. Desumanizando por completo as indígenas (etnia), o autor abriu espaço em sua argumentação para aproximá-las da natureza e afirmar sua irracionalidade, apresentando-as de maneira sexualizada. Ao tratar do estupro como “amor submisso”, defendeu-o como necessário, perpetuando a partir de estigmas violentos e preconceituosos a colonialidade do ser (QUIJANO *apud* CURIEL, 2020), ou seja, mantendo e acentuando os traços atribuídos às indígenas pela colonização – a relação sexual com o homem branco apresentada como consentida, reconhecendo a violência nas entrelinhas, mas sem preocupar-se com seu significado brutal e

¹²⁵ A palavra “tentação” está presente na principal oração católica, que teria sido ensinada por Jesus: o Pai Nosso. Na oração, diz-se “não nos deixeis cair em tentação”. Dentro da lógica discursiva de Vellinho, compreende-se o emprego do termo como forma de mostrar que, mesmo em meio a resistência, os colonizadores se deixaram levar pela “tentação” que as indígenas supostamente representavam, já anunciada, conforme o autor, na carta de Pero Vaz de Caminha. Isso se torna mais plausível à medida em que percebemos a ênfase do autor ao descontrole de padres e membros da Igreja. Os homens não eram o problema. A “tentação”, indígena, sim.

exploratório. Na base da explicação de Vellinho sobre a formação sul-rio-grandense, encontra-se o estupro.

Além de negligenciar a humanidade das indígenas, a interdiscursividade que Vellinho traça com Gilberto Freyre (1933) as coloca numa posição de “fazedoras de filhos”, menosprezando-as em outros aspectos. Destaca-se a herança portuguesa e atenua-se a violência: a “democracia racial” de Freyre adquire, em Vellinho, contornos de “convívio submisso”, num contexto em que os europeus teriam estado “a sós com a natureza” (VELLINHO, 1970), podendo dela usufruir sem limites. É justamente neste ponto que o autor empreende a feminização e sexualização do meio, apresentando seu relevo e estiramento ao chão como um “ato feminino de entrega”. Terra e indígenas, estupro e domínio masculino andavam lado a lado no discurso velliniano, endossando-se, complementando-se e justificando a superioridade portuguesa perante ambos.

A partir do eixo de dominação composto pelas “relaxações primitivas” e pelas mulheres “à mão” (VELLINHO, 1970), a natureza também seria violada, passando de “virgem” e “intocada” a uma ocupação sistemática. Suas coxilhas, tratadas como as curvas de um corpo feminino, seriam deslindadas sem precedentes. O “monarca das coxilhas” imporia sua força. O estancieiro surgiria à vida, afoito por defender o território das invasões fronteiriças. O peão lavraria a terra. O *gaúcho* se afeiçoaria ao trabalho e às lides campeiras. Nascia – a partir da violência sexual e da submissão – o Rio Grande de bombacha.

Meio e nativos dominados. Colonização expandida. Procriação efetiva. Mistura civilizatória. Eis a forma de uma obra que se constrói a partir da colonização discursiva e se encharca de sangue até a última página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Peço licença para, ao final deste estudo, traçar considerações nele pautadas, mas também de cunho pessoal. Como já se afirmou, ler os textos de Moysés Vellinho, sobretudo *Capitania d'El-Rei* – fonte principal desta análise – despertou sensações diversas. Não há como negligenciar as atenuações e justificativas que o autor traça sobre variados temas, em especial aqueles ligados à indígena e à terra, ao meio. O tom violento disfarçado de sutilezas e a violência travestida de benesse não poderiam seguir “passando batido”. Fazia falta uma análise focada nestes aspectos problemáticos que permeiam os escritos do autor. Foi isso o que se intentou neste estudo.

Analisar o longo itinerário da pesquisa histórica brasileira em geral e sul-rio-grandense em particular ofereceu um panorama acerca dos modos de se conceber a escrita histórica no decorrer dos séculos XIX e XX. A partir deste exercício foi possível evidenciar os cânones que ditaram a produção historiográfica no país, os embates em torno de temas-chave do passado sul-rio-grandense e a busca pelas “raízes do Brasil”, num esforço de inserir os símbolos e feitos do passado do Rio Grande na *versão* que figuraria a nível nacional. Além disso, também foram considerados os aspectos da produção historiográfica sul-rio-grandense, sobretudo em relação ao século passado, evidenciando que se perpetraram escritos históricos que selecionaram eventos, personagens e enredos que comporiam sua trama, legando à margem tantos outros. A partir disto, foram considerados os aspectos da escrita da história de Moysés Vellinho, analisando discursivamente seus escritos, teses e argumentações.

Vellinho, enquanto historiador, se inseriu em uma perspectiva de tom mais conservador, abrindo-se a influências externas (como a temática da miscigenação, tratada exaustivamente por Gilberto Freyre) mas mantendo certos cânones, como a proeminência portuguesa na colonização, as heranças lusas na formação brasileira e sul-rio-grandense e o destaque à figura do bandeirante como “herói nacional”. Para isso, o autor legitimou explorações sexuais e a escravidão de indígenas como fatores que conduziriam à civilidade e ao êxito. No jogo discursivo de Vellinho, reconhecia-se a brutalidade e a exploração, atenuando estes traços de modo a intentar que passassem despercebidos, ou mesmo que pudessem ser justificados a partir dos processos históricos que engendrariam. Unindo preconceitos e justificativas ao injustificável, o autor teceu uma escrita da história calcada na afirmação do triunfo colonizador e civilizatório português sobre os “bárbaros”, forma como designava os indígenas.

Para construir esta análise, lançou-se mão de conceitos e abordagens ligados à decolonialidade, ou seja, ao reconhecimento e crítica de heranças nefastas da colonização. O que Vellinho fez, em sua obra, foi reforçar estereótipos em torno das indígenas ao hipersexualizá-las e tratá-las como um dos recursos a serem explorados pelos portugueses que adentraram o território sul-rio-grandense. O autor não só coloca em xeque a humanidade das nativas (assim como dos nativos), como também as submete à violência epistêmica ao passo que enfatiza, nas entrelinhas, uma espécie de “direito” que os portugueses teriam sobre seus corpos, numa oposição entre natureza e cultura – indígenas e homem europeu católico, sucessivamente –, na qual a segunda prevaleceria. Assim, reconhecia e legitimava os estupros em massa como necessários à formação sul-rio-grandense e também brasileira, estendendo este caráter agressivo à terra, descrita como debruçada aos pés do colonizador, assim como a mulher o faria.

Num jogo de legitimações brutais, Vellinho demonstrou quão violentos podem ser aqueles que possuem as *penas* – neste caso, a legitimidade de escrever a história. A partir de seus interesses de reabilitação cultural sul-rio-grandense e de afirmar o pertencimento intemporal do Rio Grande ao todo, o autor justificaria o injustificável, calcando na miscigenação (e no estupro do qual esta era fruto) a base da formação de uma civilização com sangue português nas veias, que submeteria sob seus pés tanto os nativos, quanto a terra. Assim, seria garantida a “conquista” – séculos de exploração e violências que possuem marcas ainda evidentes na contemporaneidade.

A peça de linguagem tecida por Moysés Vellinho em *Capitania* é parte de um discurso que a antecede e sucede. Este discurso defende a lusitanidade brasileira e, por extensão, sul-rio-grandense, calcando-se na miscigenação e nas violências várias que o processo de dominação dos territórios e dos corpos implicou, legitimando-o a partir de construções discursivas que atenuam e sutilizam atos brutais. Isto se torna perceptível à medida que se evidencia a valorização lusitana apregoada desde o início da escrita da história no/do Brasil, ainda no século XIX, sobretudo em relação aos autores que a prospectaram e iniciaram (GUIMARÃES, 2011), como o já referido Varnhagen. Já no século XX, outros autores dariam continuidade a discursos calcados no conservadorismo e unitarismo brasileiros, mantendo formações discursivas fundamentadas na suposta imprescindibilidade da atuação lusitana e das heranças positivas desta, construindo de maneira velada e igualmente violenta uma formação nacional fadada ao insucesso caso não tivesse havido intervenção portuguesa. Intrusão, diga-se de passagem.

Ao longo de *Capitania*, Vellinho tratou de temas variados relacionados à formação sul-rio-grandense e sua relação direta com a constituição e proteção do Brasil, numa retórica

voltada a atenuar violências e enfatizar as supostas benesses da exploração europeia, descrita por ele como *colonização* (VELLINHO, 1970). Evidencia-se, em meio a esta formação discursiva, a inserção numa torrente de outros discursos amalgamados em torno de alguns eixos principais, sobretudo a imaginação violenta sobre o corpo e a construção de sua historiografia a partir da ideia de “descobrimento do Brasil”. No primeiro caso, percebe-se que o autor subordina a corporeidade das/dos indígenas aos interesses dos exploradores lusos, tornando-os *coisas* tão supostamente a dispor daqueles homens quanto as terras e demais recursos. Constrói-se os nativos como “os outros” na relação com os europeus, conjuntura discursiva na qual o corpo corresponderia ao destino (BRETON, 2007) – estar na natureza, ser nativo, corresponderia a atender às demandas exploradoras de trabalho e sexo forçado. Estupro justificado.

Ainda no que tange à indígena, Vellinho vai além – não apenas atrela o corpo ao destino, como o demoniza. Numa cruzada que opõe sagrado e profano, o corpo das indígenas emerge na narrativa velliniana como uma “tentação”, culpando a ela própria por sua *sorte*. O defeito não estava no europeu católico que atravessava os mares em prol de sua religião e civilidade, mas na nativa impura, demoníaca, semi-humana. Calcando-se nos princípios europeus e no conservadorismo, Vellinho construiria a visão de um verdadeiro “harém colonial” (GAUTIER, 2004), calcado na suposta sexualidade desenfreada dos europeus nos trópicos e na necessidade de alívio e procriação. Na ausência do catolicismo em terreno *tropical* e nos cansaços da viagem residiram, na trama velliniana, os motivos pelos quais se recorria ao “amor submisso” das indígenas (VELLINHO, 1970). Neste ponto de sua narrativa, o autor insere-se no discurso do “descobrimento” – a civilização contra a barbárie, a cultura contra a natureza, o europeu ante os indígenas –, trama típica dos historiadores do início do século passado (REIS, 2007), referências e inspirações de Vellinho. Neste âmago, insere-se ainda o regionalismo cultural marcadamente presente nos escritos do autor – mostrar sua *província* como parte atuante, atemporal e viva do todo se constituiu como objetivo de Vellinho, numa construção discursiva disposta a afastar toda e qualquer sombra de separatismo/insubmissão do Rio Grande ao Brasil.

Conforme analisado acima, Vellinho e sua obra – *Capitania d’El Rei* – encontram-se em meio a teias discursivas que deram o tom às construções e atenuações empreendidas. As demandas do autor em termos de reabilitação do Rio Grande do Sul ante o todo auxiliam na compreensão do que o levou a perpetrar seleções, dissimulações e distorções em sua escrita da história, mas não fornecem embasamento (nem poderiam oferecer) ao tom violento, brutal e implausível dos caracteres desumanizadores e violentamente sexuais que apresenta e atribui a diferentes sujeitos e grupos. Tem-se ciência de que todos os historiadores escreveram/escrevem

a partir de demandas e inquietações de seu tempo. Por outro lado, compreende-se que isso não justifica ações epistemicamente violentas como as que Vellinho empreendeu em *Capitania*, sobretudo. O autor utilizou-se de perspectivas em voga para tornar plausível e repetível o seu próprio discurso, uma vez que este jamais é inocente ou desprovido de propósitos (ZANOTTO, 2018). Assim, Vellinho se utilizaria de sua autoridade enquanto emissor para manipular diferentes momentos/sujeitos históricos e distorcê-los a partir de caracterizações preconceituosas e violentas. Partindo de seu *lugar* de cúpula no IHGRGS e de sua renomada atuação no meio letrado regional e nacional, o autor construiria uma estrutura discursiva calcada em legar aos leitores visões que perpetuassem a teia de sentidos na qual se inseria, majoritariamente voltada à valorização lusitana e aos supostos “progressos” introduzidos. Vellinho não deu início ou findou este movimento de sentidos, apenas utilizou-se deles num processo de materialização de seus elementos em *Capitania*.

Cabe, neste ponto, uma última consideração. Acredito que as perspectivas feministas decoloniais, tal como as que foram instrumentalizadas neste estudo, vêm para ficar. Precisam ficar. Muitas são as obras que se calcam em premissas similares às de Vellinho. Até quando passarão despercebidas? Até quando seguirão legitimando brutalidades?

Conclui-se, aqui, apenas uma gota no oceano.

FONTE

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMORIM, Marina Alves. “Combates pela História”: a “guerra dos sexos” na historiografia. *Cadernos Pagu*, n. 20. Campinas, SP, 2003, p. 217-244. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3LfkLQQ6tjGnjQM9wkbmnj/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão de obra servil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Volume I. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 189-202.
- BARRAGÁN, Alba M. A. [et. al.]. Pensar a partir do feminismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 216-239.
- BARROS, José D’Assunção. *Os primeiros paradigmas – positivismo e historicismo*. Coleção Teoria da História. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BARROS, José D’Assunção. *Princípios e conceitos*. Coleção Teoria da História. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Ensaio literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro – CORAG: 2001.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17662>. Acesso em: 10/dez./2020.
- BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CALDRE E FIÃO, José Antônio do Valle. O Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, v.1, n.1. Porto Alegre: 1860, p. 3-13. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/55170/33552>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da África e Ásia*. São Paulo: Atual, 1994.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: experiências escravas de recrutamento, guerra e escravidão – Rio Grande de São Pedro (c. 1835-1850)*. Tese – Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/porta/items/show/31>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 141-152.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Guilhermino. Prefácio. In: VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973, p. 9-16.

CESAR, Guilhermino. Prefácio. In: VELLINHO, Moysés. *Aparas do Tempo*. Porto Alegre: ERUS, 1981, p. 9-25.

CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, pág. 173-191, 1991. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2020.

COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 1, n. 1, 1921, p. 3-7. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/57880/34645>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero, uma perspectiva global – compreendendo o gênero; da esfera pessoal à política; no mundo contemporâneo*. São Paulo: nVersos, 2015.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-138.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 25-47.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Volume I. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 23-42.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas portugueses nos séculos XVII e XVIII. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Volume I. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 85-102.

FERRETTI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, 2008, p. 59-78. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/TKWCC34VqQCDDJsXQVS4XTg/?lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2022.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. Alfredo Varela. In: _____. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. 2009. Tese (Doutorado em História).

UNISINOS, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2178?show=full>. Acesso em: 29 jan. 2020.

GAUTIER, Arlette. Mulheres e colonialismo. In: FERRO, Marc. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediuouro, 2004, p. 660-697.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

GOLIN, Cida. Moysés Vellinho: anotações sobre um homem da Província. In: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Ensaio literários Moysés Vellinho*. Porto Alegre: Instituto Estae do Livro – CORAG: 2001, p. 9-24.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTtDbtrFyLm5JNj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 39-51.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1988, p. 5-27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011. Edições ANPUH.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. *História da Historiografia*, 2009, n. 3, p. 10-22. Disponível em: <https://bit.ly/3wgn6pk>. Acesso em: 11 maio 2021.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

GUTFREIND, Ieda. O gaúcho e sua cultura. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Volume I. Porto Alegre: Méritos, 2006, p.241-254.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2014.

HERCHMANN, Viviane Viebrantz. *Moysés Vellinho (1901-1980): o intelectual da província*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2132>. Acesso em: 20 maio 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: _____ [org.]. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 10-37.

KERN, Arno A. [et. al] [org.]. Povos indígenas. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*, v. 5. Passo Fundo: Editora Méritos, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSHIBA, Luiz. *O índio e a conquista portuguesa*. São Paulo: Atual, 2012.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de [org.]. *Pensamento feminista hoje – perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 53-83.

MANHANI, Luís Roberto. O negro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: entre a ausência e a possibilidade. *Anais do XXV Encontro de História da ANPUH-SP – História, desigualdades e diferenças*: São Paulo, 2011, p. 1-18. Disponível em: <https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/anais>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais*: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MARTINS, Jefferson Teles. O papel do Gabinete de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul na tomada do bastão historiográfico do IHGRGS pela UFRGS. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; MARTINS, Jefferson Teles [org.]. *História e Historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: Editora da UNESCO, 2019, p. 223-252.

MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da província*: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos 1950. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:

NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise*: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). *Discurso Fundador*: A formação do país e a construção da identidade nacional. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2020.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos*: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Colônia*. Porto Alegre: Méritos, 2006. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, p. 153-170.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi [org.]. *História da cidadania*. São Paulo: Editora Contrxto, 2018.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: CLÍMACO, Danilo Assis [org.]. *Cuestiones y horizontes*: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 777-832. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Colônia*. Porto Alegre: Méritos, 2006. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, p. 43-64.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO, v.1, n.1. Porto Alegre: 1860. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/55170/33552>. Acesso em: 30/nov/2019.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, v. 1, n. 1. Porto Alegre: 1921. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/57880/34645>. Acesso em: 03/dez/2019.

RODRIGUES, Kléber. “A Primeira Missa no Brasil” e “Batalha dos Guararapes”: representação sobre os povos indígenas em pinturas de Victor Meirelles. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 11, n. 21, 2017, p. 90-114. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/8157>. Acesso em: 24 jan. 2022.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e de História da UPA/UFRGS 1943-1950*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198347>. Acesso em: 07 abr. 2022.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8082>. Acesso em: 07 fev. 2020.

SANCHEZ, Edney Christian Tomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270124>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SANTOS, Corcino Medeiros. A importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Volume I. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 65-84.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. As Missões jesuítico-guaranis. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau [orgs.]. *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Volume I. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 103-134.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: Heloisa Buarque de [org.]. *Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 65-80.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. História como carteira de identidade em processo. In: SILVA, Alberto da Costa e [org.]. *Crise colonial e independência – 1808-1830*, 2011. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, p. 13-18.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa M. *Brasil – uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter [org.]. *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 65-98.

SILVA, Gabriela Correa da. As mulheres conferencistas nas *Tardes no Instituto*: gênero e história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Embormal* - Revista da Associação Nacional de História, seção Ceará. Fortaleza, 2018, p. 58-77. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embormal/article/view/3150/2649>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe do futuro*”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17526>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias*: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999). Tese – Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS): Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8207>. Acesso em: 15 jul. 2019.

THESING, Neandro Vieira. *Fronteira, identidade, essência*: a busca das origens do Rio Grande do Sul em Gaúchos e beduínos, de Manoelito de Ornellas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9666>. Acesso em: 20 abr. 2022.

THIESSE, Ane-Marie. Ficções criadoras – as identidades nacionais. Porto Alegre: *Anos 90*, n. 15, 2001/2002, p. 7-23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/0>. Acesso em: 02 fev. 2021.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*: o cyclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933.

VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. Porto Alegre: Editora Globo, 1944.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

VELLINHO, Moysés. *Aparas do Tempo*. Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e Memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.31, nº62, p. 49-70, 2011. Acesso em: 27 jan. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf>

ZANOTTO, Gizele. A análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião. In: SILVA, Ana R. C. [et. al.]. *História das religiões em perspectiva*. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 335-360.